

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

MARALINE APARECIDA SOARES

**EFEITO SINONÍMICO ENTRE *FAKE NEWS*, DESINFORMAÇÃO E LIBERDADE
DE EXPRESSÃO: UMA ANÁLISE MATERIALISTA DE DISCURSO**

CÁCERES-MT

2024

MARALINE APARECIDA SOARES

**EFEITO SINONÍMICO ENTRE *FAKE NEWS*, DESINFORMAÇÃO E LIBERDADE
DE EXPRESSÃO: UMA ANÁLISE MATERIALISTA DE DISCURSO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística, sob a orientação da professora Dra. Silvia Regina Nunes.

CÁCERES-MT

2024

© by Nome completo, ano.

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

S676e SOARES, Maraline Aparecida.
Efeito Sinonímico entre Fake News, Desinformação e
Liberdade de Expressão: Uma Análise Materialista de Discurso /
Maraline Aparecida Soares – Cáceres, 2024.
128 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso
de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística,
Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres,
Universidade do Estado de Mato Grosso, 2024.
Orientador: Silvia Regina Nunes

1. Discurso. 2. Sinonímia. 3. Fake News. 4. Desinformação.
5. Liberdade de Expressão. I. Maraline Aparecida Soares.
II. Efeito Sinonímico entre Fake News, Desinformação e
Liberdade de Expressão: Uma Análise Materialista de Discurso.

CDU 81'1:347.51

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

MARALINE APARECIDA SOARES

**EFEITO SINONÍMICO ENTRE *FAKE NEWS*, DESINFORMAÇÃO E LIBERDADE
DE EXPRESSÃO: UMA ANÁLISE MATERIALISTA DE DISCURSO**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvia Regina Nunes
Orientadora – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Eni Puccinelli Orlandi
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Joelma Aparecida Bressanin
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Cristiane Pereira Costa Dias
Avaliadora Externa – LABEUB/NUDECRI/UNICAMP

Profa. Dra. Silmara Cristina Dela-Silva
Avaliadora Externa – Universidade Federal Fluminense (UFF)

APROVADA EM: ____/____/____

DEDICATÓRIA

*Dedico esta tese aos amores da minha vida:
Deus, Mãe, Pai, Arthur, Marielly e Aristelson.*

AGRADECIMENTOS

Quem observa o vento, nunca semeará, [...]. (Eclesiastes 11:4)

Começo meus agradecimentos com o versículo citado acima que serviu de motivação quando o cenário era de desistência. Meu percurso de doutoramento foi marcado por um período sombrio, sou da turma de 2020, aqueles que iniciaram no contexto da pandemia da Covid-19. Quantas mortes, quanta tristeza no Brasil e no mundo! A incerteza se aquilo teria fim ou se era a vida que seria extinguida. Para piorar, tínhamos um governo negligente que aumentava nossa preocupação. Postergou as compras das vacinas, fez piada com a morte e a vida ao invés de demonstrar cuidado e amor pelo povo brasileiro. Foi terrível suportar os problemas políticos, a pandemia e ainda ter esperanças para fazer pesquisa. Mas em um dia de lágrimas e impotência, esse versículo me veio a memória como uma força necessária, por isso, agradeço primeiramente a Deus que me ajudou a suportar todo o cenário de horror e ainda me estimulou a continuar concedendo-me vida e força.

A todos da minha família por terem contribuído significativamente para a obtenção deste título, não medindo esforços em me apoiar em tudo que precisasse. Em especial, gostaria de agradecer ao meu esposo que buscou incansavelmente me proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa.

À estimada orientadora Profa. Dra. Silvia Regina Nunes, pelos longos anos de parceria na jornada dos/pelos sentidos. Um exemplo de humanidade, de profissionalismo, que me faltam palavras para agradecer o modo como me acolheu e se dedicou ao meu processo de formação. És um exemplo de competência e carisma para com os orientandos.

À banca examinadora, pelo olhar criterioso e pelas excelentes sugestões para o enriquecimento e profundidade de nossa pesquisa.

A todos os amigos do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL).

A CAPES, pela bolsa concedida.

À UNEMAT e ao Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL), pela acolhida.

Epígrafe

“[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]” (Pêcheux, 2015, p. 53).

RESUMO

Este trabalho, inscrito na linha de pesquisa Estudo de Processos Discursivos, do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), filia-se ao campo de conhecimentos da Análise materialista do Discurso para compreender o funcionamento discursivo das *fake news* no século XXI. No processo de seleção dos materiais para a constituição do *corpus* de análise da pesquisa defrontamo-nos com duas regularidades: a primeira foi a recorrência de *fake news* relacionadas à processos eleitorais, envolvendo candidatos e partidos em assuntos considerados polêmicos, sendo, portanto, classificadas em nosso gesto analítico como *fake news* políticas. A segunda diz respeito ao “discurso sobre” as *fake news* associando-as ao discurso da desinformação e liberdade de expressão. A partir dessas constatações buscamos compreender a relação do “discurso sobre” com o “discurso de” e problematizamos: Como se constitui, se formula e circula o imaginário de sinonímia que afeta o funcionamento do tripé *fake news*, desinformação e liberdade de expressão? Ao trabalharmos com a concepção de língua tal como proposta por Pêcheux (2014, 2015), concebendo-a não apenas como forma, estrutura, mas como um sistema capaz de falha e equívoco, inscrita na história e relacionada ao sujeito, tomamos o *corpus* de análise como formas materiais em que a exterioridade é constitutiva de todo processo de significação para e por sujeitos. Desse modo, para compreendermos os efeitos desse “fora dentro” (Orlandi, 2017, p.74), analisamos a conjuntura que está na base da produção tanto do “discurso sobre” quanto do “discurso de”, destacando o discurso da mundialização, a ascensão da direita no Brasil e no mundo e os efeitos do discurso digital nestes processos. Nesta direção, também buscamos a historicidade das *fake news*, enquanto prática, e localizamos registros de uma memória discursiva que as considera desde as fofocas orais, ainda no processo de evolução do homem como um ser social. Além disso, através dos estudos de Mendes Júnior (2020), verificamos também que o surgimento dessa prática remonta o início do século XVI, através da própria história da imprensa e que inicialmente dizia-se *false news*. Destacamos, nesta discussão, os efeitos do digital no jornalismo, instaurando uma disputa pelo sentido, abalando suas bases de detentora da verdade, autorizada a interpretar, que frente a este cenário cria as agências de checagens para tentar manter sua posição de autoridade categorizando o discurso das *fake news* na dicotomia entre verdade ou mentira. Nossas análises não incidem em descobrir se elas são verdadeiras ou falsas, mas em “trabalhar com a opacidade da linguagem e a espessura do discurso para alcançar o funcionamento do político que nelas se materializa” (Indursky, 2020, p.23). Sendo assim, compreendemos que a efervescência das *fake news* no século XXI convocou os discursos da desinformação e da liberdade de expressão que até então não estavam em forte circulação nas redes sociais, e que o “discurso sobre” em uma leitura conteudista e logicista, diante da incompletude da linguagem, sugere a palavra desinformação em substituição da expressão *fake news*, apagando a história e reduzindo os sentidos de ambas as palavras. E o modo como trabalha a relação das *fake news* com a liberdade de expressão, preocupados apenas com os banimentos de postagens, silenciam a memória da ditadura, significando liberdade apenas como da ordem do direito capitalista. Assim, propomos que o “discurso sobre” está para a estabilização, enquanto o “discurso de” é marcado pelo equívoco, pois como vimos, o discurso das *fake news* é heterogêneo, se mostrando em nosso material de análise como “estratégias argumentativas negativas” (Orlandi, 2023), usadas para fins específicos, em uma guerra de sentidos na disputa pelo poder simbólico, rompendo com o efeito de sinonímia entre *fake news*, desinformação e liberdade de expressão.

Palavras-chave: Discurso; Sinonímia; *Fake news*; Desinformação; Liberdade de expressão.

ABSTRACT

SYNONYMOUS EFFECT BETWEEN FAKE NEWS, DISINFORMATION AND FREEDOM OF EXPRESSION: A MATERIALIST DISCOURSE ANALYSIS

This work, included in the research line Study of Discursive Processes, of the Postgraduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (UNEMAT), is affiliated with the field of knowledge of materialist Discourse Analysis to understand the discursive functioning of fake news in the 21st century. In the process of selecting materials for the constitution of the research analysis corpus, we were faced with two regularities: the first was the recurrence of fake news related to electoral processes, involving candidates and parties in matters considered controversial, being, therefore, classified as our analytical gesture as political fake news. The second concerns the “discourse about” fake news, associating it with the discourse of disinformation and freedom of expression. Based on these findings, we seek to understand the relationship between “discourse about” and “discourse of” and problematize: How is the imaginary of synonymy that affects the functioning of the tripod of fake news, disinformation and freedom of expression constituted, formulated and circulated? When working with the conception of language as proposed by Pêcheux (2014, 2015), conceiving it not only as a form, structure, but as a system capable of failure and error, inscribed in history and related to the subject, we take the corpus of analysis as material forms in which exteriority is constitutive of the entire process of meaning for and by subjects. Therefore, to understand the effects of this “outside within” (Orlandi, 2017, p.74), we analyze the situation that underlies the production of both the “discourse about” and the “discourse of”, highlighting the discourse of globalization, the rise of the right in Brazil and around the world and the effects of digital discourse on these processes. In this direction, we also seek the historicity of fake news, as a practice, and locate records of a discursive memory that considers them from oral gossip, still in the process of man's evolution as a social being. Furthermore, through the studies of Mendes Júnior (2020), we also found that the emergence of this practice dates back to the beginning of the 16th century, through the history of the press itself and that initially it was called false news. We highlight, in this discussion, the effects of digital on journalism, establishing a dispute over meaning, shaking its foundations as holder of the truth, authorized to interpret, which in the face of this scenario creates checking agencies to try to maintain its position of authority by categorizing the discourse of fake news in the dichotomy between truth or lie. Our analyzes do not focus on discovering whether they are true or false, but on “working with the opacity of language and the thickness of discourse to achieve the functioning of the political that materializes in them” (Indursky, 2020, p.23). Therefore, we understand that the effervescence of fake news in the 21st century has summoned the discourses of disinformation and freedom of expression that until then were not in strong circulation on social networks, and that the “discourse about” in a contentist and logicist reading, in the face of due to the incompleteness of the language, he suggests the word disinformation to replace the expression fake news, erasing history and reducing the meanings of both words. And the way in which fake news works with freedom of expression, concerned only with banning posts, silences the memory of the dictatorship, meaning freedom only as per the order of capitalist law. Thus, we propose that the “discourse about” is for stabilization, while the “discourse of” is marked by misunderstanding, because as we have seen, the discourse of fake news is heterogeneous, appearing in our analysis material as “negative argumentative strategies”. (Orlandi, 2023), used for specific purposes, in a war of meanings in the dispute for symbolic power, breaking with the effect of synonymy between fake news, disinformation and freedom of expression.

Key words: Discourse; synonymy; Fake news; Disinformation; Freedom of expression.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Print da fake news envolvendo a presidenciável Manuela D'Ávila</i>	36
Figura 2 – <i>Print da fake news conhecida como kit gay</i>	36
Figura 3 – <i>Print do post considerado fake news de André Janones</i>	37
Figura 4 – <i>Print da cartilha da selfie segura</i>	52
Figura 5 – Zélia Duncan desmente boato de que teria rabiscado a Bíblia	67
Figura 6 – <i>Print do story de Zélia Duncan</i>	68
Figura 7 – Postagem de Zélia Duncan contra a <i>fake news</i>	68
Figura 8 – <i>Print da publicação no perfil do Terra Brasil</i>	69
Figura 9 – <i>Print do vídeo: como o Estadão Verifica, classifica o monitoramento de fake news e checagem de fatos</i>	75
Figura 10 – Imagem do antes e depois da fotografia após a acusação de Clémentis	106
Figura 11 – <i>Print do vídeo de Bolsonaro compartilhado no perfil da deputada federal Joice Hasselmann</i>	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições de <i>desinformação</i> nos materiais de análise	94
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

A TRAMA TEÓRICO-ANALÍTICA E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA PESQUISA	17
1.1 Mapeando e delimitando o <i>corpus</i>	34
1.2 O sujeito do/no discurso digital.....	48
1.3 <i>Fake news</i> e sua relação com o discurso digital.....	55

CAPÍTULO II

EFEITOS DO DISCURSO DIGITAL NA RELAÇÃO ENTRE BOATO E <i>FAKE NEWS</i>.....	60
2.1 O discurso das <i>fake news</i> e a sua relação com a verdade e a mentira.....	73

CAPÍTULO III

UMA MEMÓRIA DISCURSIVA DE <i>FAKE NEWS</i>.....	83
--	-----------

CAPÍTULO IV

<i>FAKE NEWS</i>, DESINFORMAÇÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO	94
4.1 <i>Fake News</i> e Desinformação.....	94
4.2 <i>Fake News</i> e Liberdade de Expressão.....	97

CAPÍTULO V

GESTOS DE INTERPRETAÇÃO SOBRE O DISCURSO DE <i>FAKE NEWS</i>.....	104
--	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	125
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A acelerada circulação de *fake news* no século XXI se tornou uma preocupação para muitos países, dado os efeitos desastrosos que elas têm o poder de causar. Impactada diante deste acontecimento houve o interesse em compreender como se davam os processos de produção de sentidos das *fake news* nas redes sociais. Desse modo, visando compreender como o caos instaurado pelas *fake news* na era digital convoc(ou)a a língua(gem), propomos esta pesquisa que se inscreve na linha dos “Estudos de Processos Discursivos” e fundamenta-se no aparato teórico e metodológico da Análise Materialista de Discurso.

No processo de delimitar alguns fatos de *fake news* para compor o arquivo de análise deste trabalho, nos deparamos com discursos sobre algumas soluções para inibir o avanço das *fake news*, sugeridas por áreas de conhecimento como a jurídica e a jornalística, envolvendo formulações como *desinformação* e liberdade de expressão. Foi nesse momento que percebemos a necessidade de dar visibilidade aos processos discursivos, acentuando o funcionamento da relação entre língua e exterioridade, sobre o que está em jogo, tanto nas *fakes news*, quanto nas propostas em combatê-las.

Diante da multiplicidade de materiais dessa ordem, o desdobramento do arquivo ao *corpus* foi motivado pela seguinte pergunta norteadora da pesquisa: Como se constitui, se formula e circula o imaginário de sinonímia que afeta o funcionamento do tripé *fake news*, *desinformação* e liberdade de expressão?

O desenvolvimento da pesquisa está organizado em cinco capítulos. No primeiro, iniciamos apresentando os princípios teóricos que sustentam a ideia geral da nossa tese, a partir da discussão de estudos desenvolvidos por Eni Orlandi (2023) na obra “Argumentação e Análise de Discursos: conceitos e análises”, em que a autora desenvolve a teoria semântico-discursiva da argumentação ao analisar o crescimento dos discursos totalitários, de extrema direita no Brasil e no mundo. Salientamos que os usos das expressões direita, extrema-direita e esquerda radical constantes em nosso gesto analítico, estão sendo usados conforme a referida autora os denomina. Também apresentamos outro estudo da mesma autora, intitulado, “Maio de 68: os silêncios da memória” (Orlandi, 2015), que recorreremos para compreender a historicidade da formulação “liberdade de expressão” e como foram se constituindo seus diferentes efeitos de sentidos.

Além dos estudos de Orlandi (2015, 2023), nos filiamos às discussões propostas por Michel Pêcheux na obra *Semântica e Discurso*, que compreendem problematizações sobre a Linguística, a Lógica e a Filosofia da Linguagem na relação com a Teoria do Discurso. Também

consideramos suas análises no livro “O discurso: estrutura ou acontecimento”, sobre a eleição presidencial de 10 de maio de 1981, em Paris, na França. Neste estudo, Pêcheux problematiza, a partir do enunciado, “On a gagné”[“Ganhamos!”] entoado pelos eleitores de François Mitterrand, a relação entre universos logicamente estabilizados e formulações irremediavelmente equívocas.

Para além do referencial teórico, descrevemos no primeiro capítulo como se deu o processo de constituição do *corpus* de análise que está organizado entre o “discurso sobre” e o “discurso de”. Enfatizamos que, primeiramente, delimitamos um conjunto de materiais, sendo a cartilha lançada em julho de 2019, pela Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, que tem como título: “Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das *fake news*”; o texto “Desinformação na era da *internet*” do doutor em economia Celso Toledo, publicado em julho de 2017 pela revista “*Exame*. Abril Digital”; um artigo de natureza jurídica, sob o título: “*Fake news*, Desinformação e Liberdade de Expressão” redigido por Dias Toffoli, enquanto estava na condição de presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Projeto de Lei das *fake news*, criado em 2020.

A partir desses materiais, que são de ordens distintas, encontramos três regularidades que correspondem ao “discurso sobre”, a saber: o tripé *fake news*, desinformação e liberdade de expressão que analisamos. As respectivas recorrências são: 1) a afirmação de que o diferencial das *fake news* do século XXI está atrelado aos efeitos das redes sociais digitais em termos de estrutura e possibilidades de circulação, 2) as críticas ao uso da expressão *fake news* classificando-a como indevida e devendo ser substituída pela palavra *desinformação*, e 3) o discurso de ameaça aos direitos de liberdade de expressão, decorrente da circulação das *fake news* pelo digital.

Na relação com o “discurso sobre”, analisamos o “discurso de” considerando três *fake news* políticas que delimitamos frente à pluralidade de materiais dessa ordem que circulam nas redes sociais. Desse modo, recortamos uma formulação verbo-visual envolvendo a ex-candidata à vice-presidência da República Manuela D’Ávila e, na sequência, uma formulação audiovisual de Jair Bolsonaro, quando estava na condição de candidato a presidente em 2018, divulgada no Jornal Nacional e no *Facebook*, e, por fim, uma formulação escrita no antigo *Twitter*, no perfil do Deputado Federal André Janones.

Apresentamos também no primeiro capítulo, as condições de produção que sustentam a significação das formulações que recortamos para análise, tanto do “discurso sobre” quanto do “discurso de”. Consideramos a mundialização, a globalização, os processos eleitorais que marcaram a ascensão da direita e extrema-direita no Brasil e no mundo e destacamos, com base

nos postulados da pesquisadora Cristiane Dias (2018, 2023), os efeitos do discurso digital em todos estes processos.

No segundo capítulo, buscamos compreender a associação realizada por páginas de jornais da mídia tradicional entre *fake news* e boato, sendo apresentada muitas vezes de forma alternada, num efeito de relação sinonímica. Não consideramos esse gesto como algo transparente, propomos que seja um efeito do funcionamento do discurso digital nas formas de linguagem e que por uma possível semelhança no âmbito da significação associa-se o estrangeirismo à ideia de boato. Neste capítulo, analisamos uma *fake news* divulgada pelo Jornal Metrôpoles apresentando a relação entre boato e *fake news* e problematizamos, também, o discurso das *fake news* e sua relação com a verdade e a mentira. Observamos que jornais da mídia tradicional e agências de checagens classificam *fake news* como mentira. Nosso trabalho não visa categorizar o que é verdade e o que é mentira, mas apresentar o processo de disputa pelo sentido por parte da mídia jornalística tradicional na condição de autorizada a interpretar, instituindo discursividades para o que possa ser considerado verdade e mentira.

O terceiro capítulo, destina-se aos registros de uma memória discursiva das *fake news*, através de estudos que afirmam ser as fofocas orais, ainda no processo de evolução do homem como um ser social, parte da historicidade dessa prática que, posteriormente, assumiu novos formatos, quando afetada pelo funcionamento tecnológico. Nesse estudo, Mendes Júnior (2020) afirma que, inicialmente, dizia-se *false news* e o pesquisador mostra quando houve a alteração na expressão através da substituição de *false* pela palavra *fake*, segundo ele, as primeiras menções da expressão, tal como a conhecemos hoje, se deu em jornais da época. Nessa direção, o apoio teórico explicita que as *fake news* não são exclusivamente da ordem da contemporaneidade, sendo oriundas desde os primórdios da imprensa. Desse modo, compartilhamos na discussão um exemplo de funcionamento da memória discursiva de *fake news* na mídia jornalística tradicional, compartilhada em um programa de rádio. É com base nos estudos que desenvolvemos neste capítulo, que trabalhamos com a expressão *fake news* marcada no feminino e não como preconiza a gramática normativa para os usos de estrangeirismos na língua portuguesa.

No quarto capítulo, realizamos inicialmente um estudo sobre a associação entre *fake news* e desinformação e na sequência sobre a relação entre *fake news* e liberdade de expressão. Nesta discussão propomos um estudo discursivo que problematiza a classificação da palavra *desinformação* como “mais adequada” para contemplar o que tem sido chamado de *fake news*. Defendem que parte do problema das *fake news* é da ordem da nomeação, pois esta expressão tem tido muitas significações, sendo difícil categorizá-la. Desse modo, convocamos as

reflexões de Michel Pêcheux (2014) para desconstruir a visão de língua lógica e estabilizada que tem sustentado essas proposições acerca da palavra *fake news* e apresentamos que esse é um funcionamento da ordem da língua natural em sua equivocidade, uma vez que a língua é capaz de falha, e não uma questão de um nome ou outro, sendo, portanto, conforme as palavras do autor “uma ilusão acreditar que seja possível desambiguar a língua”.

Quanto a relação entre *fake news* e liberdade de expressão, nossa discussão é suscitada pelo “discurso sobre” ao afirmar que a circulação das *fake news* nas redes sociais tem ameaçado o direito à liberdade de expressão, pois as plataformas passaram a excluir, por conta própria, publicações que poderiam ser categorizadas como *fake news*. Tanto a área da comunicação como a jurídica se mostram preocupadas com esse processo de banimento realizado pelas redes. No entanto, de acordo com os estudos de Ferragut (2018, 2019), apresentamos que nas redes sociais os algoritmos já restringem a liberdade de acesso total a quaisquer informações que circulam nas redes, pelo modo de sua programação que delimita o acesso de cada usuário as suas próprias buscas e atividades – como curtir, reagir, comentar, compartilhar etc. Desse modo, compreendemos que a restrição ocorre previamente aos banimentos, pela dimensão técnica do silêncio como explica Dias (2018, 2023).

O quinto capítulo é destinado aos gestos interpretativos do discurso da *fake news* onde analisamos primeiramente a formulação verbo-visual envolvendo a ex-candidata à vice-presidenta Manuela D’Ávila, destacando a historicidade de adulteração de imagens no campo da política, através do texto “O Chapéu de Clémentis” de Courtine (1999). Entretanto, destacamos que no caso em análise, diferente da anulação de Clémentis que foi solicitada pelo Departamento de Propaganda do Governo, não sabemos quem adulterou a imagem da ex-candidata inscrevendo-a em uma formação discursiva contrária aos sentidos conservadores que estão filiados ao aparelho ideológico religioso.

Também analisamos a formulação audiovisual de Jair Bolsonaro, quando estava na condição de candidato a presidente em 2018, divulgada no Jornal Nacional e no *Facebook*, em que acusa o livro francês “Aparelho Sexual e Cia” de *Kit Gay*, difundindo que o Partido dos Trabalhadores (PT) havia solicitado ao Ministério da Educação (MEC) a compra deste material para as crianças pobres, que são os alunos da escola pública, a fim de incitá-los precocemente a pornografia e naturalizando também a pedofilia. Apresentamos na análise deste material o ataque a formação discursiva da esquerda, o imaginário de liberdade de expressão atribuído a mídia jornalística e as redes sociais para/na formação discursiva de extrema-direita no governo de Bolsonaro.

Nossa última análise foi de uma formulação escrita no antigo *Twitter*, no perfil do Deputado Federal André Janones. Apresentamos nesta discussão o poder de alguns órgãos em determinar o que venha a ser *fake news* ou não. Demonstramos, desse modo, que ao analisar uma *fake news* é necessário questionar: é *fake news* para quem? Nossas análises apresentam que o discurso das *fake news* na conjuntura do século XXI, convoca o discurso da desinformação e da liberdade de expressão, marcados pela equivocidade da língua, sendo estes heterogêneos, constituídos na relação com a exterioridade, pelo contexto histórico, político e ideológico em processos identitários entre sujeitos e sentidos.

CAPÍTULO I

A TRAMA TEÓRICO-ANALÍTICA E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA PESQUISA

Como início da nossa discussão, consideramos de fundamental importância apresentar o principal escopo teórico que nos possibilitou compreender o funcionamento discursivo das *fake news* políticas na relação com os efeitos de sentidos de desinformação e liberdade de expressão nas condições de produção do discurso digital.

Recorremos primeiramente a Teoria semântico-discursiva da argumentação¹ proposta por Eni Orlandi (2023) desenvolvida, nas palavras da autora, “paralelamente à Teoria do Discurso – definida por M. Pêcheux como determinação histórica dos processos de significação” (p.106), porque esta “nos dá a possibilidade de observar como está funcionando a ideologia dominante, como se constituem (novas) formas de assujeitamento, analisando o confronto ideológico em relações de poder” (p.12-13).

Nessa perspectiva, a autora destaca o processo histórico dos estudos da argumentação desde a era clássica, que se estendeu até o fim do século XIX – tal como elaborada por Aristóteles, e depois nos apresenta uma mudança ocorrida nos anos de 1950, no pós-guerra, com o “Tratado da Argumentação” de Perelman e Olbrecht-Tyteca, e “Os usos do argumento” de Toulmin, afirmando que esse renascimento “tem a ver com a busca da ratio-propaganda: construção de um modo de discurso democrático, racional, contrapondo-se a discursos totalitários como os nazistas e stalinistas” (*Idem*, p.16). Desse modo, observa-se que as teorias da argumentação, historicamente, visam discutir conjunturas sociais e políticas totalitárias e extremistas, portanto a Teoria semântico-discursiva da argumentação não foge a essa tendência, pois:

Se nos anos 1950 houve um renascimento da argumentação, atualmente a questão da argumentação se impõe como incontornável. E isto se deve, de um lado, à materialidade da linguagem, com a explosão das tecnologias de linguagem e a cultura do digital, e, de outro, à conjuntura histórico-política e ideológica que vivemos, em que assoma toda sorte de manifestações políticas desde a extrema-direita até a esquerda radical (Orlandi, 2023, p.11).

No processo de desenvolvimento da noção de argumentação discursiva, a autora analisou alguns materiais sobre o discurso político e parlamentar que incidem “sobre todo um

¹ “[...] Ou simplesmente a teoria discursiva da argumentação” (ORLANDI, 2023, p.40).

campo de sentidos e questões que se configuram pela análise das posições de discursos de extrema-direita” (p.13). Nessa direção, Orlandi explica que seu interesse “em relação aos materiais de análise, tem a ver com a historicidade que nos faz ver a deriva de um discurso da direita, para o que chamam discurso da direita ultraconservadora até alcançar a extrema-direita. Como nos chegam esses sentidos de extrema-direita? Eis o impulso de minha análise (*Idem*)”.

Desse modo, a autora interroga “como se constituem discursos que produzem práticas ditas de “consenso” e como se formam os discursos de resistência ao “consenso”. Sendo uma questão primordial a de quem tem em mãos o Poder Simbólico” (*Idem*). Como se pode observar, a pesquisadora problematiza em sua análise sobre a argumentação, discursos designados como discurso da direita, direita ultraconservadora e extrema-direita, pois explica que:

Nesses últimos anos, no Brasil, sobretudo, mas também no mundo, vivemos o desenvolvimento de discursos totalitários, de extrema-direita. Governos autocráticos eleitos. Nessas condições de existência é impossível ficarmos indiferentes à importância da argumentação. No modo como as diferentes formas de linguagem se manifestam em sua profusão, em conflito, em subordinação, em guerra, em equívocos, em contradições, em disputa e em convergências e divergências (p.11-12).

Nessa direção, a referida pesquisadora considera importante as contribuições reflexivas de O. Ducrot na semântica argumentativa, mas afirma que “há uma outra via para se pensar a argumentação. E esta outra via é a que produz uma mudança de terreno em direção ao campo da Análise de Discurso. Essa outra via considera a argumentação no domínio dos processos de significação, como uma questão para a Semântica discursiva” (*Idem*, p.37), definida por Michel Pêcheux (1975) “como a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva que deve dar conta da articulação entre o processo de produção do discurso e as condições em que ele é produzido” (*Idem*).

Na obra *Semântica e Discurso* (1975-2014), Pêcheux tem como propósito “questionar as *evidências fundadoras* da “Semântica”” ([grifos do autor]), que foi uma das “regiões teóricas às quais, durante o período do stalinismo histórico, Jdanov e seus êmulos lhes haviam, pura e simplesmente, impedido o acesso” (p.14), mas nos anos 1960 os pesquisadores marxistas se lançaram ao seu reconhecimento, sendo reabilitada não só na linguística, mas também na lógica e na teoria científica da propaganda² conforme explica Adam Schaff retomado por Pêcheux (2014). Nessa direção, Michel Pêcheux problematiza como esses três campos se unem para formar a Semântica e expõe que Schaff explica essa relação a partir da leitura da Ideologia Alemã “da qual ele extrai a noção de função comunicativa da linguagem” (Orlandi, 2023, p.38),

² “que através da política, toca no que classicamente se chama *Retórica*” (Orlandi, 2023, p.38 [grifos do autor]).

porém Pêcheux não compartilha desse ponto de vista e “faz forte crítica à noção de comunicação formulando sua afirmação de que a linguagem serve para comunicar e não comunicar” (*Idem*).

Além disso, Pêcheux explica que a Semântica “nunca foi bem-vinda na Linguística, uma vez que essa ciência teve de evitar falar de questões que dizem respeito à produção de sentido para afastar, especialmente, a História, o sujeito e as considerações sobre a subjetividade” (Sobrinho, 2018, p.13). Desse modo, para Pêcheux esse afastamento trouxe consequências à Linguística, o que assinala que, ofuscada por esse gesto, existe a presença de questões filosóficas sobre a linguagem, o sujeito e a produção de sentidos, havendo assim, uma relação entre Semântica e Filosofia. Eis a razão pela qual Pêcheux promove a discussão entre Linguística, Lógica e Filosofia da linguagem.

É nesta tendência que Orlandi (2023) encontra “o desvio, a transgressão, o jogo de confrontação” (*Idem*, p.38-39) que a impulsiona a tratar da argumentação na instância da não-comunicação, na articulação dos processos discursivos e formações discursivas. Nessa direção, a autora explica que: “[...] Pêcheux, ele mesmo, não tratou diretamente da argumentação, mas, segundo o que penso, são questões de argumentação que reaparecem significadas e teorizadas de maneira diferente, como uma questão semântico-discursiva [...]” (*Idem*, p.41). Desse modo, a autora expõe as propriedades da teoria Semântico-discursiva da Argumentação com as seguintes palavras:

[...] Não trabalhamos com conectores ou operadores discursivos, mas pensamos a relação entre posições-sujeito e formações discursivas, na produção de efeitos de sentidos. Não se trata de imanência à língua, mas da relação da materialidade da língua com sua exterioridade, se trata da relação linguagem e ideologia. A argumentação não implica a crença, nesse caso, mas a relação do sujeito com o real da língua e o real da história, atravessada pela ideologia (p.35).

Nesta visada, a ideologia é constitutiva do processo argumentativo, trazendo, desse modo, para a consideração da argumentação, os sujeitos, os sentidos e a história. Para a autora, “temos um argumento quando uma formulação faz funcionar um confronto ideológico” (*Idem*, p.40), entre sentidos de diferentes formações discursivas. Assim, “na argumentação, o sujeito procura *sustentar* sua posição-sujeito inscrita em uma formação discursiva face a outras” (*Idem*, p.42 [grifos da autora]).

Esse modo de conceber a argumentação “se sustenta no mecanismo da antecipação, funcionando pelas relações imaginárias, produzindo seus sentidos (imaginariamente) naquilo que o outro poderia significar. Antecipa-se.” (*Idem*, p.86). Mas vale ressaltar que a argumentação, vista pela perspectiva discursiva, não visa convencer ou persuadir, visa a crítica,

face à ideologia, pois assim como as questões ideológicas não são controladas pela vontade ou intenções, a argumentação também não se deixa controlar. Por isso a pesquisadora explica que:

Quando pensamos a argumentação discursivamente e observamos o que tem se passado nos confrontos na política, ou mesmo no cotidiano de redes sociais, com as chamadas “bolhas”, nada a estranhar. Nada com que se surpreender. Estamos diante de grupos consensuais, sob controle, que se batem e debatem inutilmente, em confronto. O que decide é a necessidade histórica junto ao real da língua no processo de significação. Disputam-se sentidos na trama ideológica do confronto político-simbólico. Não é por adesão que sujeito e sentido se marcam ideologicamente, mas por filiação, identificação não consciente. Ideologia e inconsciente estão aí materialmente ligados. É assim que compreendemos como os sujeitos se inscrevem no funcionamento da argumentação. (Orlandi, 2023, p.112)

E considerando que atualmente a argumentação política tem se dado predominantemente nas redes sociais, a autora afirma ainda que “as redes sociais, em geral, ao repercutirem, também são parte da produção dessa argumentação, dão-lhe forma. E, como toda rede, prende os discursos no emaranhado desses argumentos: ou se está a favor ou contra. Produzindo polarização e confronto” (p.86). Aqui nós temos um exemplo dos efeitos do lugar de circulação nos processos de formulação como um mecanismo de controle cerceando a língua, os sentidos. Assim, finalizamos a apresentação dessa perspectiva enfatizando que há uma relação constitutiva entre interpretação e ideologia, “e é esta relação que fundamenta o que é a argumentação” (*Idem*, p.82), sendo assim, “a argumentação é um modo de funcionamento da ideologia” (*Idem*).

As questões do campo teórico da argumentação discursiva nos interessam ao problematizar o discurso político designado como de direita, direita ultraconservadora e extrema-direita, bem como, na medida em que compõem o funcionamento das redes sociais, conforme asseverou Orlandi (2023). Ademais, a intrincada relação entre *fake news*, desinformação e liberdade de expressão, a partir das formulações recortadas dos materiais de análise, nos remeteram novamente aos estudos desenvolvidos por Michel Pêcheux sobre a Linguística, a Lógica e a Filosofia da Linguagem na obra *Semântica e Discurso*, pois há um imaginário de uma língua lógica em circulação nas redes sociais que precisa ser problematizado e as questões discutidas no livro *Semântica e Discurso* mostram-se produtivas para esta problematização.

No estudo referido, o autor apresenta as concepções de língua que constituem esses campos do conhecimento e as diferencia da visão materialista da linguagem que ele desenvolve. Nesse processo, Pêcheux (2014) mostra a base do idealismo filosófico moderno que se sustenta,

resumidamente, na oposição objetivo/subjetivo³ e suas implicações nos estudos da(s) língua(s). Vejamos como o autor explica o início dessa divisão:

Essa questão da origem das línguas, que sabemos o quanto preocupou todo o filosófico e erudito século XVIII, vai nos reconduzir, de fato, progressivamente, ao *problema “moderno” da enunciação*: é, com efeito, nesse ponto que a infinita variedade das línguas e das ideias (variedade que contesta o edifício da razão clássica) vai encontrar sua origem única, por meio de uma antropologia sensualista e utilitária, cuja tese essencial é a de que nossas ideias vêm de nossos sentidos e de nossas necessidades. É, pois, necessário, para compreender a origem da linguagem, associada à faculdade de pensar, ascender a esse “estado de natureza”, nova ficção empirista que – pode-se dizer – espelha a ficção racionalista leibniziana (sobre a relação nome próprio/nome comum) (Pêcheux, 2014, p. 45 [Grifos do autor]).

De acordo com o excerto apresentado, a motivação pela busca da origem das línguas no século XVIII, resultou num problema moderno, pois passaram a considerar o indivíduo o centro de tudo com a máxima de que “as ideias vêm de nossos sentidos e de nossas necessidades”. Segundo o autor, essa visão adentrou o século XIX e XX, e podemos acrescentar que ainda ecoa no século XXI. Esse pensamento constituiu o empirismo, o racionalismo e afetou a Linguística. Conforme Pêcheux:

As filosofias dos séculos XIX e XX desenvolveram até seu limite máximo os conteúdos surgidos no que chamamos a “forma de transição” do século XVIII, tanto com respeito à “teoria do conhecimento” quanto à filosofia da linguagem e à linguística que lhe corresponde: a nova forma conceptual resultante, dominada pela categoria da *subjetividade*, aparece na reelaboração que Kant e seus sucessores fazem da oposição aristotélica contingente/necessário através da questão da inerência do predicado ao sujeito (ou conceito) ao qual ele se aplica (Pêcheux, 2014, p. 47 [Grifos do autor]).

Segundo o autor, a categoria da subjetividade estreitou os laços entre a reflexão lógico-filosófica e a busca pela natureza da linguagem. Tendo como foco principal observar a relação do sujeito com o sentido, Pêcheux trouxe dois grandes nomes com visões distintas acerca da

³ Definição I – “expressão objetiva” – Dizemos que uma expressão é objetiva quando sua significação depende ou pode depender simplesmente de sua realidade de fenômeno fônico e quando, conseqüentemente, ela pode ser compreendida sem que, necessariamente, se tenha que levar em consideração a pessoa que a exprime nem as circunstâncias nas quais ela se exprime [...]. Das expressões objetivas fazem parte, por exemplo, todas as expressões teóricas, por conseguinte as expressões com base nas quais se edificam os princípios e os teoremas, as demonstrações e as teorias das ciências “abstratas”. As circunstâncias do discurso atual não têm a menor influência sobre o que significa uma expressão matemática, por exemplo.

Definição 2 – “expressão subjetiva” – Por outro lado, nomeamos como essencialmente subjetiva e ocasional ou, sem mais, essencialmente ocasional, toda expressão à qual pertence um grupo que apresenta uma unidade conceptual de significação possível, de tal maneira que seja essencial para essa expressão orientar, a cada vez, sua significação atual segundo a ocasião, segundo a pessoa que fala ou sua situação (PÊCHEUX, 2014, p.49 [Grifos do autor]).

oposição subjetividade/objetividade, sendo eles Edmund Husserl (1859-1938), um filósofo alemão fundador da Fenomenologia e Gottlob Frege (1848-1925), também filósofo alemão, porém esse se dedicou à Matemática, principalmente à Aritmética e ao estudo da Lógica. Vejamos a comparação entre eles:

Sabe-se que Husserl exprime essa relação por termos como “unidade de consciência” ou “experiência da consciência” etc., fazendo da consciência o ponto zero, a “origem das representações”; Frege, ao contrário, insiste constantemente no fato de que, se as representações estão ligadas ao sujeito, isso ocorre na medida em que ele é seu *portador*, o que sugere que essas representações não poderiam encontrar no sujeito uma origem qualquer: [...] (Pêcheux, 2014, p.52 [Grifos do autor]).

Pêcheux compreende que com relação as posições epistemológicas em que Husserl e Frege estão filiados há um ponto decisivo que os separam: “Trata-se da *relação do sujeito com suas representações*” (*Idem* [Grifos do autor]). Frege não trabalha com a concepção psicologizante, em que tudo se passa no âmbito da consciência como para Husserl. “Compreendemos, junto com Pêcheux, que Husserl pressupõe a “unidade da consciência” como “fonte e princípio de unificação das representações”, [...] definido como subjetivista. enquanto Frege defende o sujeito como “portador das representações” (Sobrinho, 2018, p.15 [Grifos do autor]).

Dentre as duas visões apresentadas, o pensamento de Husserl está para o núcleo filosófico do idealismo, sendo, portanto, contrário à posição filosófica do materialismo. Nesse sentido, Pêcheux convoca o lógico-matemático em razão de sua posição antissubjetivista, pois Frege parte da premissa de que o pensamento não pertence ao psicológico, e desse modo, se contrapõe a posição epistemológica subjetivista, se marcando, a princípio, assim como Pêcheux, contrário à posição epistemológica idealista.

Pêcheux concorda com Frege no que diz respeito a crítica ao psicologismo puro, bem como na medida em que ele é tido como materialista ao fazer a distinção entre representação interior e mundo exterior, independente dos sujeitos e exterior a eles. Sendo essa uma “tomada de posição pelo materialismo que Pêcheux assume” (Sobrinho, 2018, p.16). Mas a presença de Frege na obra *Semântica e Discurso* é marcada por aproximações e distanciamentos, pois o lógico-matemático acaba sendo pego pela visão idealista que tenta “abordar todas as questões como passíveis de interpretação de caráter lógico- matemático[...] ao dar a entender essa mesma unificação confusa, em que ciências, religião e moral têm ‘a mesma insígnia’” (Sobrinho, 2018, p.15), sendo considerado por Pêcheux o ponto cego do materialismo fregeano.

Outro ponto de distanciamento se marca na discussão que Pêcheux propõe a partir de uma análise desenvolvida por Frege sobre o enunciado: “Aquele que descobriu a forma elíptica

das órbitas planetárias morreu na miséria” (Pêcheux, 2014, p.85). Pêcheux observa que Frege, ao tentar compreender o funcionamento da língua na “relação entre independente e subordinada relativa”, propõe que esta induz no “pensamento” uma ilusão (posição de existência) (*Idem*, p.86 [Grifos do autor]).

Michel Pêcheux explica que a ilusão que Frege constatou na análise do enunciado citado anteriormente “é a ilusão por meio da qual esse objeto de pensamento induz necessariamente, no pensamento, a existência de alguém, não de um modo geral, mas como sujeito absolutamente único” [...] (*Idem*, p.88).

Para Frege, no referido enunciado em análise, “a denotação é Kepler, e não um valor de verdade” (*Idem*, p.85). Pêcheux observa que Frege, ao realizar a análise do enunciado, distingue designação e afirmação. Ao compreender isso, Pêcheux sugere uma versão explicativa do enunciado que promoveria sentido e reescreve-o da seguinte maneira: “Kleper, que descobriu [...], morreu na miséria”. (*Idem*, p.86).

Mas Pêcheux reconhece que não era interesse de Frege⁴ aludir às relações de sentido entre as duas partes da frase analisada e sim “à *relação formal* existente entre a “proposição em seu todo (o “pensamento”) e a subordinada que nela se inscreve como objeto de pensamento” (*Idem*, p.88), pois Frege (1978) preconizava que em uma sentença analítica “a verdade é um fato exclusivamente linguístico; afinal, ninguém precisa olhar o mundo para saber que ela é verdadeira” (p. 94). Por isso seus pensamentos são tão caros a semântica formal.

Pêcheux ao acompanhar a análise que o lógico-matemático realizou do referido enunciado, verificou que “desse modo, Frege sugere que, se é possível aparecerem ilusões na linguagem, é *porque* a linguagem “natural” é mal feita e contém armadilhas e ambiguidades que podem desaparecer numa língua artificial “bem feita” (p.87), assim, Frege a considerou imprópria para a produção de conhecimento por ser passível de “erro”, “mal-entendido” e “ambiguidade”.

Interessa-nos observar que a este respeito existe um ponto comum entre Pêcheux e Frege. Pêcheux também compreende que a linguagem natural é passível de “erro” e “equivoco”, conforme a reflexão a seguir:

Nessas condições, é preciso dizer que a necessidade dessa “ilusão”, pela qual um objeto de pensamento pressupõe a existência de um objeto real que ele designa, provém de uma “imperfeição da linguagem”, de um fastidioso hábito que, em última

⁴ Por não ser linguista de profissão, ele não coloca evidentemente a questão de saber se o funcionamento linguístico que ele examina em seu exemplo está ou não *linguisticamente* ligado a outros funcionamentos linguísticos, ele não busca saber se se trata de um *efeito linguístico sistemático* ou de um caso particular: ele resolve a questão como um lógico, [...] (p.86 [grifos do autor]).

instância, requeria – como diz Frege – que “quando se faz uma afirmação, pressupõe-se sempre que os nomes próprios empregados, sejam eles simples ou compostos, tem uma denotação” (Pêcheux, 2014, p. 88 [Grifos do autor]).

A diferença é que Pêcheux avança em relação a Frege e, ao invés de propor uma língua artificial (sem falhas) como a solução para o campo do conhecimento científico, como fez o lógico-matemático, ele “considera que é uma “ilusão” acreditar ser possível desambiguar a língua para encontrar a “verdade” do conhecimento uma vez que o equívoco é constitutivo do real da língua na sua imbricação com o real da história” (Sobrinho, 2018, p.15 [Grifos do autor]).

Pêcheux não considera essa propriedade/capacidade de equívoco constitutiva da língua natural como um problema. Para ele esse funcionamento atesta a presença da exterioridade na língua. Nessa direção, Pêcheux apresenta um exemplo e dois questionamentos para nos fazer refletir sobre esse efeito de ilusão, erro, mal-entendido, entre outros. Observemos:

Deveríamos, então, declarar como absurda e desprovida de qualquer sentido uma frase como: “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”, na qual o discurso do ateísmo militante nega, na “proposição em seu todo”, a existência daquele mesmo que ele pressupõe como existente na subordinada? (Pêcheux, 2014, p.89).

Ao término do exemplo, Pêcheux faz uma sugestão em forma de pergunta: Não deveríamos, ao invés disso, considerar que há *separação, distância ou discrepância* na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase? (*Idem*, p.88-89 [Grifos do autor]).

Nessa perspectiva, a “ilusão” de que fala Frege não é o puro e simples efeito de um fenômeno sintático que constitui uma “imperfeição da linguagem”: o fenômeno sintático da relativa determinativa é, ao contrário, a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois “domínios de pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos “pré-construído”, isto é, *como se esse elemento já se encontrasse aí* (Pêcheux, 2014, p.89 [Grifos do autor]).

Pêcheux faz uma observação sobre o que entende por “domínios de pensamento”, dizendo que “não estamos querendo designar *conteúdos de pensamento fora da linguagem*, que se encontrariam na linguagem com outros conteúdos de pensamento: na verdade, todo conteúdo de pensamento” existe na linguagem, sob a forma do *discursivo*” (*Idem*).

Embora Frege dê ênfase a “imperfeição da linguagem” e considere-a imprópria na produção do conhecimento, esse estatuto muda no que diz respeito à poesia e afirma que dada essa propriedade “imperfeita” da língua natural é que advém a capacidade de produzir ficção e poesia e que por essa razão as obras poéticas são tão interessantes. Desse modo, na concepção

de Frege a língua natural não é adequada apenas ao conhecimento científico. Nessa direção, vejamos o exemplo que o lógico-matemático apresenta para tratar dessa relação entre a poesia e o efeito de verdade que é possível, segundo ele, através do referente:

Refletindo sobre a proposição: “Ulisses profundamente adormecido foi depositado sobre o solo de Ítaca.” Frege declara que “a sentença [...] tem, obviamente, um sentido, mas [que] é duvidoso que o nome ‘Ulisses, que aí ocorre, tenha uma referência”.

E ele acrescenta:

Ao ouvir um poema épico, por exemplo, além da euforia da linguagem, estamos interessados apenas no sentido das sentenças e nas representações e sentimentos que este sentido evoca. A questão da verdade nos faria abandonar o encanto estético por uma atitude de investigação científica. Logo, é totalmente irrelevante para nós se o nome “Ulisses”, por exemplo, tem referência, contanto que aceitemos o poema como uma obra de arte (Frege, 1978, p.69, *Apud* Pêcheux 2014, p.109-110).

Observamos que há na proposição de Frege uma espécie de exceção quanto ao “problema” da impossibilidade da língua em conferir valor de verdade a todas as referências quando o assunto é poesia, mas conforme Pêcheux, nessa visão “o imaginário é colocado, então, como o equivalente do irreal e reduzido a um efeito psicológico individual, de natureza “poética” (*Idem*, p.109). Ainda nessa direção, Pêcheux expõe mais um exemplo trazido por Frege, quanto às expressões que, segundo o lógico-matemático, são desprovidas de denotação e induzem a “falsas aparências”. Vejamos:

O abuso demagógico se apoia facilmente sobre isto, talvez mais facilmente do que sobre a ambiguidade das palavras. “A vontade do povo” pode servir de exemplo, pois é fácil estabelecer que não há uma referência universalmente aceita para esta expressão. Não deixa, pois, de ser importante que se elimine definitivamente a fonte destes erros, ao menos na ciência (p.110).

Diante de tal exemplo, Pêcheux constata que neste ponto não se trata de uma ilusão da língua natural, mas sim dos efeitos do empirismo lógico (uso generalizado da ficção), parte do funcionamento da ideologia burguesa presente nas palavras do lógico-matemático. Desse modo, revela-se nesse exemplo o ponto cego do materialismo de Frege, conforme Pêcheux.

O que Frege coloca claramente aqui é que as expressões políticas tais como “o povo”, “a vontade do povo” etc., devem ser tomadas com alguma reserva, a exemplo do que ele diz em outro lugar, isto é, são afetadas, como ‘Ulisses’, por um indício de irrealidade que impossibilita a estabilidade referencial do objeto e as torna questões de apreciação individual, o que é próprio da apreensão burguesa da política. Para a ideologia burguesa, a política pertence, como a poesia, ao registro da ficção e do jogo (Pêcheux, 2014, p.110).

Como vimos nesse estudo, a princípio, a visão logicista tentou escapar da concepção empirista, psicologizante, e buscou considerar a objetividade pura, mas diante de algumas

“imperfeições” da linguagem, “problemas” do referente, buscou explicar essas questões como da ordem da ficção, reproduzindo, conforme afirmou Pêcheux, um ponto de vista ideológico burguês, por isso o autor nos alertou dizendo:

Quisemos fazer esse esclarecimento prévio para nos prevenirmos contra a concepção logicista segundo a qual as oposições ideológicas (e, sob certos aspectos, políticas) resultariam, “na realidade”, de imperfeições da linguagem, o que significa reduzi-las a quiproquós, a “problemas sem pé nem cabeça” dos quais todo o mundo poderia escapar se se desse a um tal trabalho (Pêcheux, 2014, p.87 [Grifos do autor]).

O fato preponderante é que as ditas imperfeições da linguagem, ao mesmo tempo que se parecem com defeitos, também dão visibilidade à equivocidade da língua, à sua incompletude constitutiva. Então é preciso esmiuçar a relação entre liberdade de expressão, desinformação e *fake news* para mostrar que formulações que circulam como lógicas e estabilizadas nas redes sociais, não resistem a algumas problematizações, como por exemplo quando colocamos em relação o funcionamento dos sentidos entre censura e liberdade de expressão.

Para tanto, consideramos fundamental o texto “Maio de 68: os silêncios da memória” (Orlandi, 2015). Nesse texto, a autora destaca a historicidade do discurso da liberdade de expressão e como foram se constituindo seus diferentes efeitos de sentidos. Mesmo sendo um texto escrito em condições de produção mais antigas sobre um acontecimento ainda mais antigo, nosso objetivo é pinçar elementos que subsidiem nossa análise sobre a relação entre liberdade de expressão e censura em circulação nas redes sociais, neste século XXI.

Para Orlandi (2015), os sentidos também podem ser interditados e silenciados, pois a palavra liberdade, no contexto de maio de 68, era de luta, era de busca e reivindicações pela democracia, uma forma de resistência à ditadura. Portanto, afirma a autora que:

Mais do que ver no acontecimento maio-68 a constatação dessa violência, interessa vê-lo, enquanto **acontecimento discursivo**, justamente como fato desencadeador de um processo de produção de sentidos que, **reprimido, vai desembocar na absoluta dominância do discurso (neo)liberal**. (Orlandi, 2015, p. 53 [Grifos nossos]).

O referido texto tem como questão norteadora o seguinte enunciado: o que aconteceu com os sentidos que constituem o evento maio-68? (*Idem*, p.55). A pesquisadora relata que havia em circulação, naquele período, vários enunciados com formulações distintas, mas com um discurso em comum, de maneira parafrástica, que era **a luta por liberdade**.

No modo como o político se simboliza nos anos 60 há todo um possível dizer da sociedade, da cultura que coloca os sujeitos em medida de uma transformação histórica e social de grande dimensão. Essa possibilidade eclode nos movimentos de 68 tendo a palavra *liberdade* como carro-chefe. No mundo todo há manifestações de rua em que uma discursividade candente trabalha os muitos sentidos postos na reivindicação das liberdades concretas necessárias à sociedade em suas novas possíveis formas. (*Idem*, p.56)

No texto encontram-se alguns enunciados citados como exemplos dessa discursividade mencionada pela autora, como: “É proibido proibir!”; “Faça amor não faça guerra – que deriva para Paz e Amor!” “Boulot, Metro, Dedo! – em português: Trabalho, Condução e Cama!” (*Idem*). Compreende-se que as pessoas não queriam viver uma vida fadada às regras e ao trabalho exclusivamente, mas esses sentidos não puderam persistir por muito tempo, eles foram sucumbidos e Orlandi (2015) nos mostra como e quando isso aconteceu. A autora nos apresenta como esses sentidos foram de-significados não chegando a se inscrever na memória. Vejamos parte do processo:

Uma paráfrase agora, com o tempo já deslocado, mostra **a conversão desse discurso em um processo que o de-significou**. Essa paráfrase aparece, **em maio de 1998**, em um pôster de propaganda no metrô de Paris: um casal nu, tatuado com flores no peito, dirigindo-se a uma exposição, e, embaixo, os dizeres “Entrada livre. Isso faria sonharem seus pais...”. (*Idem*, p.57 [Grifos nossos])

Esse é um forte exemplo de como o sentido de liberdade passou a ser outro, substituindo os sentidos de luta, os sentidos de resistência, suavizando, inclusive, o contexto que marcava essa palavra em tempos de ditadura. Segundo a autora: “No pôster dos anos 90 “entrada livre” e gratuita reduz o sentido de liberdade ao preço de um parque de diversões. (*Idem*). Assim, conforme a autora:

Esse enunciado por sua vez mostra a forma como os sentidos concretos e explosivos de liberdade, que estavam levando à uma revolução social e cultural, a novos sentidos para os sujeitos e para a história, foram barrados violentamente pelo status quo. Pelas instituições, pelo poder. (*Idem*).

Nesse sentido, insta salientar também o poder do discurso publicitário, de um modo geral, no processo de difusão e, conseqüentemente, de implantação dos novos sentidos determinados “pelo status quo, pelas instituições e pelo poder”. E como resultado dessa investida na dessignificação, a autora completa:

Então, sentidos possíveis, historicamente viáveis foram politicamente *interditados*. E tornaram-se inviáveis. Essa impossibilidade, posta pela censura e pela força, se naturaliza e funciona como um pré-construído restritivo a certos sentidos de **liberdade**, de tal maneira, que eles parecem *impossíveis*. Foram assim desmoralizados, amolecidos, inviabilizados, de-significados, postos fora do discurso. E a palavra “liberdade” aparece feito florzinha que se prende com um bottom numa roupinha maneira... Ao mesmo tempo, pela outra mão, **a da direita**, nesse mesmo processo, se estabelecem as bases do discurso neo-liberal em que se **individualiza a questão da liberdade, destituindo-a da força concreta histórica que ela tinha na outra formação discursiva - a da esquerda**, em que o partido comunista propunha em seu programa a necessidade de construção de uma democracia fundada nas liberdades concretas necessárias para as novas formas sociais - em que haviam se alocado sentidos explosivos de liberdade (p.57 e 58 [Grifos nossos]).

Nessa direção, conforme Orlandi, o sentido de liberdade passou a coexistir em duas formações discursivas. “E o que é silenciado em uma formação discursiva é acolhido em outra formação discursiva, esta, dominante, que corresponde ao viés pragmático e empresarial da política neo-liberal [...]”. (*Idem*, p. 58). Nessa direção vale lembrar que: “A definição de formação discursiva diz que ela delimita “aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito em uma posição discursiva em um momento dado em uma conjuntura dada” (Haroche, Henry, Pêcheux, 1975)”. (Orlandi, 2015, p.56).

Sendo assim, “essa liberdade sem determinações concretas, agora generalizada, pode ser reivindicada, individualizando-se, até pelos neo-nazistas que, em nome dela, exigem o direito de usar a suástica em suas roupas opressivas” (*Idem*, p.58).

O que queremos demonstrar é que este movimento de silenciamento x acolhimento entre diferentes formações discursivas descrito por Orlandi (2015, p. 58) ainda é um movimento que se mostra bem forte nas redes sociais. Um exemplo que demonstra isso é quando o funcionamento da censura é invocado por sujeitos identificados com uma formação discursiva conservadora sempre que sujeitos identificados com a formação discursiva progressista chamam a atenção para alguma *fake news* em circulação nas redes sociais. No capítulo de análise voltaremos a essa problematização.

Ademais, verificamos a importância em destacar que nosso trabalho não se destina em analisar especificamente o discurso político, mas busca compreender a relação deste com as formulações que constituem o tripé *fake news*, desinformação e liberdade de expressão. Desse modo, outro referencial teórico que nos serviu como base de análise foi o livro “O discurso: estrutura ou acontecimento” de Michel Pêcheux. Nesse estudo, o autor analisa a relação entre “os universos logicamente estabilizados e as formulações irremediavelmente equívocas [...]” (2015, p.08), a partir de um acontecimento político que foi a eleição presidencial em 10 de maio de 1981 na França, conforme noticiada pela mídia em Paris.

Esse acontecimento que aparece como “global” da grande máquina televisiva, este resultado de uma super-copa de futebol político ou de um jogo de repercussão mundial (F. Mitterand ganha o campeonato de Presidência da França) é o acontecimento jornalístico e da mass-media que remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente (o veredito das cifras, a evidência das tabelas) e profundamente opaco (*Idem*, p.19 [grifos do autor]).

O referido autor descreve na obra o processo de apuração dos votos divulgados pela mídia e também os movimentos dos eleitores de Mitterand a comemorar o resultado nas praças públicas, associando metaforicamente esse processo ao funcionamento de um jogo de futebol:

[...] todos os parisienses para quem esse acontecimento é uma vitória se reúnem em massa na Praça da Bastilha, para gritar sua alegria (os outros não serão vistos nessa noite). [...] Ora, entre esses gritos de vitória, há um que vai “pegar” com uma intensidade particular: é o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos!”] repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento (*Idem*, p.20-21 [grifos do autor]).

Michel Pêcheux (2015) destaca que a materialidade discursiva desse enunciado coletivo (Ganhamos) é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político. “On a gagné” [“Ganhamos!”], [...] constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar (*Idem*, p.21). Para o autor, nesta ocasião os sentidos do enunciado “On a Gagné” [“Ganhamos!”] significam como logicamente estabilizados, transparentes, um simples grito de vitória como ocorre em uma competição de futebol, um jogo em que os resultados são estáveis e não há lugar para questionamentos.

Segundo o autor, o discurso esportivo se sustenta em efeitos de literalidade, objetividade lógica, pois os resultados derivam de um universo logicamente estabilizado” em que a “equipe X, classificada na enésima divisão, derrotou a equipe Y”, portanto “a equipe X está, pois, qualificada para confrontar a equipe Z. Portanto, “Questões do tipo “quem ganhou na verdade? Em realidade? Além das aparências? Face à história?”, etc. aparecem como questões que não seriam pertinentes, e, no limite, até absurdas, a propósito de um resultado esportivo” (*Idem*, p.22). Desse modo, o discurso esportivo não abre espaço para a equivocidade.

Entretanto, Pêcheux (2015) enfatiza que “a interpretação político-esportiva que acaba de ser evocada não funciona como proposição estabilizada [...] senão com a condição de não se interrogar a referência do sujeito do verbo “gagner” [ganhar], nem de seus complementos elididos” (*Idem*, p.23), pois, conforme o autor, o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos!”] é profundamente opaco:

[...] sua materialidade léxico-sintática (um pronome “indefinido” em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal “gagner” [“ganhar”]. A ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas - paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc. - isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável. (Pêcheux, 2015, p. 23)

No fio desta discussão, Pêcheux problematizou a existência de “objetos discursivos de talhe estável detendo o aparente privilégio de serem, até certo ponto, largamente independentes dos enunciados que produzimos a seu respeito” (*Idem*, p.28) que “vem trocar seus trajetos com outros tipos de objetos, cujo modo de existência parece regido pela própria maneira com que falamos dele” (*Idem*). Desse modo, o autor questiona: uns devem ser declarados mais reais que outros? Há um espaço subjacente comum ao desdobramento de objetos tão dessemelhantes?

Foi a partir do exemplo do acontecimento do dia 10 de maio de 1981, que o autor colocou em questão “o estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas” (*Idem*, p.27-28). Nessa discussão, Pêcheux trabalha a noção de real:

Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...), “há real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser “assim”, (o real é o impossível...que seja de outro modo) (p.29).

Nessa direção, o autor explica ainda que “não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (p.29). No entanto, conforme o texto, existem muitas técnicas materiais que buscam instrumentalizar processos naturais para dirigi-los em direção aos efeitos procurados. Vejamos:

A esta série vem se juntar a multiplicidade das “técnicas” de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos... Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta ele também as aparências da coerção lógica disjuntiva: é “impossível” que tal pessoa seja solteira e casada, que tenha diploma e que não o tenha, que esteja trabalhando e que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês e que ganhe mais, que seja civil e que seja militar, que tenha sido eleito para tal função e que não o tenha sido, etc... (p.30)

Como se observa, a sociedade e consequentemente os sujeitos são regidos por uma coerção lógica disjuntiva que visa determinar os modos de vida, o mesmo ocorre com a língua, com as interpretações, conforme Pêcheux continua dizendo:

Esses espaços – através dos quais se encontram estabelecidos (enquanto agentes e garantia dessas últimas operações) detentores de saber, especialistas, e responsáveis de diversas ordens – repousam, em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas (verdadeiro ou falso) com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não-A”) e, correlativamente, a recusa de certas marcas de distância discursiva do tipo “em certo sentido”, “se se desejar”, “se podemos dizer”, “em um grau extremo”, “dizendo mais propriamente”, etc (e, em particular, a recusa de quaisquer aspas de natureza interpretativa, que deslocariam as categorizações; [...]) Nesses espaços discursivos (que mais acima designamos como “logicamente estabilizados”) supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços) (p.31).

Nesta direção, o referido autor explica que “esta homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é atravessado por uma série de equívocos, em particular termos como lei, rigor, ordem, princípio, etc. que ‘cobrem’ ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e os das administrações” (*Idem*, p. 32). Conforme Pêcheux, nesse espaço de necessidade equívoca que inclui além de processos técnicos, pessoas, coisas, escolhas políticas, modos de emprego e etc., qualquer diálogo, como um simples pedido de informação ou até mesmo um debate, uma discussão “é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis - com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si - mesmo e/ou para os outros” (*Idem*, p.33-34)

Na sequência desta discussão, Michel Pêcheux (2015) traz para o centro das discussões a história, “isto é, a questão das formas de existência possível de uma ciência da história” (*Idem*, p.36-37). Para tanto, apresenta as consequências intelectuais da descontinuidade galileana, que para os físicos, Aristóteles não é nem um colega, nem o primeiro físico, apenas um grande filósofo e que a física galileana e pós-galileana não interpreta o real, pois a construção do real físico como processo, não deixa de ser objeto de múltiplas interpretações (*Idem*, p.38).

A partir dessa retomada, o autor suscita algumas questões, como: se Marx pode, ou não, ser considerado como o Galileu do “continente história”? “há um impossível específico à história, marcando estruturalmente o que constituiria o real? Há uma relação regulada entre a formulação de conceitos e a montagem de instrumentos suscetíveis de aprisionarem esse real?

E podemos discernir, com o advento do pensamento de Marx, uma *descontinuidade* tal que o real histórico deixasse de ser objeto de interpretações divergentes, ou contraditórias, para ser constituído, por sua vez, em processo (por exemplo, “em processo sem sujeito nem fim (ns), segundo a célebre fórmula de L. Althusser)?

As questões foram respondidas pelo pesquisador ao afirmar que “Marx não é nem o primeiro historiador, nem o primeiro economista, no sentido em que Galileu seria o primeiro físico [...] (*Idem*, p.39) “Na falta de ser o fundador da ciência da história, Marx seria um grande filósofo: um pensamento da importância da de Aristóteles...”(*Idem*, p.39) E que “[...] o impossível próprio à estrutura do real histórico - isto é, o real visado especificamente pela teoria marxista – seria literalmente inapreensível nas “aplicações” da dita teoria (*Idem*, p.40). Para Pêcheux, “a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo” (*Idem*, p.42).

Sendo assim, ao encaminhar para o terceiro e último capítulo do livro “Ler, Descrever e Interpretar”, Pêcheux tece críticas às ciências régias por conceberem o “registro do ordinário do sentido como um fato de natureza psico-biológica, inscrito em uma discursividade logicamente estabilizada” (*Idem*, p.48) em um “retorno fantástico para os positivismos e filosofias da consciência” (*Idem*). Desse modo, o autor propõe trabalhar as práticas da linguagem ordinária e as práticas de leitura por uma perspectiva anti-positivista.

Nesse contexto, Pêcheux considera animadoras algumas tendências recentes da linguística como o distribucionalismo harrisiano e o gesto do gerativismo chomskyano em recolocar em causa o primado da proposição lógica e os limites impostos à análise como análise da sentença (frase). Nessa direção, afirma que:

[...] A pesquisa linguística começaria assim a se descolar da ‘obsessão da ambiguidade (entendida como lógica do “ou...ou”) para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc. Esse jogo de diferenças, alterações, contradições não pode ser concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico: a equivocidade, a “heterogeneidade constitutiva” (A expressão é de J. Authier) da língua corresponde a esses “artigos de fé” enunciados por J. Milner em “A Roman Jakobson ou le Bonheur par la Symétrie” (in *Ordre et Raisons de Langue*, Seuil, Paris, 1982, p.336): “- nada da poesia é estranho à língua” – nenhuma língua pode ser pensada completamente, se aí não se integra a possibilidade de sua poesia”. (Pêcheux, 2015, p. 50-51)

Segundo o autor, a partir dessa visão, a linguística foi obrigada a desenvolver condições de análises capazes de compreender “o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. Isto é, a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a

consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais”⁵ (*Idem*, p.51). Esse modo de olhar o fato linguístico do equívoco marca o lugar das disciplinas de interpretação, pois conforme Pêcheux:

É neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes (p.53).

Desse modo, o autor explica que “as coisas a saber são “sempre tomadas em redes de memória dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação: a transferência não é uma interação, e as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são “máquinas de aprender” (p.53-54). Sobre este processo Pêcheux (2015) nos apresenta que:

O ponto crucial é que, nos espaços transferenciais da identificação, constituindo uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc...), as “coisas -a-saber” coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de “saber do que se fala”, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem: [...] O fantasma da ciência régia é justamente o que vem, em todos os níveis, negar esse equívoco, dando a ilusão que sempre se pode saber do que se fala, isto é, se me compreendem bem, negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece. (p.54-55)

Ao finalizar essa discussão o autor retoma a ideia de separação da discursividade como estrutura ou como acontecimento, enfatizando que ao inscrever os discursos em séries, como transcendental histórico, “esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora (*Idem*, p.55), pois conforme Pêcheux (2015)

[...] todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação -reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é,

⁵ Pêcheux ressalta que também desenvolveu esse argumento no texto “La langue Introuvable”(Maspero, Paris, 1981), com F. Gadet.

ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação (p.56)

Toda a discussão teórica desenvolvida pelo autor foi relevante para nossa pesquisa, pois nos forneceu condições de problematizar os efeitos do discurso político na significação dos materiais, a relação de universos logicamente estabilizados (como a área jurídica, a área da comunicação e econômica) que compreendem o tripé *fake news*, desinformação e liberdade de expressão, como objetos de talhe estáveis que, conforme mostraremos mais adiante, são formulações opacas. É através desta obra que compreendemos a equivocidade, o real da língua e o real da história nas formulações recortadas para análise.

1.1 Mapeando e delimitando o *corpus*

Nesta pesquisa, buscamos problematizar o modo de funcionamento do tripé *fake news* - *desinformação* - *liberdade de expressão*. Para tanto, mobilizamos o seguinte questionamento: Como se constitui, se formula e circula o imaginário de sinonímia que afeta o funcionamento do tripé *fake news*, desinformação e liberdade de expressão⁶? Nessa direção, inicialmente apresentamos, então, o modo como o *corpus* de pesquisa foi constituído.

Primeiramente observamos que há um arquivo digital muito vasto, que, inclusive, não para de crescer, sobre *fake news*, *desinformação* e liberdade de expressão, no espaço de formulação da linguagem no Brasil. Em contato com materiais que apresentam em comum a discussão sobre essa relação, visando combater o crescimento das *fake news*, compreendemos que através desse **discurso sobre**, poderíamos compreender o discurso das *fake news*, pois;

Consideramos que os “discursos sobre” são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no “discurso sobre” que se trabalha o conceito da

⁶ Consideramos a constituição, a formulação e a circulação conforme a perspectiva de Orlandi (2012) que os define como os processos de produção do discurso, sendo “sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições” (ORLANDI, 2012, p.09).

polifonia. Ou seja, o “discurso sobre” é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim, o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema são parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos dos discursos *do* samba, *do* cinema etc. O mesmo se passa com o discurso *sobre* o Brasil (no domínio da história). Ele organiza, disciplina a memória e a reduz (Orlandi, 2008, p.44) [grifos da autora].

No processo de delimitação das *fake news* para análise, observamos que diante do enorme fluxo de materiais dessa ordem que circulavam nas mídias sociais no Brasil, eram predominantes os casos de *fake news* de cunho político, envolvendo candidatos de vários partidos.

Desse modo, o *corpus* de análise é composto por um conjunto de formulações recortadas de materiais que foram produzidos em períodos diferentes, datados de 2017 a 2022. Os respectivos materiais são: uma cartilha⁷ lançada em julho de 2019, pela Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, que tem como título: “Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das *fake news*”; o texto “Desinformação⁸ na era da *internet*” do doutor em economia Celso Toledo, publicado em julho de 2017 pela revista “*Exame*. Abril Digital”; um artigo de natureza jurídica, sob o título: “*Fake news*⁹, Desinformação e Liberdade de Expressão” redigido por Dias Toffoli, enquanto estava na condição de presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Projeto de Lei¹⁰ das *fake news*, criado em 2020.

E três *fake news* inscritas no discurso político, sendo duas consideradas pelo jornal Brasil de Fato¹¹ como as *fake news* que marcaram o cenário político do Brasil em 2018, e a terceira está entre as *fake news* que o Tribunal Superior Eleitoral determinou que fosse removida da *Web*¹² em 2022. Desse modo, elas se dividem nos seguintes formatos: a primeira trata-se de uma formulação verbo-visual, a segunda de uma formulação audiovisual¹³ e a terceira uma formulação escrita¹⁴. A título de contextualização, vejamos primeiramente o *print* de cada uma delas:

⁷ Link que dá acesso a cartilha disponível para download: <<http://bit.ly/CartilhaFakeNews>> . Data de acesso: 23 de ago. 2019.

⁸ Link que dá acesso ao texto recortado: <<https://exame.com/colunistas/celso-toledo/desinformacao-na-era-da-internet/>> Data de acesso: 15 de jun. 2019

⁹ Link de acesso ao texto: <<https://interessenacional.com.br/fake-news-desinformacao-e-liberdade-de-expressao/>> Data de acesso: 11 de jul. 2019

¹⁰ Link de acesso ao projeto de lei: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944>> Data de acesso: 08 de abr. 2021

¹¹ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>> Data de acesso: 05 de abril de 2023.

¹² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2020/noticia/2022/09/tse-manda-remover-fake-news-publicada-por-aliado-de-lula-contra-bolsonaro.ghtml#> Data de acesso: 20 de out. 2023.

¹³ Divulgada pelo Jornal Nacional e no Facebook.

¹⁴ Divulgada no antigo Twitter.



Foto: Reprodução/Facebook

Figura 01: Print da fake news envolvendo a presidenciável Manuela D'Ávila (Fonte: Brasil de Fato).



Figura 02: Print da fake news conhecida como Kit Gay (Fonte: globoplay.globo.com).

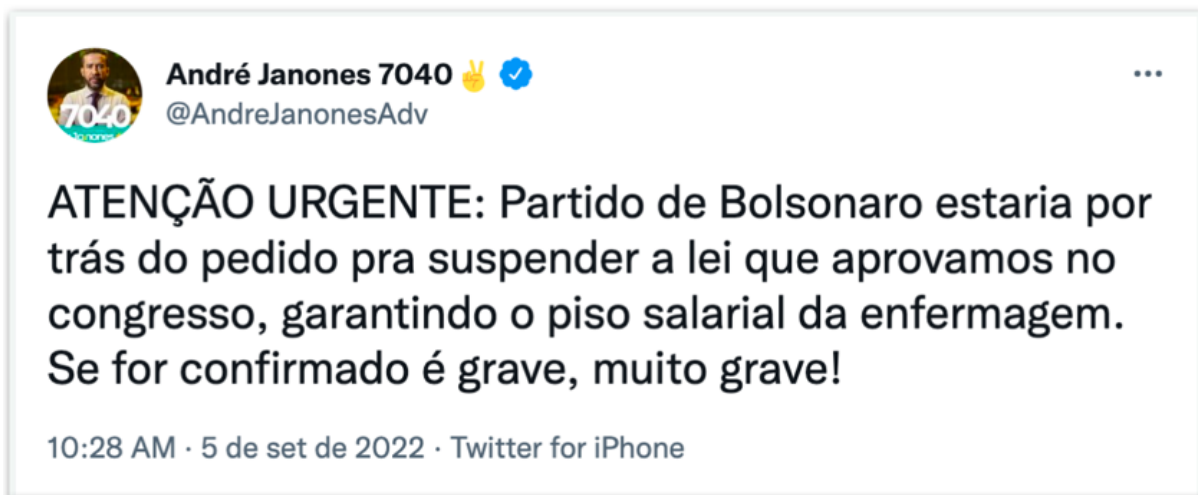


Figura 03: Print do post considerado fake news de André Janones (Fonte: Jornal Poder360).

Consideramos as formulações recortadas tanto do “discurso sobre” quanto do “discurso de” como formas materiais, conforme preconizou Orlandi (2017, p.74), ou seja, uma forma que não é nem abstrata, nem concreta, nem empírica, “na busca do real da língua e o real da história – para poder trabalhar a relação sujeito/sentido analisando as condições de produção (material) da vida política, social e elaborar a relação do imaginário com o real”. Dessa maneira é que se torna possível dar visibilidade à materialidade do político e da política no funcionamento das *fake news*.

Sendo assim, começamos pontuando que no discurso sobre, presente no conjunto de materiais de ordem distinta, verificamos a presença de três regularidades: 1) a afirmação de que o diferencial das *fake news* do século XXI está atrelado aos efeitos das redes sociais digitais em termos de estrutura e possibilidades de circulação, 2) as críticas ao uso da expressão *fake news* classificando-a como indevida e devendo ser substituída pela palavra *desinformação* e 3) o discurso de ameaça aos direitos de liberdade de expressão decorrente da circulação das *fake news* pelo digital.

Diante dessa observação, consideramos com base nos estudos de Orlandi (2008) sobre o “Conteudismo: a perfídia da interpretação” que estas regularidades apresentam uma leitura conteudista em que a análise incide sobre o produto *fake news* e não nos processos de produção e significação destas. Observa-se que as redes sociais são colocadas como a causa das *fake news* no século XXI e que através da circulação permitida, os direitos à liberdade de expressão estão ameaçados, como se estes fossem os únicos e absolutos sentidos ocultos por trás das *fake news*. Além disso, sugerem a palavra *desinformação* difundindo que “o que ela quer dizer” contempla mais o que tem circulado nas redes, que a expressão *fake news*, considerando-a de maneira

estritamente formal. Compreendemos esse gesto interpretativo do “discurso sobre”, de acordo com as seguintes palavras de Orlandi (2008):

Todas essas considerações resultam, pois, desse vício da relação das ciências sociais com a linguística: ou se tem a língua como objeto formal do qual se excluem o sujeito e a situação, ou, quando se introduzem esses componentes, se expulsa pelo mesmo movimento a noção de “forma” e se cai no conteúdo e na interpretação. Vendo o sentido, assim, como algo que já está lá (ilusão referencial) (p.271 [grifos do autor]).

Nessa direção, observamos uma retroalimentação do “discurso sobre” com o “discurso de” numa leitura conteudista das *fake news* que apresentamos, pois estas realmente são da ordem do digital e circularam em redes sociais, o que produz uma aparência de estabilidade dos sentidos em uma análise que incide apenas sobre o produto (*fake news*), o mesmo ocorre com a leitura que apresentam das palavras *fake news* e desinformação, compreendidas como transparentes, sendo uma mais “suficiente que a outra”, porém “podemos pensar a relação da forma não com o conteúdo, mas com a “matéria”, ou melhor, com a materialidade do discurso que é linguística e histórica” (*Idem*, p.271-272).

Compreendemos também que as regularidades do “discurso sobre” que conforme a autora citada, “organiza, disciplina a memória e a reduz” (*Idem*, p.44), apresentam a relação entre *fake news*, desinformação e liberdade de expressão de forma abstrata, como se fossem sentidos relacionáveis, com a mesma historicidade, filiados a uma mesma memória discursiva, apresentando-os como sinônimos, portanto intercambiáveis. Os associam pela evidência do digital, mas Orlandi (2008) explica que “[...] transparências são construídas para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem, no entanto, como evidências empíricas” (p.272), por isso a importância em trabalhar com a perspectiva que concebe o funcionamento do discurso e não com a perfídia que “consiste em considerar o conteúdo” (*Idem*, p.270) apenas. Assim, a autora expõe que:

A análise de discurso, por seu lado, desfazendo esse falso dilema entre forma e conteúdo, critica tanto o formalismo como o conteudismo, procurando trabalhar com a forma-sujeito e a forma do sentido, que são determinadas historicamente em seu processo de constituição. Não se privilegia, assim, nem o “formal” nem o “conteúdo”, mas a forma material (que é linguística e histórica) do sujeito e do sentido (*Idem*, p.271).

É por isso que neste momento de nossa discussão se mostra relevante retomar o conceito de sinonímia tal como está posto nos estudos gramaticais, para compreendermos a ruptura que Pêcheux (2014) realizou sobre esta noção quando propôs a Análise Automática do Discurso em 1969. Apresentamos primeiramente que, conforme consta na Gramática Descritiva do

Português, “chamam-se sinônimos palavras de sentido igual ou aproximado” (Cegalla, 1987, p.261 *Apud*, Perini, 2005, p. 247). Nesta discussão, acrescentam que essa noção também se estende às frases e sintagmas que podem ter sentidos semelhantes sendo considerados igualmente sinônimos. Sobre esse aspecto, Perini (2005) explica que para o campo da lógica a implicação mútua é suficiente para definir a sinonímia. No entanto, para o autor essa concepção se mostra limitada, pois afirma que:

[...] a noção (lógica) de implicação mútua não pode ser utilizada (pelo menos sozinha) para definir a noção léxica de “sinonímia”. A implicação mútua pode resultar de fatores não-linguísticos [...] e duas palavras que se implicam mutuamente podem, ainda assim, ocorrer em situações diferentes, devido a imposições de uso que não têm nada a ver com o significado (*Idem*, p. 248-249).

Nessa direção, assevera Perini (2005), que o conceito de sinonímia ainda não se mostra preciso para os gramáticos e lexicógrafos, pois reconhecem ser uma raridade a existência de sinônimos perfeitos nas línguas. Desse modo, para o autor o conceito de sinonímia permanece intuitivo e bastante nebuloso.

Outra noção convocada na esfera gramatical na relação com o conceito de sinonímia é a concepção de antonímia, normalmente classificada como: “Palavras de significação diametralmente oposta” (Rocha Lima, 2010, p.582). Conforme o autor citado, antônimos “ora são termos de radicais distintos, ora possuem o mesmo radical, caracterizando-se um deles por um prefixo de valor negativo” (*Idem*). Quanto a esta noção, Perini (2005) a considera ainda menos nítida que a de sinonímia e explica que “aqui é impossível encontrar mesmo a coerência aproximada que se percebe no caso da sinonímia — e, correspondentemente, as listas de antônimos são bem menos úteis do que as de sinônimos, por serem menos confiáveis” (p.249).

Em meio as críticas, Perini (2005) enaltece a existência dos dicionários de sinônimos, pois segundo ele são úteis pelo fato de fornecerem “grupos de palavras que, embora não sejam sinônimos perfeitos, são de significado muito próximo. São, na verdade, antes de tudo dicionários de ideias afins (ou melhor, de palavras que veiculam ideias afins); [...] (*Idem*). Nessa discussão o autor cita a fala de um lexicógrafo que defende que dicionários como estes deveriam chamar analógicos. Assim, Perini (2005) prefere a lista de sinônimos que a de antônimos.

Quanto a essa visão acerca dos dicionários, na perspectiva da Análise de Discurso, considerando os estudos de Horta Nunes (2010), os dicionários são objetos discursivos, sendo compreendidos da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, significa que o dicionário não é algo que estaria na mente das pessoas desde que elas nascem, mas, sim, algo que é produzido por práticas reais em determinadas conjunturas sociais, ou seja, o dicionário é produzido sob certas

“condições de produção dos discursos”. E as palavras não são tomadas como algo abstrato, sem relação com os sujeitos e as circunstâncias em que eles se encontram, mas sim como resultantes das relações sociais e históricas, relações essas que são complexas e, por vezes, polêmicas ou contraditórias. Assim, o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas (Nunes, 2010, p.6-7.)

Desse modo, ao considerar junto as condições de produção os sujeitos e a situação em que eles estão inseridos, concebe a noção de sujeito lexicográfico, que determinado por formações discursivas e ideológicas seleciona palavras e produz discursos sobre elas. Sendo assim, retomando a questão da sinonímia, muito recorrente nas definições dos dicionários, o autor explica que:

[...] a série sinonímica é muito frequente em dicionários brasileiros e é uma marca da imagem de abundância lexical do dicionário. Os sinônimos substantivais ou adjetivais formam também uma rede de remissões que produz uma repetição dessa série sinonímica, o que leva a uma forte circulação desse discurso figurado, que funciona como índice de uma visão moral ou de uma discursividade crítica (Nunes, 2010, p.47).

Com base nas proposições de Nunes (2010), compreendemos que as escolhas das séries sinonímicas dicionarizadas são atravessadas pela posição sujeito lexicográfico que é instituído e afetado por conjunturas sociais, históricas, políticas e ideológicas. Para adensar nossa discussão sobre a sinonímia, recorreremos aos estudos de Michel Pêcheux, desenvolvidos em sua tese de doutorado em Psicologia Social, que resultou no lançamento da obra fundadora: *Análise Automática do discurso*, em 1969.

A referida obra está organizada entre parte I – *Análise de conteúdo e Teoria do Discurso*, e parte II – *Descrição de um dispositivo de análise automática do processo discursivo*. Como nossa pesquisa tem problematizado a leitura conteudista da relação *fake news*, desinformação e liberdade de expressão, consideramos as discussões da primeira parte da obra em que Pêcheux retoma questões sobre a Linguística e as práticas de análise de texto. Para o autor, o modo como as práticas de estudo de texto eram desenvolvidas no âmbito escolar e gramatical não davam conta efetivamente da produção de sentidos.

Desse modo, o autor tece críticas tanto a “Análise de Conteúdo, praticada pelas Ciências Humanas, particularmente pela Psicologia social” (Sobrinho, 2019, p.342), quanto a “concepção de que a língua serve para a “comunicação”, pois esta noção fazia com que, diante do texto, se perguntasse “ingenuamente”: “De que fala este texto? Quais são as ideias principais do texto?”. Como se o texto fosse somente capaz de simplesmente “comunicar” algo a alguém” (*Idem*).

Neste estudo, Pêcheux (2014) define o objeto discurso e apresenta o que está em jogo em um processo discursivo, explicitando, por exemplo, o que são condições de produção, relações de força, relações de sentido, antecipação, formações imaginárias etc., que precisam ser consideradas em uma análise discursiva. Ao expor o processo de produção discursiva, o autor também chama a atenção para o movimento de sentidos “direcionando o olhar analítico para as séries de superfícies discursivas. Dessa análise, Pêcheux lança a noção de efeito metafórico” (Sobrinho, 2019, p.346). Para tanto, o autor inicia sua reflexão com a seguinte questão: “Sejam dois termos x e y , pertencentes a uma mesma categoria gramatical em uma língua dada L . Existe, pelo menos, um discurso no interior do qual x e y possam ser substituídos um pelo outro sem mudar a interpretação desse discurso?” (Pêcheux, 2014, p.94).

Na sequência apresenta ao leitor três casos que são logicamente possíveis, a saber: x e y nunca são substituíveis um pelo outro; x e y são substituíveis um pelo outro, às vezes, mas não sempre; x e y são sempre substituíveis um pelo outro. Vejamos os exemplos analisados pelo autor:

Consideremos os casos (2) e (3), em que a substituição é possível:
 (2) representa o caso em que x e y são substituíveis em função de um contexto dado.
 Por exemplo: X = brilhante Y = notável.
 X e Y são substituíveis em certos contextos. Por exemplo: este matemático é (x/y)
 Mas existem outros contextos para os quais x e y não são substituíveis. Por exemplo:
 a luz *brilhante* do farol o cegou; ou então: esta curva comporta um ponto *assinalável*.
 (3) representa, ao contrário, o caso em que x e y são substituíveis, *qualquer que seja o contexto*, propomos como exemplo:
 X = refrear Y = reprimir [...] (Pêcheux, 2014, p.95).

Dentre os casos apresentados, Pêcheux (2014) afirma que “se o par x/y pertence a (2), é possível sabê-lo em um *tempo finito*, o que não é evidentemente o caso para (3)” (*Idem*), pois para saber da existência de um contexto que impeça essa substituição (3) se faz necessário um exame de todos os contextos discursivos possíveis para uma língua dada para sustentar essa classificação. A partir das análises, Pêcheux (2014) designa “a possibilidade de substituição (2) pelo termo *sinonímia local* ou *contextual*, por oposição à possibilidade (3) a qual chamaremos *sinonímia não contextual*” (*Idem* [grifos do autor]).

Para o autor, o processo de substituição no âmbito discursivo só se dá num contexto dado, por isso nos adverte que: “[...] devemos, por prudência, considerar que todas as sinonímias são contextuais, até se verificar que, eventualmente, algumas delas são conservadas ao longo de todas as variações *estudadas* [...]” (*Idem* [grifos do autor]). Segundo ele, sua

hipótese é de que as sinonímias contextuais são a regra, enquanto as sinonímias não contextuais são as excepcionais. Assim defini o efeito metafórico:

Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse “deslizamento de sentido” entre x e y é constitutivo do “sentido” designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos “naturais”, por oposição aos códigos e às “línguas artificiais [...]” (*Idem*, 2014, p.96 [grifos do autor]).

O que Pêcheux nos apresenta nessa reflexão está para as possibilidades de mudanças nas interpretações quando ocorre a substituição de um termo por outro. Destacando que mesmo que não haja na superfície discursiva, aparente relação entre os termos, há uma série de efeitos metafóricos que ligam os discursos por deslizamentos de sentidos, substituições, deslocamentos etc. Assim, o autor “trabalha na “superfície discursiva” para chegar à estrutura do processo de produção em seu contexto e às implicações do efeito de dominância numa sequência discursiva, mas observa que é importante não perder de vista as determinações dos processos discursivos pelas suas condições de produção” (Sobrinho, 2019, p. 347 [grifos do autor]).

Nesse sentido, saindo do simplismo da correlação apresentada pelo “discurso sobre” que apaga a heterogeneidade constitutiva da produção dos discursos de *fake news*, desinformação e liberdade de expressão reduzindo o discurso das *fake news*, consideramos a conjuntura mais ampla que está presente no funcionamento discursivo tanto do “discurso sobre” quanto do “discurso de¹⁵” que recortamos, pois o surgimento das redes sociais digitais, a mundialização e a ascensão da direita em vários países como bem pontuou Orlandi (2023), tem produzido diferentes efeitos nas práticas de linguagem. Por isso se faz necessário nos determos, nesse momento, em compreender o funcionamento ideológico que rege essa conjuntura e, conseqüentemente, a língua, a história, o sujeito e os sentidos.

De acordo com os estudos de Orlandi (2009 e 2011) “a mundialização tal como a conhecemos hoje, data de um século e meio e seu processo não é linear. Vem desde o fim da Guerra Fria, da era da comunicação “sem limite”, fim da URSS e desemboca no mito da Democracia. Alguns fatos concorrem para isto: os movimentos migratórios e a mobilidade populacional” (2009, p.04). A autora explica também que:

Em relação à mundialização, com o fim da guerra, tem-se a ilusão de que nasce a comunidade internacional e de que o capitalismo triunfa. Essa comunidade se configura na utilização do poder da mídia e da comunicação, filiando-se a redes planetárias graças à utilização da internet e impõem a visão nova de um mundo interdependente em que as grandes questões – pobreza, saúde, meio ambiente – devem ser consideradas de maneira global. A era do desenvolvimento durável. Essas são

¹⁵ Também para compreendermos como o “discurso de” rompe com o imaginário promovido pelo discurso **sobre**.

expressões – como o desenvolvimento sustentável e outras – que dão “realidade” à ilusão do sucesso do capitalismo (2011, p.06).

Desse modo, “a mundialização é um processo geo-histórico de extensão progressiva do capitalismo em escala planetária e que é ao mesmo tempo uma ideologia (O liberalismo), uma moeda (o dólar), um instrumento (o capitalismo), um sistema político (a democracia), uma língua (o inglês) (Orlandi, 2009, p.04). No entanto, a pesquisadora citada destaca que a mundialização é mais falada que praticada, numa impossível relação entre países ricos e países pobres, mas que nem por isso deixa de ter seus efeitos, pois como sabemos o imaginário tem fortes consequências sobre o real (*Idem*). Sendo assim,

A aparente unificação planetária esconde profundas disparidades (S. Brunel, 2007). É um espaço hierarquizado de um mundo da concentração: Estados Unidos, Europa e Japão, e países emergentes. É o mundo das redes mais do que dos territórios: redes de transporte, de mercadorias, de matérias primas e de energia; de telecomunicações, relacionais. As tecnologias progridem, mas não abolem o tempo e o espaço. A distância só não é mais métrica: ela se aprecia em função do equipamento dos lugares em redes que define sua acessibilidade. As centralidades se reforçam em detrimento dos territórios ou das populações (2011, p.06)

É por isso que, segundo a autora, quanto aos movimentos migratórios e a mobilidade populacional, esses espaços são mais sugeridos que existentes, são idealmente abertos, mas concretamente fechados. Compreende-se discursivamente que o efeito da mundialização, reforçou as diferenças, não promoveu abertura, respeito, ampliação das culturas e etc., assim como reitera Orlandi (2011):

A mundialização reforça as desigualdades, tanto no plano espacial como no social. Há reafirmação das identidades locais, reativação do comunitarismo, fragmentação do mundo. Nunca os combates memoriais e a intolerância religiosa foram tão agudos. Instantaneidade das transferências de capitais de um lugar bancário para outro em função do lucro a curto prazo, há uma economia virtual desconectada do sistema produtivo internacionalmente. (p.06)

É nesse cenário que em diversos países o discurso designado como de esquerda deixou de se estabelecer, perdendo a posse do poder simbólico¹⁶ para o discurso designado como de extrema-direita, em razão da conjuntura, da ideologia. Uma vez que,

[...] a questão crucial da mundialização está justamente na contradição entre a ideologia – que não é mito, mas relação imaginária com as condições materiais da existência – e o real. Ou seja, faz parte do modo de funcionamento da mundialização a contradição entre o real (da divisão, da pobreza, da criminalidade etc) e o imaginário

¹⁶ “O poder que domina é ter, como tenho insistido, o *poder simbólico*, mais do que o das armas e do dinheiro” (Orlandi, 2023, p.75) [grifos da autora].

(da difusão, da partilha, da proximidade da escala planetária etc.). O destino humano é historicidade e não “fabricação”. A relação não é entre expectativas e capacidade de agir, mas entre condições materiais de vida, existentes ou não, capazes de materializarem-se em práticas concretas. (p.07)

Para compreendermos os efeitos da contradição ofuscada pela ideologia da mundialização em nosso material de análise, retomamos a discussão proposta por Orlandi (2023) no desenvolvimento da noção de argumentação discursiva, pois a autora destaca o avanço de discursos totalitários, designados como de extrema-direita, não só no Brasil, mas também no mundo através da eleição de governos autocráticos, “como os de Trump, de Bolsonaro e de muitos de nossos parlamentares, [...] (*Idem*, p.59). O Brasil como um país emergente nessa relação da mundialização, como apresentou a autora ao afirmar que a aparente unificação planetária esconde profundas disparidades, reproduziu o processo eleitoral ocorrido em um dos países que está no topo hierárquico da concentração mundial (Estados Unidos, Europa e Japão). Houve um grande movimento nas redes sociais e consequentemente nas mídias gerais, para/sobre a candidatura de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, logo o mesmo ritual se repetiu no Brasil através do candidato Jair Messias Bolsonaro, também ao disputar o cargo de presidente. Ambos foram eleitos, ou seja, nesse efeito ideológico de mundialização, países emergentes buscam reproduzir o que os países do topo da cadeia realizam, ignorando suas condições materiais de existência no efeito imaginário de igualdade econômica, financeira, geográfica etc.

Nessa direção, a autora propôs uma escuta, problematizando “como ouvir o Brasil na conjuntura do governo Bolsonaro?” (*Idem*, p.64) algo que a fez retornar às formulações que ouviu nos “anos de 1960, no estilo: Ame-o ou Deixe-o, Tradição, Família, Propriedade, e outros assemelhados, ditos por “patriotas”” (p.64), embora a pesquisadora ressalte que “o patriota do período bolsonarista adquire um sentido muito particular, de extrema-direita” (*Idem*). Orlandi (2023) verificou através de repetições e deslizamentos “ou presentes-ausentes em seus efeitos de pré-construído: uma Guerra de versões. Como se quisessem ou pudessem refazer a história, agora impondo sentidos da extrema-direita” (p, 64).

No estudo dessas condições de produção, Orlandi (2023) faz diferenciação entre o funcionamento discursivo da extrema-direita com o discurso da direita em si, considerando aproximações e distanciamentos dada a conjuntura, observemos:

[...] Os discursos de direita, contidos, que se conjugavam ao dos militares, se reapresentam, e começam a assomar à superfície mais radicalmente. Com as tintas de nosso tempo. Em rede. E os efeitos da nossa conjuntura política e social atual, a da mundialização. Com a violência da extrema-direita, espalhada pelo mundo

contemporâneo: o do fake¹⁷, dos presidentes eleitos autocráticos, o dos atentados às minorias, o da política do digital (p.67 [grifos nossos]).

Verticalizando para o caso do Brasil, em específico, a autora relata que “nós conhecíamos a direita no poder, a ditadura”, mas que “o inusitado, [...], foi nos defrontarmos com a extrema-direita (*Idem*, p.89), pois “o que funciona, na relação entre esses tempos sombrios – o dos anos 1960 e o de hoje -, é o *equivoco*, que significa, porque há um efeito de pré-construído da ditadura de 64 trabalhando esses sentidos, mas há, também, efeitos *metafóricos*, deriva, transferência, deslizamento de sentidos” (p.84).

Nesse contexto, a autora explica que “o movimento argumentativo volta-se contra a esquerda” (*Idem*, p.67) e o discurso de extrema-direita busca “soterrar o discurso da esquerda” (*Idem*), pois querem “diluir a história em seu real e substituí-la por outra” (*Idem*, p.64). Nesse processo de disputa do discurso designado como da “extrema-direita” em confronto com o da “esquerda”, entram as *fake news* como “estratégia argumentativa¹⁸”, sendo uma prática fortalecida e difundida mundialmente pelo candidato à presidência dos Estados Unidos Donald Trump, em 2016, contra a candidata Hillary Clinton. Da disputa rumo à Casa Branca, Donald Trump foi o vencedor, cravando um “novo” jeito de fazer política. O referido candidato e seu partido são considerados os principais responsáveis por potencializar a difusão de *fakes news* em seu país e no mundo a partir do modo como fez sua campanha nas redes sociais digitais¹⁹ contra a candidata oponente. Até então, as expressões *fakes news* e *desinformação* não estavam em destaque.

No Brasil, as *fakes news*, semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos, se popularizaram através de disputa eleitoral em contexto de campanha presidencial em 2018. O então deputado federal Jair Bolsonaro candidatou-se a presidente e procurou reproduzir o que fez Donald Trump, contra²⁰ seu principal oponente Fernando Haddad e sua vice Manuela

¹⁷ Ao longo de toda obra a pesquisadora marca o termo fake no masculino.

¹⁸ Consideramos esta noção tal como proposta por Orlandi (2023) na obra “Argumentação e Análise de Discurso: conceito e análises, conforme apresentado no primeiro capítulo dessa pesquisa.

¹⁹ [...] o sentido dado às tecnologias ultrapassa o de simples instrumentos: pelos efeitos do discurso da mundialização, elas são um lugar de se afirmar a inclusão ou exclusão da História. Como se pudéssemos realmente estar fora da História. Esses são modos de se representarem diferenças. De se produzirem sentidos para elas. Ou seja, isso é assim no discurso liberal, da mundialização (Orlandi, 2011, p.07).

²⁰ Conforme divulgado no site da UOL, “Bolsonaro era origem de *fake news* e encaminhou ao menos 18 mensagens, diz Polícia Federal: O terminal identificado como utilizado pelo presidente da República Jair Bolsonaro encaminhou diversas mensagens contendo ataques às instituições, especialmente o Supremo Tribunal Federal, ao sistema eletrônico de votação e às vacinas desenvolvidas para combate à covid-19. Após receber o conteúdo, Meyer Nigri realizou a disseminação de tais mensagens para diversos grupos e *chats* privados de *WhatsApp*” (Relatório da Polícia Federal). Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/aguirre-talento/2023/08/23/as->

D'Ávila. Posteriormente a esses eventos políticos, as *fakes news* continuaram a ser produzidas em larga escala, relacionadas direta ou indiretamente às acusações políticas, diversificando os temas entre saúde, economia, segurança pública, entre outros. Esse contexto sócio-histórico e ideológico faz parte das condições de produção do *corpus* de pesquisa em sentido amplo²¹.

Para compreender o funcionamento destas estratégias argumentativas contra o discurso classificado como da esquerda nos Estados Unidos e no Brasil em processo eleitoral, consideramos as reflexões de Orlandi (2023), conforme apresentadas no tópico anterior, em que ao desenvolver a noção semântico-discursiva da argumentação, analisou o governo de Bolsonaro, classificado pela autora como um movimento político de extrema-direita. Nessa direção, retomamos as seguintes palavras da autora:

[...] O que viemos enfrentar, com o governo Bolsonaro, foi uma guerra contra sentidos de esquerda. [...] Como forma de argumentar, a guerra de sentidos ataca diretamente as formações discursivas que é onde as palavras se inscrevem para significar ecoando na história. Assim, procuram destruir os sentidos que os confrontam. Silenciam (processo de censura), pois separam sujeitos e sentidos. Trabalhando os sentidos no processo discursivo, procuram se substituir a essas formações discursivas, com que se confrontam, visando construir a dominância de “seus” sentidos nos processos de significação. [...] E a estratégia argumentativa é a da destruição do outro. Transforma-o em inimigo e o aniquila. Trata-se, pois, de um processo de eliminação do outro, pela deslegitimação, pelo silenciamento, pela dessignificação. (p.49).

Temos visto esse funcionamento nas formulações correspondentes às *fake news* políticas que recortamos, pois buscam de-significar dizeres e imagens, alterando-as para inscrevê-las em outras formações discursivas a fim de “eliminar” oponentes de esquerda. A guerra é contra a formação discursiva da esquerda, buscando destruir seus sentidos para estar em posse do poder simbólico. Por isso a autora nos alerta que:

Há guerra de sentidos: qualquer besteira vale para “bagunçar” sentidos, criar a confusão, o mal-entendido, a contradição, o equívoco, o desarrazoado. Porque essas são condições favoráveis para a sobrevivência do discurso da extrema direita. [...] O barulho é a voz deste tipo de governo de extrema direita. Estado permanente do desarrazoado. Fake news. Negacionismo. Disso alimenta-se a extrema direita. Que resulta no constrangimento do discurso social (*Idem*, 89-90).

Nessa guerra, busca-se apagar a memória e confundir os sentidos inscrevendo-os em outras condições histórias. Então “nessas condições de produção, argumentar é uma disputa em

mensagens-de-bolsonaro-a-dono-da-tecnicaataquesastfeguerracivil.htm?utm_source=whatsapp&utm_medium=compartilhar_conteudo&utm_campaign=organica&utm_content=geral> Data de acesso: 06 de setembro de 2023 .

²¹ “Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2009, p.30).

um confronto de vida ou morte de sentidos, tais como os de liberdade de expressão, sistema, democracia, Constituição, liberdade e muitos outros, [...]” (*Idem*, p.50), e as *fake news* têm sido “estratégia de guerra” nessa disputa, portanto:

Considerando a relação pensamento, linguagem e mundo, eu diria que o fake é sintoma de um funcionamento argumentativo que resulta, na conjuntura atual, na produção do *imaginário da transparência do mal*. A relação pensamento, linguagem, mundo é tal, que se produz o imaginário da imaterialidade do mal. O fake não é o fake é a transparência. Na transparência do Mal, fala-se em nome da democracia. Com que sentidos? [...] (p.73 [grifos da autora]).

Desse modo, para a autora, “o real desse processo de significação é o descolamento do real. O efeito é o da dessignificação desse processo e a instalação de outro processo em que o real é outro: o que se carrega de efeitos de sentidos de extrema-direita, processo discursivo de substituição. Assim se argumenta (p.72).

Outro elemento fundamental nessa guerra, e que se relaciona fortemente ao nosso trabalho, é o uso das redes sociais, dado o seu poder de alcance, e o seu funcionamento discursivo e ideológico que tem promovido mudanças nas formas de identificação e assujeitamento, assim como explica Orlandi (2023):

As mídias digitais mudaram a gestualidade interpretativa: a relação do sujeito com sua imagem, e a imagem com o que é dito, não precisam coincidir; o que produz uma espécie de “esfarelamento” significativo, uma dispersão afetada pelas formas de assujeitamento e os processos de identificação (p.65).

Nesse sentido, “o político e o digital se conjugam nesse processo de disruptura, dessignificação” (*Idem*, p.66), sustentados por uma relação contraditória entre o imaginário de liberdade e alcance de milhares de pessoas no país e no mundo, e o real – onde a limitação é ditada pelos algoritmos, pela exclusão de conteúdos, pela programação da plataforma, pelas políticas de uso e privacidade, entre outras. Desse modo, “a própria existência das redes é parte da conjuntura política que enfrentamos, e da força do bolsonarismo”(p.69).

Para a extrema-direita, a mídia mais indicada para discutir assuntos políticos de interesse nacional são as redes sociais, porque “no jornalismo televisivo há muita censura” (essa é a ideia difundida por eles – como veremos na análise da *fake news* produzida por Bolsonaro), mas “na prática produzida por estes sujeitos, nessa posição-sujeito de extrema-direita, liberdade de expressão é propalar *fake news* nas redes de forma abundante e automatizada, sem limites (p.52).

1.2 O sujeito do/no discurso digital

Muitos autores estudaram a relação homem-máquina, mas o fizeram pensando a máquina (e as ferramentas) com uma extensão do corpo. Proponho, no entanto, uma paráfrase para a proposição “a máquina é uma extensão do corpo”, que é “o corpo é uma extensão da máquina”. O que essa inversão parafrástica nos diria a respeito do sujeito e do processo de individuação, mas também sobre a forma sujeito histórica capitalista? (Dias, 2018, p.57).

Na reflexão apresentada acima, a autora, de maneira metafórica, nos chama a atenção para pensarmos os possíveis efeitos da relação da tecnologia com o corpo, deixando em suspenso, nesse momento, o efeito do homem na criação da máquina, mas ao contrário, problematizando o movimento inverso que tem ocorrido. Por isso as indagações a respeito do sujeito, do processo de individuação e da forma-sujeito capitalista na relação com a máquina.

Sendo assim, em consonância com a sequência proposta pela autora, para discutir a noção de sujeito em Análise de Discurso Digital, temos que também considerar o conceito de ideologia, pois estas duas noções estão ligadas em seus funcionamentos. Conforme Pêcheux (1975), em nota de rodapé, “a expressão forma-sujeito foi introduzida por Althusser: todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito” (p.150).

Além disso, para Althusser (1970) “só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos”. Desse modo, conforme preconiza a Análise de Discurso, não se nasce sujeito, torna-se sujeito, por um processo de interpelação ideológica que se dá pela linguagem. Nessa direção, recorreremos aos estudos de Orlandi (2012) que explica detalhadamente como ocorre o processo:

O modo de interpelação do sujeito capitalista pela ideologia é diferente do modo de interpelação do sujeito medieval (E. Orlandi, 1996): se, no sujeito medieval, a interpelação se dá de fora para dentro e é religiosa, a interpelação do sujeito capitalista faz intervir o direito, a lógica, a identificação, (E. Orlandi, 1987). Nela não há separação entre exterioridade e interioridade, mesmo se, para o sujeito, essa separação continue a ser uma evidência sobre a qual ele constrói, duplamente, sua ilusão: a de que ele é a origem de seu dizer (logo, ele diz o que quer) e a da literalidade (aquilo que ele diz só pode ser aquilo) como se houvesse uma relação termo-a-termo entre linguagem, pensamento e mundo (p.104).

O surgimento do capitalismo entre os séculos XVI e XVIII, quando era ainda denominado como: Capitalismo-Comercial ou Pré-capitalismo, veio substituir o modo de produção feudal, e promoveu mudanças não apenas no âmbito econômico, seus efeitos vão muito além dos modos de produção. Tudo passou a ser ressignificado, e nessa conjuntura, a linguagem e, conseqüentemente, o sujeito, também foram afetados.

Como vimos, houve uma transformação na forma sujeito. Os mecanismos ideológicos na interpelação dos indivíduos passaram a funcionar na forma de lei jurídica e com isso modificou-se também a relação do sujeito com a linguagem. Decorrente desse primeiro processo de interpelação pela ideologia, institui-se uma forma sujeito histórica, esse “é o passo para que o indivíduo (que chamaremos indivíduo em grau-I1), afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive” (*Idem*, p.106). “A partir daí, com essa forma sujeito já constituída, podemos observar um outro processo” (*Idem*):

Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção dos sentidos (Orlandi, 2012, p. 106).

Vimos como se institui a forma sujeito histórica e como ocorrem os processos de identificação, subjetivação e individualização. Desse modo, temos condições de compreender que, conforme considera Dias (2018), “a tecnologia tem efeitos no processo de interpelação em sujeito do indivíduo bio-psico, intervindo no funcionamento espontâneo da forma sujeito histórica pelas duas propriedades discursivas da forma sujeito: o esquecimento e a identificação” (p.49-50). Ou seja, sendo a ideologia a responsável por transformar o indivíduo em sujeito, quando a autora aponta a tecnologia nesse processo, é para nos fazer compreender que existe um funcionamento ideológico sustentando as tecnologias.

Para adensar esse estudo, a autora retoma a passagem apontada por Haroche (1992), do sujeito religioso para o sujeito jurídico no período do século XIII e do século XVI, e traça um percurso do sujeito na ordem do digital no século XXI, vejamos:

Se na análise que propõe Haroche (1992) fala-se do progresso do jurídico sobre o religioso, aqui, tratarei do progresso do digital (no qual o econômico está embutido) sobre o jurídico. Não porque o jurídico não tenha função, mas porque há um desarranjo da função do jurídico como mediador da relação do sujeito com a sociedade, na forma da lei, já que a própria lei precisa criar outros parâmetros para enquadrar aquilo que não cabe em seus artigos e códigos (p.54).

Para a autora, estamos no processo de transição, assim como ocorreu do religioso para o jurídico, o digital tem se sobreposto ao do jurídico. Estamos com uma nova forma sujeito em desenvolvimento, o sujeito do digital. Nesse contexto, a autora sugere que se pergunte pelos processos discursivos que marcam a passagem do século XX para o XXI, significado por um sistema jurídico e econômico globalizado pelas tecnologias digitais.

Se nos referirmos aos momentos de grande efervescência econômica e tecnológica, podemos dizer que a passagem ao século XXI trouxe grandes expectativas à humanidade de que uma nova era estava por vir. Uma nova era anunciada. **Essas expectativas de uma transformação foram sendo produzidas ideologicamente pelo discurso do ápice do “avanço tecnológico” como superação das impossibilidades humanas [...]** Nesse sentido, o século XXI representa no imaginário produzido pelos discursos da inovação, o momento de colher os frutos das conquistas anteriores, mais especificamente dos anos 40 do século XX, com o surgimento da cibernética e a enorme repercussão que ela tem em todos os campos do saber, inclusive o da linguística (p.25, [Grifos nossos]).

Conforme afirma a autora, a relação do sujeito com o digital veio sendo trabalhada ideologicamente desde o século XX, levando muitos a se identificarem, inconscientemente, com os discursos de eficiência das máquinas. Desse modo, segundo ela, esse processo de individuação pelo discurso digital, promoveu uma “mexida” nas formas de assujeitamento.

Os desdobramentos desse período fazem parte do mundo que se produziu discursivamente como uma “utopia tecnológica”, apagando o político e o ideológico do processo de significação do desenvolvimento da tecnologia como dispositivo de controle. O que não é próprio da tecnologia, mas do desenvolvimento de uma sociedade capitalista onde as relações de poder se pautam na produção de dispositivos de controle sobre o outro e sobre os desejos do outro (Dias, 2018, p.26).

Para fazer um pequeno mapeamento da interpelação da ideologia tecnológica digital, apresentamos um índice de usuários das redes sociais. Conforme o Relatório Global de Inteligência de Mídia da eMarketer²², em 2022 somou-se 4,7 bilhões de usuários ativos nas redes sociais, o que representa 59% da população mundial. Desse quantitativo, no Brasil são 171,5 milhões de usuários ativos nas redes sociais, ou seja, 79,9% da população brasileira. Esse número representa um crescimento de 14,3% ou de 21 milhões de usuários de 2021 para 2022. Além disso, no Brasil os usuários passam em média 3 horas e 49 minutos por dia navegando nas redes sociais. Esse número é 53% maior que a média global. Desse modo, observa-se um grande crescimento no número de usuários das redes sociais digitais.

Nesse sentido, a compreensão das formas de identificação dos sujeitos pelo discurso das tecnologias e dispositivos digitais e de conectividade, dizem respeito aos efeitos que esse discurso produz na constituição dos sujeitos sócio-políticos, seja por meio da relação do sujeito com dispositivos no seu dia-a-dia, como as redes sociais, por exemplo, mas também o simples uso de um smartphone ou dos jogos (off line ou online)[...] Todos esses processos maquímicos portáteis e miniaturizados são parte dos modos de individuação do sujeito, pelo discurso da tecnologia, da “era tecnológica”, da “era digital”, [...] a partir do qual o sujeito se identifica e assume posições na sociedade, inscrevendo-se em certas formações discursivas (Dias, 2018, p.56).

²²Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/estatisticas-redes-sociais/> Data de acesso: 14 de dez. 2022.

Com a força desse processo ideológico na interpelação dos indivíduos em sujeitos tecnológicos digitais, instados a publicar a todo instante materiais com os quais se identifica ou desidentifica (de alguma forma) para colocar seu perfil em movimento, sendo essa a condição necessária do funcionamento das redes, o que estamos compreendendo é que o sujeito posta/publica e compartilha demandado por um efeito da ideologia, o efeito da visibilidade.

O sujeito do digital, mais especificamente das redes sociais, foi constituído a partir de um ritual tecnológico para postar e compartilhar. Como o *WhatsApp* e o *Telegram* são posteriores ao *Facebook*, não precisou desenvolver, nestas redes, enunciados que induzissem o compartilhamento de conteúdo, foi necessário apenas disponibilizar as funções de envio de diversos tipos de mensagens, porque o efeito ideológico de postagem e compartilhamento já afetava os sujeitos desde a criação das primeiras redes sociais digitais. Sendo assim, os próprios usuários, reproduzem os discursos necessários para manter os compartilhamentos na ativa, como é o caso dos envios de correntes, muitas vezes finalizadas com promessas: “compartilhe para ser abençoado”. Compreendemos esse funcionamento a partir do estudo de Althusser (1970) sobre a “Reprodução das condições de produção”, em que o autor explica que “a condição última da produção é a reprodução das condições de produção”, pois, relacionando ao funcionamento das redes sociais, os usuários não só mantêm a engrenagem das redes, como garantem sua reprodução promovendo constantemente a circulação.

Mas isso não é trivial para os usuários, porque conforme Pêcheux, a ideologia dissimula, “sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, não apenas como “que afetam o sujeito”, mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito” (Orlandi, 2009, p.46). Desse modo, consideramos que as formas de circulação no digital são determinadas por diferentes práticas discursivas do digital, regidas por rituais que são determinados por diversos funcionamentos ideológicos.

Nessa conjuntura, cabe retomar a pesquisa que desenvolvemos no mestrado sobre “A produção e circulação de *selfies*”. Nesse estudo, verificamos a existência das chamadas *selfies* trágicas, em que os sujeitos desafiam a própria existência para fazer uma²³ *selfie* que circule mais que a dos outros. Um dos casos que analisamos ocorreu na Rússia, em 2015, período em que as autoridades tiveram que criar uma campanha preventiva para combater esse tipo de

²³ Na pesquisa referida optamos por marcar o uso da expressão *selfie* no feminino *uma* ou *a selfie*. Contrariamos a norma, para exemplificar outra possibilidade de sentido possível, para mostrar como a língua transcende a gramática. Ao fazer uso de uma forma muito recorrente “a *selfie*”, apresentamos como o sentido de um estrangeirismo pode, a partir de uma semelhança entre gestos e não da própria palavra, necessariamente, convocar pela memória da língua outra palavra, neste caso a fotografia, mesmo que não oficializada.

fatalidade, pois conforme informações publicadas na página da BBC²⁴, com o título: “Após mortes, russos criam ‘Cartilha da *selfie* segura’”, estatísticas oficiais apresentaram que, em 2015, dez pessoas morreram acidentalmente durante tentativas de *selfies*. Desse modo, com o objetivo de evitar esse tipo de fatalidade, elaboraram uma cartilha de orientação para coibir a realização dessa prática com objetos perigosos como revólver, por exemplo, e em lugares de risco como as ferrovias. Vejamos a imagem da cartilha:



Figura 04: Print da "Cartilha da Selfie segura".

Diante disso, queremos destacar a força dos efeitos ideológicos do digital que rege as redes sociais demandando a circulação, formulando um sujeito do compartilhamento que já está identificado, individualizado e subjetivado por essa ideologia. Sobre esse aspecto podemos refletir o seguinte, se a ideologia pode levar um sujeito a mortificar o próprio corpo para alimentar o mercado da circulação com uma *selfie* inédita, não o levaria a compartilhar uma *fake news*?

Nesse ponto, outra vez podemos retomar a dissertação sobre “A produção e circulação de *selfies*”. Vimos nesse estudo, conforme as discussões de Debord (1992), que temos uma sociedade que prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser. E as redes sociais reproduzem esse funcionamento ideológico, as pessoas manipulam suas próprias imagens recorrendo, por exemplo, a diversos tipos de filtros disponibilizados pelos aplicativos das redes como faz o *Instagram*, ou seja, não precisa o sujeito

²⁴Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/07/150708_russia_selfie_mortal_fd> Acessado em: 10. mar. 2016.

procurá-los para baixar, ao tentar fazer uma *selfie*, já aparece automaticamente várias opções de filtros.

Além desse exemplo, podemos mencionar também o que ocorreu durante a pandemia, em que no momento das *lives*, reuniões, audiências e até mesmo consultas médicas *online*, várias pessoas recorriam a cenários virtuais para não exporem o ambiente onde estavam. Esses são apenas alguns exemplos, pois são muitas as possibilidades de construção de imagens disponíveis para/na *Web*, e isso diz muito para a nossa análise.

Desse modo, observamos que vários usuários das redes sociais, buscam, antes mesmo das *fakes news* entrarem na *Web*, apresentar materiais construídos que não condizem inteiramente com suas realidades práticas em vários aspectos. Querem vender uma imagem de vida que promova um efeito de realidade e até mesmo de “verdade” para os demais sujeitos que terão acesso a esses materiais nas redes, lembrando que esses efeitos que buscam promover, são determinados pelo capitalismo, querem se mostrar o mais próximo dos padrões de beleza estereotipados ideologicamente, ostentar riquezas, demonstrar muita cultura, enfim, se mostrar como gostariam de ser e estar.

Salientamos que quando esses materiais construídos circulam visando promover o efeito de verdade sobre quem os publicou, pode ser que se efetive ou não, a depender da interpretação daquele que terá acesso. Essa proposição está posta na dissertação referida anteriormente, pois vimos que, mesmo havendo o desejo de promover o efeito de verdade no outro, ao entrar em circulação não há garantias que significará exatamente como desejado. Sendo assim, o que estamos querendo chamar a atenção nesse momento, é justamente para que se pense como se configura o ponto de vista de realidade, ou até mesmo de “verdade” nas redes sociais onde circula a maior quantidade de *fake news*. Como vimos, as redes disponibilizam muitos recursos de montagens e alterações, sendo assim, como os sujeitos digitais lidam com as *fake news*? Como as estranhariam? Então, são essas questões que temos que observar, quando se diz que o diferencial das *fake news* dos tempos atuais é a *Internet*, as redes sociais e seu poder de propagação.

Vimos até esse momento que, o sujeito digital foi instituído para formular, publicar, postar e compartilhar, e que assim, possivelmente “[...] não são só os *bots* que automatizam o processo de disseminação de notícias, mas [...] os sujeitos em geral também fazem parte da automatização desse processo na medida em que compartilham, muitas vezes sem ler, notícias trazidas pela avalanche das redes sociais [...]” (Dias, 2019, p.123). E que existe um ponto de vista predominante nas redes quanto ao critério de realidade. Todos esses elementos podem estar em jogo no processo de reconhecimento, aceitação e compartilhamento de *fake news*.

Outra observação importante, é que as redes sociais, administradas pelas grandes plataformas, começaram também a monetizar as pessoas que fazem muitas publicações e tem muitos seguidores, reconhecidos como *influencers* digitais, ou seja, além do efeito da ideologia demandando a circulação, tem-se também a motivação financeira. Sobre esse processo, a pesquisadora Dias (2018), explica como se dá a “mudança nas formas de assujeitamento pela individuação do sujeito por uma lógica política e institucional na qual o estado funciona muito mais como mero gestor (econômico, social, jurídico, etc.) do que como aquele que promove formas de vida em sociedade” (p.57). Então são muitos os fatores relacionados ao digital que envolvem a produção e circulação de *fake news*.

Além disso, atualmente existem pessoas vivendo da produção e comercialização de *fake news*, como alguns jovens²⁵ do Leste Europeu, que descobriram na produção de materiais digitais falsos e sensacionalistas voltado para as eleições estadunidenses em 2016, uma forma de ganhar dinheiro, para aquecer a economia da pequena cidade de Veles, na Macedônia, onde habitam aproximadamente 50 mil habitantes. Ademais, se tornou possível também comprar pacotes de *likes* de seguidores “reais”, porque para receber das redes sociais não se considera curtidas advindas de perfis *fakes*, e quanto mais curtidas, mais em evidência ficará a circulação de determinada postagem e mais chance o usuário terá de ser monetizado.

Diante da discussão apresentada, consideramos que na base do processo de produção e compartilhamento de *fake news*, tem-se a conjuntura ideológica do digital, e o sujeito histórico capitalista que assume a posição sujeito digital. Concordamos com as afirmações dos materiais de análise quanto ao reconhecimento de que o diferencial das *fake news* está na relação com as possibilidades inauguradas pelo digital. Mas não podemos tratar essa questão de maneira empírica e objetiva. Afirmar que a *Internet* é a causa da mudança é apenas a porta de entrada para uma questão muito mais ampla que envolve ideologia, sujeito, história e linguagem. Compreender desse modo, é possível a partir de uma visão discursiva do digital.

É nesse sentido que tomo o digital para além de uma mera forma de produção da tecnologia, mas como uma condição de produção político ideológica do discurso, como uma condição e meio de produção e reprodução das formas de existência capitalista (Dias, 2018, p. 28).

Na direção do que a autora propõe, compreende-se que para analisar as *fake news* digitais é necessário considerar as condições de produção tanto em seu processo de fabricação, quanto de compartilhamento, por isso consideramos o digital para além do que é meramente

²⁵ Este conteúdo encontra-se disponível nas páginas 14 e 15 da Cartilha intitulada: “*Desinformação: Ameaça ao direito à comunicação muito além das fake News*”. Disponível no link: <<http://bit.ly/CartilhaFakeNews>>

técnico. Para conhecer mais detidamente essa condição de produção, Dias (2018), problematiza:

O que significa pensar a tecnologia em sua condição de produção? Significa “devolvê-la à história” ou “considerá-la em sua historicidade” procurando compreender seus efeitos. Parece que temos invertido essa situação, ao considerar a história um produto da tecnologia e não a tecnologia um produto histórico. Tudo isso deriva do sentido de transparência da tecnologia. E dele o sentido do desaparecimento do sujeito mediante a máquina. Embora possamos afirmar que na máquina não há sujeito, é certo que sem sujeito não há máquina (p.44).

Considerar o digital como um produto histórico, é observar como as tecnologias, de um modo geral, vieram sendo significadas em cada contexto para os sujeitos em diferentes condições de produção até a conjuntura do capitalismo e a era do digital, pois essa forma da tecnologia e suas relações ideológicas têm manifestado diferentes efeitos no processo de identificação dos sujeitos com os sentidos em circulação, por isso a paráfrase da autora em considerar o corpo a extensão da máquina. Nessa direção, Dias (2018), assevera:

[...] o digital produz um novo tipo de relação entre o sujeito e o social, uma nova relação das práticas políticas e discursivas que não são da ordem da banalidade. É preciso compreendê-las para além do utilitário dos sistemas aplicativos que facilitam a vida, a circulação dos dizeres e armazenamento das memórias. Essa compreensão passa pela sobredeterminação do político ao econômico, ao consumo, ao mercado de dados (Dias, 2018, p. 170).

Ao conhecer desse modo o digital, consideramos que a relação da *Internet* com as *fake news* pode ser compreendida como a presença da exterioridade constitutiva, que conforme Orlandi (2017) é “aquilo que, em dobra, estando fora do discurso, o constitui por dentro, ou seja, é o fora dentro” (p.74) significando na linguagem que, em nossa proposta, se configura como o discurso digital na atualização das *fake news*.

1.3 *Fake news* e sua relação com o discurso digital

Diante das regularidades, constatadas no material, do funcionamento de um **discurso sobre**, consideramos imprescindível iniciarmos nossa discussão pela recorrência de que o diferencial das *fake news*, no contexto do século XXI, é o advento da *Internet*, bem como das redes sociais e seu alto poder de propagação de conteúdo, atendo-nos ao que Orlandi (2012) afirma sobre o funcionamento discursivo de que “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música, etc.)” (p. 11-12, [Grifos nossos]). Os trechos que

argumentam ser a *Internet* o diferencial das *fakes news* atuais, apontam, em comum, a nova possibilidade de circulação permitida pela *Web* como um de seus principais fatores de diferenciação. Para contextualizar nossa discussão, recortamos as formulações mencionadas, antes de avançarmos a análise. Vejamos:

Recorte da cartilha (área da comunicação): “[...] *A novidade do que ocorre a partir das novas tecnologias pode estar na escala (a velocidade de propagação quase imediata combinada com alcance global, popularizada como “viralização”)* [...]”.

Recorte do texto de Celso Toledo (área da economia): “[...] *a rapidez da rede possibilita que informações erradas “viralizem”* [...]”.

Recorte do texto de Dias Toffoli (área jurídica): “*A novidade deste século é que o avanço tecnológico, a expansão da internet e das redes sociais ampliaram exponencialmente o poder de propagação desse tipo de conteúdo*”.

As diferentes áreas do conhecimento (Comunicação, Economia e Jurídica), estão em plena concordância quanto ao efeito da circulação das *fake news*, inclusive, podemos verificar que o recorte da cartilha e do texto jurídico, usam as mesmas expressões “A novidade...” Nessa direção, Orlandi (2012) nos orienta que, estando diante de um discurso eletrônico devemos tomar como ângulo de entrada a circulação dos sentidos para, a partir dela, pensar os outros dois momentos, constituição e formulação. Em conformidade com essa sugestão metodológica, seguimos esse trajeto para a nossa análise. Consideramos inicialmente a relação da *Internet* com o *corpus* da pesquisa, pois esse é o seu lugar de formulação e circulação.

Desse modo, para pensarmos o efeito da circulação das *fake news*, como sugerido no material, temos que primeiramente mapear onde elas circulam, porque conforme Orlandi (2012) “os “meios” não são nunca neutros” (p.11). Em sentido amplo, sabemos que é no digital, mas no ciberespaço existem muitos aplicativos com funcionamentos específicos que podem manifestar diferenças nas formas de significação.

No material de análise, o texto na área da economia, escrito por Celso Toledo, pode nos ajudar nesse processo, porquanto salienta que “as **mídias sociais** são ambientes propícios a sua reprodução, pois o “Facebook, o Twitter, o Whatsapp e congêneres são “mercados” em que notícias e informações competem pela atenção das pessoas”. Na condição de congêneres, é possível listar o *Instagram*, o *Telegram*, o *Tik ToK*, o *Threads*, entre outros.

Todas as redes sociais mencionadas são da ordem do digital, possíveis a partir da *Web 2.0*, fase em que a *Internet* passou a funcionar por plataforma, ou seja, os *softwares* deixaram de estar apenas na máquina do computador local, e passaram a funcionar na plataforma onde os programas se integram. Dentre as redes sociais referidas, a mais velha é o *Facebook*, que teve sua primeira versão criada em 2003 quando era chamado *Facemash*, e a mais recente é o *Threads* que foi lançado no dia 05 de julho de 2023. No processo de descrever as condições de produção de cada uma delas, tanto em sentido amplo, considerando o contexto sócio-histórico e ideológico e em sentido estrito que é o contexto imediato, apresentamos em seguida, as especificidades de cada uma.

O *Facebook*, como ficou conhecido em 2004, visa desde o início, promover um espaço em que as pessoas possam “encontrar”, ou melhor, “contactar” umas às outras, e levá-las a exporem suas opiniões, compartilharem imagens (próprias ou não), vídeos, *links* e produtos para comercialização. O *Instagram* tem como proposta principal pôr em circulação fotos e vídeos de curta duração. É uma rede de caráter mais visual, e permite a interação por meio de comentários e curtidas.

O *Twitter* é uma rede social e um servidor para microblogging, que permite a criação de conteúdo por escrito com limite de até 280 caracteres e em forma de multimídia através de vídeos ou imagens. Com funcionamento semelhante, a rede social *Threads* é considerada “rival” do *Twitter*, seu modelo de interação ocorre através de textos curtos com possibilidade de até 500 caracteres, e os usuários podem publicar *links*, incluir fotos e vídeos de até 05 minutos, mas para participar dessa rede é necessário ter uma conta no *Instagram*, pois o aplicativo funciona como seu adjacente.

O *Tik Tok* tem como função básica permitir que os usuários filmem vídeos curtos de si mesmos com conteúdos de danças, músicas, dublagens etc. Ele é um aplicativo específico para o compartilhamento de vídeos que têm em média a duração de 15 segundos a três minutos.

O *WhatsApp* é um aplicativo de mensagens que foi pensado inicialmente de modo semelhante ao *SMS*. Porém, ele foi sendo expandido chegando a oferecer as possibilidades de envio e recebimento de diversas mídias como: vídeos, documentos, fotos, textos, chamadas de voz e vídeo, localização de endereços e pagamentos. Além disso, é uma rede com um caráter mais pessoal, pois para contatar outras pessoas não é suficiente saber apenas o nome para seguir ou enviar uma solicitação de amizade, é necessário ter o contato telefônico. Por essa propriedade relacionada ao número de contato, muitas empresas também foram atraídas a adotarem um *WhatsApp* comercial para tratar de forma mais direta com seus clientes. Para o

compartilhamento de conteúdo em massa, o *WhatsApp* disponibiliza duas ferramentas: as listas de transmissões com até duzentos e cinquenta e seis contatos em cada uma delas e a criação de grupos com o limite máximo de 512 membros.

O *Telegram* é também um aplicativo de mensagens condicionado ao número de contato telefônico e tem seu funcionamento muitíssimo semelhante ao *WhatsApp*. Através dele é possível enviar fotos, vídeos, textos, arquivos em *PDF*, *emojis* etc., além disso, permite criar grupos com até 200 mil participantes, *chats* secretos que autorizam a circulação de mensagens autodestrutivas, e o envio de arquivos com tamanho ilimitado para outros usuários. Nessa rede, também pode-se habilitar *bots* para executar algumas funções. Percebe-se que o *WhatsApp* restringe mais a circulação de conteúdos que a última rede citada.

Comumente, em termos de habilidades no uso da tecnologia digital, as redes sociais são consideradas bastante acessíveis, pois permitem aos que têm maiores dificuldades em usar as ferramentas digitais, estar na *Internet*, publicar, ler, enviar áudios, compartilhar imagens, entre outras funções possíveis nas redes, ou seja, tudo é preparado para que o internauta movimente a engrenagem e conseqüentemente deixe seus dados para o mercado digital. Apresentadas as características gerais das redes sociais, ressaltamos que todas elas funcionam de maneira *online*, o que requer uma boa conexão com a *Internet*.

Sobre o mecanismo da circulação digital, Dias (2018) afirma que “[...] olhar o processo de produção dos discursos pela via da circulação tem a ver com um sentido que se produz no efêmero, no agora” (2019, p. 29). Sendo assim, esse é o princípio de formulação das redes, portanto é necessário que o sujeito usuário fique logado o tempo todo em seus perfis, de preferência formulando conteúdo para manter a engrenagem em funcionamento. As redes só existem efetivamente enquanto estão em movimento, ou seja, em circulação, e para isso é preciso que formule e publique, compartilhe, reaja, retuite etc. É por essa razão que instigam/determinam os sujeitos usuários a postarem usando enunciados como: “No que você está pensando?”, ou “Somente você pode ver isso a menos que compartilhe”, enfim, estão todos os usuários trabalhando nas máquinas, ou melhor, sendo explorados, sob a ilusão de estarem usando livremente uma rede social²⁶.

Essa emergência imposta ideologicamente de que é necessário postar/publicar/compartilhar, instaura outra condição indispensável, que é a presença do usuário, que além de ser considerado um consumidor, é também visado como uma ferramenta

²⁶ Semelhante ao funcionamento da reprodução que Althusser retoma de Marx e desenvolve no texto "Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado", redigido em 1969.

viva da/para máquina, pois a condição e responsabilidade de alimentá-la/preenchê-la para fazer circular, é do próprio usuário. Percebemos um jogo duplo sobre o internauta nesse funcionamento, que tem a ilusão de que está usando uma rede social, sendo servido por ela, quando na realidade, está sendo usado para fazê-la funcionar. Além disso, quando passa a usar as redes sociais e a movimentá-la, perde-se também o controle dos seus dados, que se tornam mercadoria para negócios das grandes plataformas da *Internet*.

Para nos ajudar a compreender esse processo, Dias (2018) afirma que “[...] é pela circulação (compartilhamento, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes, links...) que o digital se formula e se constitui. De outro modo, diríamos que o discurso digital se formula ao circular. E isso faz diferença na produção de sentidos” (p.29). Compreendemos que o funcionamento do digital se estrutura no princípio da circulação, mas não é possível falar de circulação sem trazer o usuário da rede que, para a Análise de Discurso, se configura como sujeito, um sujeito que formula. Não há circulação nem formulação sem sujeito. Todo o funcionamento do digital convoca o sujeito, sejam as redes sociais, aplicativos como o *GPS*, buscadores do *Google* etc. O sujeito é concebido na programação das máquinas para alimentar um mercado que gera bilhões de lucros a públicos específicos.

CAPÍTULO II

EFEITOS DO DISCURSO DIGITAL NA RELAÇÃO ENTRE BOATO E *FAKE NEWS*

Ao propormos compreender discursivamente as *fake news* pelo discurso digital, constatamos sua relação com o discurso do boato. Observamos que essa convocação, no espaço de enunciação do português do Brasil, se faz presente no discurso jornalístico tradicional e no discurso científico. A incidência com a qual nos deparamos com esses discursos associando *fake news* a boato de maneira “evidente”, numa relação direta como se fosse transparente esse processo, fez com que propusemos uma análise discursiva, retomando alguns recortes do *corpus* de pesquisa e recortes de agências de checagens, para compreender a opacidade que está sendo silenciada nessa relação.

As agências de checagens são da ordem do digital, pois surgiram após os avanços da *Internet*, como uma forma de enfrentamento à circulação de *fake news* na *Web*. É muito interessante observar esse jogo de sentidos na língua, em que as agências surgem demandadas pelas *fake news* digitais e recorrem a palavra boato para classificá-las. Assim também nos chamou a atenção a reportagem do Jornal Metrôpoles que fez uso das duas expressões, boato e *fake news*, para classificar o ocorrido com a cantora Zélia Duncan nas redes sociais, sendo essa uma *fake news* que analisaremos neste capítulo.

Verticalizando nossa discussão para o âmbito jornalístico tradicional, apresentamos alguns registros dessa ordem:

Jornais - título divulgado pelo **jornal Metrôpoles**²⁷: “Zélia Duncan desmente boato de que teria rabiscado a bíblia”. A redatora Bruna Nardelli usou o termo boato no título, mas no texto recorreu a expressão *fake news* (data da publicação: 31/10/2021).

Agências de checagens:

Boato.org²⁸. “Boatos sobre a morte de alguém famoso, uma doença rara, tentativas de golpe ou mesmo brincadeiras “inocentes” já existiam muito antes de a **internet** surgir. Porém, é inegável dizer que alguns boatos se potencializaram com o **advento da tecnologia digital** (grifos nossos)”. O **Estadão Verifica** seguiu a mesma linha quando lançou o serviço de checagem em

²⁷Disponível: <https://www.metropoles.com/colunas/pipocando/zelia-duncan-desmente-boato-de-que-teria-rabiscado-a-biblia>

²⁸ O boato.org foi criado em 2013. Disponível em: <<https://www.boatos.org/sobre>>

2018, fazendo uso da seguinte formulação: “Recebeu algum boato pelo *WhatsApp*? Envie para o Estadão Verifica”.

Desse modo, para compreendermos esse processo associativo de maneira alternada, recorreremos primeiramente a definição discursiva de boato proposta pela pesquisadora Eni Orlandi (2012), na obra *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*, sob o título “Boatos e Silêncios: os trajetos dos sentidos, os percursos do dizer”. A autora afirma que “o boato está presente na história do Brasil desde os primeiros tempos da colonização fazendo parte das relações de força e de sentidos, no esforço de estabelecimento de uma sociedade do lado do Novo Mundo” (p.132).

Orlandi (2012) explica que na história do Brasil, especificamente na virada do século XIX, houve uma mudança significativa para a definição de boato:

Tínhamos, até o século XVIII, de um lado a língua escrita (de início o latim e depois o português), de outro a língua geralmente falada no Brasil (o tupi jesuítico), de um lado, a história escrita, de outro, a memória oral. Esta separação funcionou fortemente no estatuto da palavra (verdade ou boato) no domínio político, no século XIX (p.133).

Nesse período a sociedade brasileira estava no processo de organização formal, passando a ser regida por meio de documentos, e conforme as palavras da autora, nesse contexto, a escrita foi legitimada como lugar da verdade e o boato deixou de ter a relevância que tinha até então, quanto a circulação de informações necessárias. Essa mudança instaurou a seguinte oposição: se está escrito/registrado é verdade, caso contrário é apenas boato. Desse modo, a escrita, nesse processo, foi decisiva para marcar uma divisão, pois quem apresentava o domínio desta, eram os brasileiros mestiços e “portugueses remanescentes” estando a frente das instituições, enquanto aos indígenas, ficou a oralidade e consequentemente os boatos.

Na relação escrita/oral, o boato estabelece um efeito inscrito na história não escrita. Efeito de separação entre verdade (objetividade, escrita, documento) e comentário (subjetivo, oral, não-confirmado, não provado, não verificável) trabalhando diferentes versões, passíveis de inscrição em diferentes formações discursivas. A multiplicidade de comentários faz parte desta forma discursiva assim como seu caráter velado, e sua circulação fora do percurso oficial da palavra (p.136).

Conforme o que foi apresentado, temos acesso a historicidade dos sentidos sobre o boato, no Brasil. Em um primeiro momento foi tão importante para a política dos colonizadores e, posteriormente, frente a legitimação da escrita, no processo de constituição da sociedade, em um país que se tornara independente, entra em descrédito por se manter na ordem da oralidade,

sendo considerado comum entre os indígenas. Desde então, sabemos o quanto a escrita em nossa sociedade se mostra predominante nas questões formais em detrimento da oralidade.

Nessa direção, a autora continua apresentando algumas características discursivas do boato que considera necessário explicitar.

[...] Além disso, há também um outro aspecto presente na caracterização do boato: notícias que se expandem, se alastram. Sons surdos, burburinhos, vozes que protestam, falsas notícias, anonimato, são elementos que se substituem parafrasticamente na caracterização discursiva do boato, desembocando no enunciado de base: notícia anônima que se expande publicamente sem confirmação. O boato é um modo de dizer em que há sempre uma diferença à significar, um ruído (protesto ou falta de verdade) (Orlandi, 2012, p. 134).

Juntamente a essas características discursivas do boato, existem outras três que também são importantes para a compreensão da possível similaridade entre *fake news* e boato. A primeira diz respeito à formulação: “No caso do boato, a relação entre o já-dito e o não-dito se apresenta sob a forma do “diz-se-que”. A formulação deve produzir o efeito de separação entre o verdadeiro e o não-asseverado (burburinho)[...]” (ORLANDI, 2012, p.135). Ainda nessa direção, em um outro texto, produzido em 2017, a autora continua essa discussão afirmando que: “a relação dito/não-dito é atravessada por outra, a do “diz-se” (ou dizem que/disseram que/estão dizendo que, etc.). A impessoalidade fabricada se faz presente” (p.53).

A segunda característica diz respeito à categoria de tempo no boato, conforme a autora, “[...] é esta temporalidade que organiza o funcionamento do boato, a “vontade” de pré-dizer, ou dizer antes. De que?” (p.136). E o terceiro ponto a se destacar quanto ao boato, diz respeito a função autor. Como vimos na discussão acerca da formulação, é característico indeterminar quem disse. Desse modo, já pressupomos como se configura essa função no boato. Mas vejamos as palavras da pesquisadora:

No caso do boato, há texto, mas a função autor permanece no anonimato. Não há, pois, um responsável do dizer, mas uma figura fantasmática que toma o lugar de sua responsabilidade. Desde que se manifesta um autor socialmente visível o boato não é mais boato e o comentário se torna palavra autor-izada. Por esse mecanismo o boato evita o confronto direto. Chegamos aí a um outro modo de presença do silêncio: o do autor que permanece no anonimato (p.137).

Nessa direção, é interessante destacar que a pesquisadora Eni Orlandi lançou, em 2022, mais um estudo²⁹ que toca a noção discursiva do boato, agora na relação com a mídia, de forma mais abrangente, concebendo que “contemporaneamente, à mídia tradicional, à imprensa,

²⁹ O título do texto é “Escritos e Sussurros” e está publicado no livro *Língua, Conhecimento e História*.

juntam-se diferentes tipos de mídia, como as redes sociais, e outras, que se consideram, com a entrada, no domínio da escrita, da informática, das novas tecnologias e do digital” (p.16).

Na análise desenvolvida pela pesquisadora são apresentadas algumas críticas, como na seguinte afirmação: “[...] esperar-se-ia uma conjugação de ferramentas, na produção dos “meios de expressão”, de processos de significação, de mais informação, de mais comunicação, de maior possibilidade de interpretação. Mas, nesse caso, penso que *mais* tem sido *menos*” [...] (*Idem*, p.17). A autora destaca que, quanto a informação, não se produz mais movimento, somente quantidade. “Uma massa indistinta de produção de signos, símbolos, letras, grafismos. Uma avalanche de suposta “interatividade” e de “multidirecionalidade” da produção sem eira nem beira. Multidão de “vozes” em barulho” [...] (*Idem*).

É na sequência dessa reflexão que a noção de boato é retomada, pois conforme a pesquisa “[...] as tais informações circulam sob várias formas, inclusive a de fofocas, boatos, *fake news* etc.” (*Idem*). E que nesse contexto, “a distância entre informação e boato se estreita e muitas vezes se dissolve” (*Idem*). Desse modo, compreende-se que esse seja um efeito do discurso digital na discursividade do boato e da informação (enquanto noção jornalística tradicional). Nessa direção, a autora sugere que “é preciso algo mais. Este algo mais é o trabalho sobre a relação do dizer e suas condições de produção, sua exterioridade, aí considerados os sujeitos, a situação (no sentido lato e estrito) e a memória discursiva em suas distintas naturezas e funcionamentos” (*Idem*). Trabalho sobre os dizeres que estamos empreendendo ao propor a análise das relações de sentido no tripé: *fake news* – desinformação – liberdade de expressão.

Observa-se uma relação do movimento histórico, juntamente com os avanços tecnológicos no funcionamento discursivo do boato. Vimos que, inicialmente, no estabelecimento de uma sociedade do lado do Novo Mundo, o boato tinha uma significação de relevância naquele contexto, depois com a independência do Brasil, a escrita passou a assumir o lugar da legitimidade, sendo reconhecida com o *status* de verdade, enquanto o boato ficou a cargo da oralidade, do não asseverado. No século XXI, em tempos de redes sociais digitais, o boato estaria passando por outra mudança histórica discursiva, pois atualmente tem assumido *status* de informação, conforme explicou Orlandi (2022), significando, muitas vezes, de maneira a produzir sentidos estáveis para as notícias jornalísticas tradicionais que sempre se valeram da prática da escrita para promover o efeito de objetividade, verdade, imparcialidade, sendo respaldadas por um “autor” que comumente é o jornalista âncora da empresa jornalística. Percebe-se uma fase de convivência de dois sentidos para o boato, o que produz efeitos de

verdade para aqueles que o consideram informação³⁰, e o de não asseverado (sentidos estabilizados) para as agências de checagem, por exemplo.

Para dar continuidade a essas reflexões sobre a relação do digital com o boato e as *fake news*, recorreremos também aos estudos desenvolvidos pela pesquisadora Zoppi Fontana (2021), sob o título “Pós-verdade e enunciação política: entre a mentira e o rumor”. Esse trabalho apresenta uma análise da circulação do discurso político na sociedade brasileira, considerando sua relação com outros discursos e com o lugar de enunciação em que é proferido. O *corpus* de análise é composto por diversas matérias jornalísticas, como “notícias, reportagens, artigos de opinião, colunas assinadas e crônicas”, tendo como ponto em comum, entre eles, a temática voltada à circulação de *fake news* e sua relação com “as práticas discursivas de atores políticos de primeiro escalão (presidente, parlamentares, ministros e desembargadores)”.

A referida autora defende inicialmente que “se quisermos pensar o funcionamento do discurso da política no Brasil de hoje, dois funcionamentos discursivos se apresentam como dimensões que caracterizam a enunciação e a circulação pública dessa enunciação: pós-verdade e *fake news*” (p.87). Compreendemos que essa pesquisa poderia contribuir com nossas discussões tanto por analisar as *fake news* em sua relação com o boato, quanto pela abordagem do discurso da política no Brasil, tendo em vista que parte de nosso *corpus* de análise se faz de *fake news* políticas.

Uma das principais questões que chamou a atenção da pesquisadora, foi observar que na academia/ciência, na mídia e no campo político, a pós-verdade aparece frequentemente associada ao surgimento e circulação de *fake news*.

Na maioria dos textos que tratam dessas questões, as palavras “pós-verdade” e “*fake news*” aparecem em contiguidade, geralmente em estruturas coordenadas “*pós-verdade e fake news*”, e os seus sentidos oscilam entre a sinonímia (sendo, portanto, tratadas como mutuamente substituíveis) e a hiperonímia (sendo organizadas hierarquicamente, de maneira que as *fake news* são apresentadas como um tipo de funcionamento da pós-verdade) (p.87).

A autora discorda desse ponto de vista e defende que ao considerar o funcionamento discursivo, bem como o funcionamento da enunciação, pós-verdade e *fake news* podem ser

³⁰ Compreendemos, de acordo com Solange Gallo (2011), que esse efeito de sentido pode estar relacionado ao discurso de Escritorialidade, pois “essa categoria discursiva congrega discursividades que têm as características do Discurso de Oralidade, mas que, no entanto, são tornadas públicas pelo dispositivo tecnológico da internet, ganhando, assim, um certo efeito de fim e de unidade, embora fugaz, confundindo-se, muitas vezes, com o discurso de Escrita”.

diferentes analiticamente. Para sustentar sua proposição, Zoppi Fontana (2021), busca apresentar mais detidamente as propriedades que estruturam a pós-verdade e as *fakes news*. É nesse processo que a autora chega à noção de boato.

A referida pesquisadora, a partir do material que recortou para análise, verificou que, sobre as *fake news*, os discursos no âmbito da comunicação e no meio acadêmico apresentam em comum dois aspectos acerca de seu funcionamento discursivo, sendo “a relação de sinonímia estabelecida nos textos entre *fake news* e boatos e a relação de causalidade estabelecida entre o uso das novas tecnologias e o aumento do impacto das *fake news*” (p.94). Sendo algo que também constatamos no início desta pesquisa, motivando assim a presente discussão.

Para compreender tal associação, a pesquisa de Zoppi Fontana filia-se aos postulados da pesquisadora Eni Orlandi, acerca do discurso do boato, conforme apresentamos no início dessa discussão, e tem como base principal a proposição de que o boato é um fato público de linguagem. Além disso, considera também as seguintes palavras:

À procura de um dizer possível, em suas diferentes posições, os sujeitos produzem *versões plausíveis, explorando um espaço de significações*. Tenta se produzir um efeito de verdade a partir de palavras não asseveradas. *Não há um responsável pelo dizer*, mas uma figura autor imaginada que joga no seu lugar, lugar presumido de sua responsabilidade. Sem autor, ainda que fantasma, o boato não funciona. Há sempre um suposto responsável numa cadeia de “autores” que não se definem positivamente. *O autor se mantém no anonimato e é substituído/simulado por um encadeamento de citações, de menções: é sempre um outro que disse. No silêncio, o autor trabalha no anonimato*. Desde que há um autor socialmente visível, e assumido, o boato deixa de ser boato, o comentário passa a palavra autorizada (verdadeira ou falsa) (Orlandi, 2001, p.145 *Apud* Zoppi Fontana, 2021, p.95-96 [grifos da autora]).

Fundamentada na reflexão citada, Zoppi Fontana (2021), afirma que a análise desenvolvida por Orlandi sobre o boato já apontava as principais características do funcionamento discursivo que envolve a pós-verdade (enunciação autorizada) e as *fake news* (viral e anônimo). Desse modo, explica que “estarem configuradas na forma de boatos e serem principalmente divulgadas nas redes sociais e páginas da *web* são dois aspectos que definem a circulação discursiva das *fake news* [...]” (p.95).

Na investidura em compreender detidamente o funcionamento discursivo das *fake news*, Zoppi Fontana (2021) retoma também a noção de forma material, tal como desenvolvida por Orlandi (1996, p.31), “para referir ao modo como as formas linguísticas são afetadas pela historicidade dos processos discursivos, sendo necessário considerá-las sempre na articulação do simbólico e o histórico”, e afirma que “circular como boato na rede configura a forma material da *fake news*” (p.95). Nesse ponto, a autora especifica que as *fakes news* circulam como

boato em decorrência da noção de autoria, pois defende que em ambos os materiais elas ocorrem de igual modo, vejamos como a pesquisadora apresenta essa relação:

Circular como boato [...] “Em primeiro lugar, afeta o modo como essa discursividade se organiza enunciativamente, dado que seu funcionamento não supõe *um nome próprio que assegure e sirva de ancoragem a sua circulação*. Pelo contrário, é no regime do anonimato, de uma voz sem nome, que as *fake news* são produzidas e postas a circular, apagando também as circunstâncias concretas de sua enunciação. Enquanto boatos, as *fakes news* se caracterizam por sua circulação na forma de murmúrio indeterminado, que se espalha rapidamente, penetra em todas as instâncias, produz eco e ressonância, ganhando legitimidade pela repetição. É por efeito do excesso de enunciações que as *fakes news* se acumulam, ganhando visibilidade e credibilidade” (Fontana, 2021, p.95 [grifos da autora]).

Nessa direção, é possível compreender que as *fake news* digitais são semelhantes ao boato pelo regime do anonimato, e que seus efeitos de sentidos se dão pela repetição, pelo excesso em que circula, algo que em tempo de redes sociais ocorre muito mais rapidamente que de boca-em-boca como era possível a circulação do boato no passado, potencializando assim os efeitos de eco e ressonância, visibilidade e credibilidade. Desse modo, a pesquisadora Zoppi Fontana (2021), conclui que:

Com base nas análises apresentadas, defendemos a tese de que a pós-verdade e as *fake news* podem ser diferenciadas pelo seu funcionamento discursivo como duas formas distintas de formulação e circulação do discurso no campo político e no espaço das mídias digitais. Trata-se de duas formas distintas da enunciação política, que se distinguem em relação ao modo como um nome próprio e uma função-autor são mobilizados na formulação dos enunciados. Como vimos, as *fake news* se caracterizam por circular como boatos, produzindo o *efeito rumor*; um efeito pelo qual um fato histórico ocorrido se esfacela no acontecimento discursivo em uma pluralidade de versões anônimas, plausíveis (pela sua ancoragem na memória), embora dificilmente verificáveis no espaço da experiência e do conhecimento individual cotidiano (p.97).

Para observarmos de maneira prática as proposições de Orlandi (2012, 2017, 2022) e Zoppi Fontana (2021), vejamos o caso de *fake news* que envolveu a cantora Zélia Duncan em outubro de 2021, conforme divulgado pelo jornal Metrôpoles: “Zélia Duncan desmente boato de que teria rabiscado a bíblia”. Atribuíram a ela o ato de riscar à caneta uma bíblia aberta com a seguinte formulação: “PODE SAPATÃO, PODE VIADO, Pronto!!! Agora tá na bíblia!”. A divulgação desse acontecimento foi realizada por várias páginas de jornais.



Figura 05: “Zélia Duncan desmente boato de que teria rabiscado a bíblia”

Conforme explicitado pela Revista Forum³¹, o *meme* onde se vê a bíblia aberta, com a formulação escrita à caneta "Pode Sapatão Pode Viado", é antigo, pois “circulou nas redes durante a campanha presidencial de 2018 como uma resposta aos discursos LGBTfóbicos e fundamentalistas do então candidato à presidência Jair Bolsonaro (sem partido)”. Zélia Duncan havia apenas compartilhado a referida imagem no *story* de seu perfil no *Instagram*, que é uma conta pública, com mais de 500 mil seguidores, sendo suficiente para atribuírem a autoria deste à cantora. O jornal Metrôpoles divulgou o *print* da publicação realizada por Zélia:

³¹Disponível:<https://revistaforum.com.br/blogs/2021/10/30/zelia-duncan-alvo-de-fake-news-recebe-ameaas-105432.html>. Data de acesso: 19 de março de 2023



Figura 06: Print do story de Zélia Duncan.

Diante da repercussão, a cantora sentiu a necessidade de declarar nas redes sociais, especificamente em seus perfis no *Instagram* e antigo *Twitter*, que não havia rabiscado nenhuma Bíblia ao longo de sua vida, pois estava recebendo várias ameaças e mensagens ofensivas.

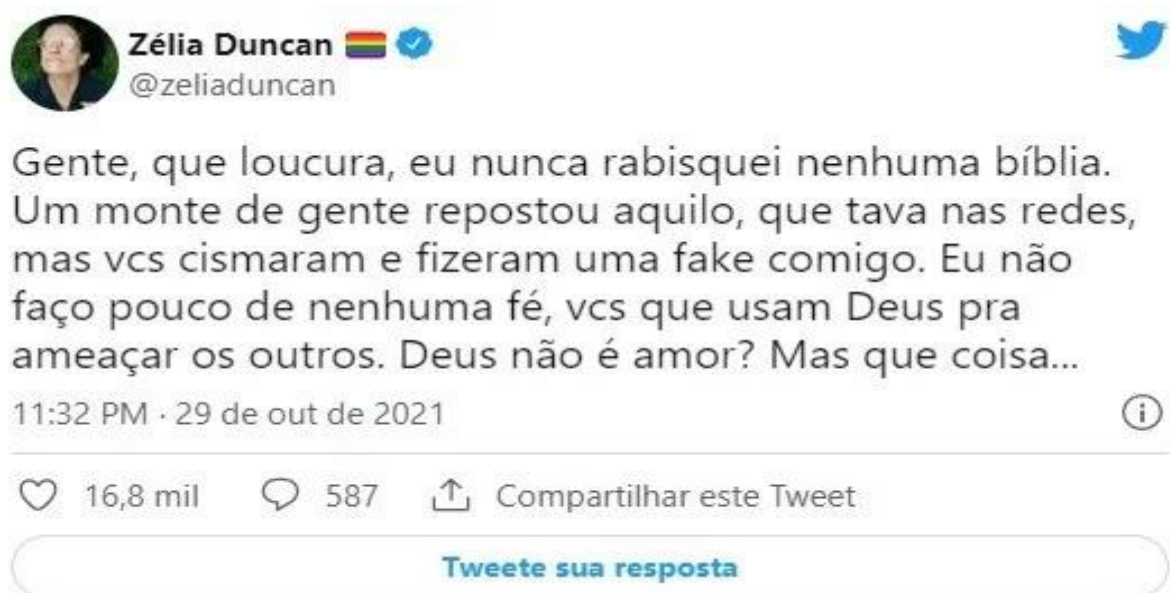


Figura 07: Postagem de Zélia Duncan contra a fake news.

Compreendemos que os efeitos de sentidos para a *fake news* em análise, estão atrelados às condições de produção em sentido amplo e estrito. Precisamos considerar o lugar de circulação, com as possibilidades de alcance de contas digitais em tempo mínimo. Nesse sentido, ao estudarmos a publicação da Revista Marie Claire³² sobre o ocorrido com a cantora Zélia Duncan, que apresenta, inclusive, alguns comentários que estão nas redes sociais em decorrência da *fake news* em circulação, conseguimos localizar uma das contas digitais responsável pelo compartilhamento, o perfil Terra Brasil Notícias, que a divulgou no antigo Twitter sob o seguinte enunciado: “Zélia Duncan debocha da Bíblia: “Pode sapatão e pode viado” [...], que gramaticalmente se configura como uma afirmativa.



Figura 08: Print da publicação no perfil do Terra Brasil.

Nessa postagem, a *fake news* não apresenta imagens, mas disponibiliza um *link* que encaminha diretamente para o *site* de notícias do próprio perfil, chamado “Terra Brasil Notícias: Deus acima de tudo e de todos”. O referido *site* foi criado em 2020 e seu acesso sem assinatura é limitado. Mesmo sendo considerado recente, no atual contexto, está presente nas principais redes sociais como “Facebook, Instagram e antigo Twitter”, com mais de 400 mil seguidores. Seu alto poder de circulação foi destaque na pesquisa desenvolvida pelo NetLab³³ da

³² Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2021/10/zelia-duncan-desmente-fake-news-nunca-rabisquei-nenhuma-biblia.html>

³³ O NetLab é um grupo de pesquisa vinculado a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundado em 2013. É coordenado pela professora doutora Rose Marie Santini, e formado por

Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, que monitorou 149 grupos públicos de viés “bolsonarista” e de extrema direita no *WhatsApp* com 20.970 usuários e 1.074 grupos e canais do *Telegram* de vários perfis ideológicos, totalizando 9,4 milhões de usuários nessas redes.

O resultado da pesquisa foi divulgado pela Folha de São Paulo³⁴ com a seguinte manchete: “Site campeão de compartilhamentos no *WhatsApp* e no *Telegram* lidera comunicação bolsonarista”, em seguida, apresenta que a NetLab, através dos dados coletados, considerou que entre os *sites* com maiores números de acessos, como o Jornal da Cidade online, Conexão Política, Brasil sem Medo e Renova Mídia, o Terra Brasil Notícias é campeão disparado em termos de compartilhamentos em grupos bolsonaristas no *Telegram* e no *WhatsApp*.

Além da pesquisa, a Folha de São Paulo apresenta também, no mesmo texto, uma entrevista que realizaram com o criador da página para saber mais sobre o *site* e como se dá a produção das notícias divulgadas. O Terra Brasil Notícias foi criado por um casal de Mossoró (RN), em que o advogado Agacy Vieira de Melo Júnior é o editor-chefe e sua esposa Micarla Rocha da Silva Melo é sua ajudante na administração das páginas.

Sobre o processo de produção das notícias, Agacy explicou com as seguintes palavras: “praticamente não criamos, nós só reproduzimos [reportagens]...por exemplo, pego um título ‘Daniel Silveira foi preso novamente’ – aí eu coloco uma pitada de irreverência...faço uma chamada...Eu pego a notícia, dou uma pesquisada, e reescrevo com viés conservador”, diz o advogado”. Segundo ele, tira as notícias “da CNN, Gazeta do Brasil, Pleno News, Crítica Nacional, Gazeta do Povo e faz as “matérias” dentro do carro, no celular, deitado na rede, e que às vezes escreve até errado e depois ajeita.

O que nos chamou a atenção foi o modo como são preparadas/reformuladas as notícias com um viés conservador e uma pitada de irreverência. Nessa direção, Agacy também afirmou que ele e sua esposa são entusiastas do conservadorismo e do presidente Bolsonaro, e que sentiam que a imprensa filtrava muito, não deixava passar o que eles queriam saber”. Essa apresentação do posicionamento ideológico que os constitui e rege as publicações que reformulam, faz parte das condições de produção da *fake news* que estamos analisando, nos ajuda a compreender o que está sustentando a publicação distorcida sobre o *story* de Zélia Duncan. Podemos afirmar, a partir das questões levantadas por Orlandi (2023) sobre a

pesquisadores doutores, graduandos e pós-graduandos com o objetivo de promover pesquisas sobre os usos sociais das tecnologias de informação e comunicação e suas implicações sociais e culturais.

³⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/site-campeao-de-compartilhamentos-no-whatsapp-e-no-telegram-lidera-comunicacao-bolsonarista.shtml> Data de acesso: 02 de out. de 2023

argumentação, que produziram uma estratégia argumentativa negativa, tal como a autora desenvolve essa noção a partir do que F.Tetu (2020) chama de “comunicação negativa” que é aquela usada para desqualificar o outro, colocar a opinião pública contra ele, e “como discursivamente consideramos a comunicação e a não-comunicação, Orlandi (2023) chama esse processo de argumentação negativa. É um confronto de sentidos” (p.50), fundamentado, neste caso em análise, pela formação discursiva da extrema-direita, marcada pelo conservadorismo, e pela concepção de liberdade de expressão predominante no bolsonarismo – a ideia de que a imprensa “filtra muito”, recorrendo a “liberdade” das redes para propagar o *fake*, como explica a autora.

Conforme apresentado, os donos do *site* e das páginas dizem ser entusiastas de Bolsonaro, um político que sempre externou sua aversão aos homossexuais, lésbicas³⁵ e aos artistas culturais³⁶. Observa-se que durante seu governo aumentou exponencialmente os casos de preconceitos³⁷ e intolerância religiosa³⁸, o que pode explicar os ataques que a cantora Zélia Duncan sofreu ao ser acusada de rabiscar uma bíblia, ou seja, algo da ordem da repressão, que não deveria ocorrer em um estado laico como o Brasil, que na prática tem se mostrado predominantemente cristão. Desse modo, pressupõe-se que a bíblia é um livro sagrado para a maioria dos brasileiros, além disso, relações homoafetivas não são bem aceitas por muitos desses religiosos.

Dando continuidade a descrição da entrevista, a Folha apresentou alguns exemplos de notícias divulgadas pelo *site*, com as seguintes manchetes: “Ivermectina: tratamento barato para Covid demonstrou ser altamente eficaz em um novo estudo revisado por pares”; “Bomba: documentos mostram coronavírus sendo testado (sic) como arma biológica 5 anos antes da pandemia por chineses”; “Urgente: cenário da PEC do voto impresso mudou e pode ser aprovada: muitas adesões”. Através das denúncias realizadas pelas agências de checagens, as publicações do Terra Brasil, no *Facebook* e *Instagram* tiveram seu alcance reduzido pela plataforma. Porém, conforme informado, o número de acesso ao *site* não foi afetado. Além disso, Agacy Júnior diz participar de mais de 200 grupos de *WhatsApp* e *Telegram* e que seus

³⁵ Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2021-05-17/lgbtfobia-nao-e-combatida--mas-impulsionada-no-brasil-de-bolsonaro.html> Data de acesso: 17 de out. de 2023

³⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/30/gestao-da-cultura-do-governo-bolsonaro-e-identidade-de-genero-da-Zelia,considerada-a-pior-das-ultimas-decadas-dizem-artistas> Data de acesso: 17 de out. de 2023

³⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/10/10/crimes-de-odio-na-internet-tiveram-aumento-de-quase-70-no-primeiro-semester>

³⁸ Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2021/08/20/bolsonaro-traz-inseguranca-a-liberdade-de-crencas-mesmo-com-lei-contra-intolerancia-religiosa>

materiais já foram compartilhados por políticos como o deputado General Girão (PSL-RN), a deputada Carla Zambelli (PSL-SP) e o apresentador Sikêra Júnior.

Sobre esse aspecto, o texto jornalístico apresenta a explicação da professora da Escola de Comunicação da UFRJ e coordenadora do NetLab, Marie Santini, que afirma que “os *links* desses *sites* são usados para corroborar argumentos da direita e extrema direita, com gráficos, e números”, e que “parecem *sites* noticiosos profissionais, pois imitam os *sites* jornalísticos, e cumprem papel importante na estratégia de comunicação do governo com ataques à oposição”. Diante da explicação da professora, retomamos a fala de Bolsonaro compartilhada pela Folha de São Paulo, quanto ao funcionamento e alcance do *site*. “Olá, Júnior Melo, do *blog* Terra Brasil, está aqui do meu lado, nosso ministro, Rogério Marinho, eu queria te mandar um abraço, agradecer a maneira como você divulga as matérias do governo e as outras também que interessam a todo o Brasil, você sempre tem isenção, coisa que realmente é louvável”. Na ocasião aproveitou para parabenizar também o crescimento no nível de alcance do *site*, que segundo ele, era de 6,3 milhões em abril de 2021, e 12,9 milhões em julho do mesmo ano, “tudo isso pela credibilidade das notícias”, disse o ex-presidente. Sobre esse gesto de Bolsonaro enaltecer o *site* que reformulava/distorcia acontecimentos de acordo com um viés conservador, consideramos também as seguintes palavras de Orlandi (2023):

Sim, porque o poder político – estar na presidência – criou as condições favoráveis para – na guerra de palavras, guerra ideológica – a extrema-direita dar seus passos na assunção do Poder Simbólico, com a articulação simbólico-política pelas instituições e discursos. A extrema-direita instalou-se com seu discurso no Brasil atual: propalada pela mídia, com assento no Congresso, formaram suas lideranças (p.53).

É alarmante o número de acessos, bem como o poder de circulação desse *site* e suas respectivas páginas com o tipo de materiais que compartilham. Agacy informou na entrevista que não recebeu ajuda financeira do governo de Bolsonaro, que a renda que sustenta o *site* advém de anúncios direcionados pelo *Google Adsense* e por assinaturas que custam 9,99. E que já chegou a conseguir 12 mil reais em um mês, pois em junho de 2020, por exemplo, chegaram a ter 1 milhão de acessos em um único dia “era algo sobre ivermectina”, mas que geralmente o fluxo mensal fica na faixa de 6.000,00, por isso, segundo ele, vive da advocacia. Se de fato, o casal, não foi financiado pelo governo, podemos ver o funcionamento da reprodução enquanto funcionamento ideológico, tal como proposto por Althusser, trabalham para manter e difundir a ideologia do conservadorismo, da extrema direita.

Esse foi um dos lugares de circulação da *fake news* que envolveu Zélia Duncan, mas, ao digitar a referida formulação (Zélia Duncan debocha [...]) no buscador do antigo *Twitter*, por

exemplo, encontramos inúmeras publicações dessa ordem, com e sem imagens, como os casos que apresentamos aqui. Inclusive, como se pode observar na figura 04, na própria publicação do Terra Brasil Notícias, no antigo *Twitter*, mostra que houve 200 compartilhamentos/*retweets*. Não podemos afirmar que foi exclusivamente ou apenas o Terra Brasil Notícias que criou a referida *fake news*, mas nesse caso em específico, através das ameaças sofridas pela cantora, compreende-se que o boato de que Zélia Duncan tinha rabiscado uma bíblia, significou como informação, com teor de verdade, principalmente pelo caráter de imitação de *site* jornalístico da página que compartilhou, e dado seu alto poder de circulação, possivelmente contribuiu na produção de efeitos de sentidos negativos contra a formação discursiva da esquerda e a vida da vítima.

2.1 O discurso das *fake news* e a sua relação com a verdade e a mentira

“Que estatuto dar à separação entre verdadeiro e falso, quando se pensa discursivamente?” (Orlandi, 2012, p.127).

No desenvolvimento da discussão sobre a relação das *fake news* com o discurso do boato, encontramos marcadamente a convocação do discurso da mentira e da verdade na relação com as *fake news*. Apresentamos a seguir, alguns títulos de registros nessa ordem, que foram divulgados por páginas de jornais e revistas ainda sobre o ocorrido com Zélia Duncan:

Zélia Duncan **desmente** fake news de que rabiscou a bíblia (Folha.uol³⁹).

Zélia Duncan **desmente** fake news de que rabiscou a Bíblia (O Estado. CE⁴⁰).

Zélia Duncan **desmente** fake news: 'Nunca rabisquei nenhuma bíblia' (Revista Marie Claire⁴¹).

³⁹Disponível em: <<https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2021/10/zelia-duncan-desmente-fake-news-que-rabiscou-a-biblia-que-loucura.shtml>> Data de acesso: 18 de Abril.

⁴⁰Disponível em: <<https://oestadoce.com.br/artegenda/zelia-duncan-desmente-fake-news-de-que-teria-rabiscado-a-biblia/>> Data de acesso: 18 de Abril.

⁴¹Disponível em <<https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2021/10/zelia-duncan-desmente-fake-news-nunca-rabisquei-nenhuma-biblia.html>> Data de acesso: 20 de Abril.

Zélia Duncan **desmente** fake news de que teria rabiscado a Bíblia (Sampi.Net)⁴².

Grifamos nos referidos enunciados o verbo “desmente”, pois ele atesta a presença do discurso da mentira na relação com as *fake news*. Compreendemos que através dele, no contexto dos enunciados, *fake news* é significada como mentira, uma vez que a palavra desmente, do verbo desmentir, no âmbito do sentido, promove a ideia de “ação contrária por meio do prefixo des” (Rocha Lima, 2010, p. 253). Então, desmentir refere-se ao ato de desfazer/desconstruir uma “mentira”, e no enunciado a expressão que sofre a ação do verbo, vem na sequência, que é *fake news*, o que acaba por significá-la como mentira.

Para que esse efeito não ocorresse, uma possibilidade seria enunciar da seguinte forma: “Zélia Duncan desmente que teria rabiscado a bíblia”. Pois, desse modo seria considerada mentira apenas a afirmação de que ela rabiscou a bíblia, mas ao colocar antes desse enunciado a classificação de que se trata de uma *fake news*, inclui o sentido de mentira à *fake news* e não exclusivamente a acusação feita contra a cantora. É como se *fake news* fosse um tipo/categoria de mentira. Ou seja, a partir da estrutura da língua, tal como foi organizada nos enunciados, a expressão *fake news* aparece como sinônimo de mentira. Diante da escolha da mídia pela expressão *fake news*, a questão que se coloca é: porque não usaram a própria palavra mentira formulando da seguinte maneira “Zélia Duncan desmente a mentira de que rabiscou a bíblia”, ao invés de “desmente *fake news* [...]”? Seria porque *fake news* é o nome dado a “mentiras” digitais? Uma reflexão superficial diria, talvez, que seria através dos mecanismos de coesão, mas discursivamente compreende-se que há razões sócio-históricas, políticas e ideológicas ofuscadas na escolha vocabular da mídia.

É interessante observar que não é a cantora que diz estar desmentindo, pela própria conjugação do verbo (desmente) na terceira pessoa do singular, fica dito que quem escolheu usar essas expressões, fazendo associações entre mentira e *fake news*, foi a mídia jornalística. Foi o nome que a mídia deu ao ato de Zélia Duncan postar a afirmação de que não rabiscou a bíblia.

Ainda nessa direção, recortamos para o nosso estudo, outro recorte que atribui o sentido de mentira à *fake news*, sendo constitutivo no funcionamento da agência de checagem do Estadão Verifica, conforme consta a seguir:

⁴² Disponível em <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2087936/conexao_biz/2021/10/zelia-duncan-desmente-fake-news-de-que-teria-rabiscado-a-biblia> Data de acesso: 20 de Abril.



Figura 09: print do vídeo: *Como o Estadão Verifica, classifica o monitoramento de 'Fake news' e checagem de fatos* (Dela-Silva, 2021, p. 5956).

O quadro apresentado é um *print screen* feito pela pesquisadora Dela-Silva (2021), presente em seu artigo “Checar fatos e desmentir boatos: fake news e discurso jornalístico no Brasil”. No referido trabalho, a autora analisa o funcionamento discursivo de algumas agências de checagem, o que não é o nosso foco neste momento. Recorremos ao quadro apenas para observar a presença do discurso da mentira e da verdade na relação com as *fake news* e a presença da mídia jornalística na delimitação desses sentidos.

Como é possível observar no quadro, o Estadão Verifica adotou, cinco categorias⁴³ para classificar os conteúdos checados, sendo:

A primeira categoria – Troféu Gepeto – em uma alusão ao nome do criador de Pinóquio, é aquela reservada à “verdade”, contendo “declarações e afirmações totalmente verdadeiras”, conforme o *blog*. A essa categoria, seguem-se outras quatro, especificadas por diferentes números de Pinóquios, a saber: 1) “majoritariamente verdade”; 2) “meia verdade”; 3) “majoritariamente falso”; 4) “mentira” (*Idem*, p.5956).

Diante dos materiais apresentados, verificamos que a mídia jornalística tem trabalhado com as noções de verdade e mentira numa relação associativa com as *fake news*. Classificam como se os termos envolvidos fossem rasos e transparentes, jogam apenas com a superfície dos sentidos, desconsideram que os conceitos de verdade e mentira são concepções complexas que funcionam de acordo com as determinações de conjunturas sócio-históricas e políticas, podendo estarem relacionadas, por exemplo, às questões éticas e religiosas.

Além disso, as concepções de verdade e mentira se configuram como objetos de reflexões do campo da filosofia desde os primórdios, assim como ressalta Foucault (1996), que “Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso; separação nova visto que, doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder” (Foucault, 1996, p.15).

Então, como vimos, desde Platão essa relação vem sendo discutida, e na sequência, podemos citar muitos estudiosos que se debruçaram sobre o assunto como, Emmanuel Kant, Friedrich Nietzsche, Sartre, Santo Agostinho, Hannah Arendt e Derrida. Todos esses autores trazem contribuições para a compreensão do que venha ser a verdade ou a mentira “se é que ela existe” como ressalva Derrida (1996, p. 35).

Há um vasto campo de reflexões voltado a compreender o que é a verdade e a mentira, porém a mídia jornalística tradicional reduz, silencia, ignora todo esse trabalho intelectual ousando categorizar/classificar de maneira objetiva o que seria verdade ou mentira na relação com as *fake news*. Colocam-se na condição de autoridade para decidir, dar a palavra final, como vimos nos dois materiais apresentados para o que venha ser verdade ou mentira. Sobre esse funcionamento autoritário da mídia jornalística, Orlandi (2022) afirma que “a imprensa – seja escrita, falada, ou digital [...]” se “a/representa como um poder em si” (p.20), e que “o

⁴³ Com base na “história do Pinóquio, personagem de romance italiano do século XIX, adaptado mundialmente para filmes e desenhos animados” (*Idem*).

imaginário social cede, ideologicamente, a ela, um poder monumental: “Deu na televisão”; “Está na Globo” são algumas formulações exemplares” (p.20).

Nessa direção, Foucault (1996) afirma que, desde o século XIX, os suportes institucionais estão fortemente envolvidos no estabelecimento do que pode e deve ser considerado verdade. Para mostrar isso, o autor primeiramente distingue o processo de reconhecimento entre verdadeiro e falso em uma dada proposição e a vontade de verdade, vejamos:

Certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um **sistema de exclusão** (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se (p.14 [Grifos nossos]).

O autor explica que algumas áreas tiveram que se justificar pertinentes frente à algumas institucionalizações, como a pedagogia (no que diz respeito ao sistema dos livros, da edição, das bibliotecas), bem como a literatura, as práticas econômicas, o sistema penal, enfim, todas essas perspectivas tiveram enormes desafios para se justificarem dentro de um discurso institucional da verdade que os garantiriam como legítimos. Por isso Foucault (1996), afirma que “[...] é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma "polícia" discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos (p.35). Ou seja, o sentido de verdade pode ser atribuído ou censurado, a depender de quem, onde e como se diz, pois não é somente o próprio dizer em si que significa. Nessa perspectiva o referido autor faz a seguinte crítica:

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a **excluir** todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade [...] (p.20 [Grifos nossos]).

Desse modo cabe questionar, o que é dizer a verdade ou a mentira? Para quem será considerado verdade ou não? Na direção do que propõe Foucault (1996), Orlandi (2012) também afirma que “somos regidos, em nossa forma histórica de sociedade, pela “vontade” da verdade e pelo “imaginário” da objetividade. Temos de ser objetivos, não podemos não ser ou verdadeiros ou falsos” (p.143). Nessa direção, observa-se que os aparelhos ideológicos e repressivos do Estado, tal como Althusser (1970) os propôs, difundem essa dicotomia

ideológica. Um dos primeiros a introduzir esse efeito é o aparelho familiar, em que os pais orientam seus filhos a nunca mentirem e dizerem sempre a verdade, são muitos os modos como a família aplica e impõe essa distinção, pois, além das orientações verbais, no diálogo com a criança, às vezes há também ameaças de punição se mentirem.

Ainda com relação às crianças, outro exemplo de como o discurso da verdade em oposição a mentira é incutido em sua reprodução, consiste em algumas histórias infantis, como a apresentada em nosso material de análise, a história do Pinóquio, em que, conforme o enredo, a ideia que se passa é que, se mentir o nariz cresce e quanto mais mentir, mais o nariz crescerá, ou seja, há uma ameaça de deformação física como consequência da mentira, impregna-se o medo. Então, nesse sentido, a criança já vai se tornando um sujeito interpelado pela ideologia da moral e do bom costume e tendo sua linguagem administrada, pois como afirma Orlandi (2022):

O efeito de verdade tranca os processos de significação, e o que se apresenta fechado barra a incompletude, o possível. Numa sociedade deflagrada, as palavras podem ter qualquer sentido (na diluição do real). Nas relações que estabelecem o autoritarismo nos processos de significação, há *redução ideológica*, pois se dissolvem na direção do Um, do homogêneo, do Universal (busca da compreensão una). Busca da evidência. Não há silêncio, há silenciamento, no alarido das vozes (p.123).

No processo de administração dos sentidos, temos também o aparelho ideológico religioso cristão que enaltece a verdade e condena a mentira. Atribuem a Deus a verdade, e ao Diabo a paternidade da mentira. Desse modo, consideram que mentir é pecado e assim sendo, o mentiroso não poderá herdar a salvação. Além dos aparelhos apresentados, o jurídico também se pauta na distinção objetiva entre verdade ou mentira. Por exemplo, no sistema judiciário americano, estando em um tribunal do júri, é comum a testemunha jurar dizer a verdade, somente a verdade, nada além da verdade. E no Brasil, conforme o artigo 342 do código penal (CP), “fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)”, prevê o crime de falso testemunho ou falsa perícia sob pena de reclusão, de dois a quatro anos e multa.

Desse modo, observa-se todo um sistema institucional regulador que busca controlar os dizeres/interpretações e as subjetividades, polarizando sentidos da língua, instituindo discursividades para o que possa ser considerado verdade e mentira, e seus respectivos impactos, tanto no nível individual quanto coletivo. Sobre esse processo, Orlandi (2012), explica que:

Determinados pela história, pegos pela necessidade da língua, pela ideologia, estamos condenados, mesmo se não nos damos conta, à relação com a ética e com o político: na posição de responsabilidade em relação aos sentidos, o sujeito tem de “assinar” o que diz, assumir sua interpretação (p.143).

A partir das palavras da autora citada, observamos que esta considera o dizer de cada um como interpretações, e quando afirma que estamos condenados a difícil relação entre a ética e o político é porque a ordem da língua não se deixa administrar por essas injunções institucionais exteriores a ela, seu funcionamento não se submete a distinção entre verdade ou mentira, pelo contrário, é ela que permite a existência de todos os dizeres, seja verdade, mentira ou *fake news*, isso quem vai classificar são as instituições, como temos visto. É por isso que se impõe, desde a infância, a não viver a fluidez plena da língua, sendo necessário excluir possibilidades de interpretações. Mas para o sujeito de linguagem essa é uma questão bastante complexa de ser controlada, tendo em vista que a língua o constitui e o efeito de verdade e mentira também demanda a relação com o outro, pois como vimos nos modos de classificação do Estadão Verifica, para eles é considerado mentira “declarações que ignoram ou contrariam verdades factuais”, o que nos leva a retomar a seguinte questão suscitada por Orlandi (2012): “Que relação estabelecer entre fato e linguagem?” (p.127).

Sobre essa reflexão, conforme Henry (2014), “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências” (p. 55, [Grifos do autor]), além disso, o que seria dos fatos se não entrassem para o campo da linguagem, eles seriam extinguidos enquanto tais, mas quando o adentram, através da interpretação, assumem outra condição para além do acontecimento empírico. “Há o fato, há a necessidade de significá-lo socialmente – na ordem do sentido público – e há uma disputa pelo sentido “verdadeiro” (Orlandi, 2012, p.146).

Não há na proposição do autor e nas discussões de Orlandi, a ressalva de que somente alguns sujeitos são capazes de interpretar, pelo contrário, para a autora, “diante de todo objeto simbólico somos instados a interpretar” (*Idem*, 2009, p.45), o verbo que ela usa, na primeira pessoa do plural, inclui a todos (inclusive nós analistas de discurso), pois esse funcionamento é da ordem do sujeito da linguagem. A diferença é que existem os “autorizados” a interpretar, ou seja, aqueles que terão suas versões reconhecidas como legítimas, oficiais, “verdadeiras”, que frente ao “não-autorizado” poderá anular, colocar em um grau menor de “confiança”, impedindo que seja aceita como uma versão/interpretação possível, exclui-se o diferente. E a mídia ocupa esse lugar, sendo mais um aparelho ideológico do Estado, conforme Althusser (1970), que impregna a dicotomia entre verdade e mentira, como vimos nos materiais

recortados. Para compreendermos mais detidamente o funcionamento da mídia enquanto aparelho ideológico, consideremos as palavras de Orlandi (2022):

Ela pode ser, assim, considerada como um quarto poder. Capaz de mobilizar, divertir, ensinar, produzir conhecimento, cultura, espalhar a ideologia dominante, alinhar posições de poder. Vende produtos e formas de vida. Empresa, expande o capitalismo. Cria fatos. Faz circular. Mesmo os “fatos alternativos”, que ela difunde em sua indistinção com as mídias sociais (p.20).

Para a autora, na sociedade a mídia equipara-se ao poder Executivo, Legislativo e Judiciário que, de acordo com a Constituição Brasileira, dividem as funções do Estado. Conforme as palavras da pesquisadora, observa-se a tamanha dimensão da força da mídia na administração do sujeito e dos sentidos. Ainda nessa direção Orlandi (2022), assevera que:

De todo modo, podemos considerar a mídia enquanto “instituição”, a Imprensa, filiada à tradição jurídica, capitalista, constitucional. Desse modo, inscreve-se no campo de interpretação, instalando um gesto político, o da “liberdade de expressão”, livre expressão do pensamento, seja o que liberdade aí signifique atualmente (p. 16).

Conforme as palavras da autora, sob o efeito do direito à liberdade de expressão, a interpretação da mídia jornalística tradicional, fica autorizada e reconhecida como legítima, portanto, aceita. Ela silencia, tira a validade de outras interpretações de cidadãos comuns que não estão filiados a essa “instituição”, porém desde o surgimento da *Internet*, reiterando as palavras de Orlandi (2022), em que à mídia tradicional e à imprensa juntou-se às demais mídias, como as redes sociais, por exemplo, essa estabilidade se viu ameaçada. Com essa ampliação, inaugura-se um cenário de disputa acirrada pelo sentido considerado verdadeiro dentro do próprio aparelho mídia, pois aquela que outrora detinha o poder em sua interpretação, viu a proliferação de *fake news* nas redes sociais, bem como a eficácia de seus efeitos em circulação, diminuir seu domínio e controle da legitimação/autorização da informação como palavra autorizada.

O que se pode observar é que o quarto poder colapsou em seu próprio funcionamento e talvez estejamos diante do principal efeito que as tecnologias digitais promoveram na mídia tradicional. E as *fakes news* digitais que circulam nas redes sociais podem estar sendo beneficiadas por seu pertencimento ao aparelho mídia de um modo geral, que até o surgimento da *Web 2.0* era predominantemente administrado pela mídia tradicional que, histórica e ideologicamente já a significava como lugar da interpretação válida. O que estamos querendo dizer é que a principal disputa pelo sentido, pelo controle do “poder simbólico”, tem ocorrido dentro do próprio aparelho mídia, que com o advento do digital expandiu os formatos e deu

abertura para a interpretação de “qualquer” sujeito poder circular, e se opor, muitas vezes, ao que a mídia tradicional tenta impor. É como se as redes sociais viessem a ruir as bases de domínio da mídia tradicional. Tudo gira em torno do capital, e os donos das grandes plataformas têm sucumbido os menores que são os representantes das mídias tradicionais de cada país. Os proprietários das gigantes redes sociais abrem a possibilidade de falar/dizer/interpretar a todos e, desse modo, fazem funcionar suas máquinas dominadoras, pelo excesso, por saturação.

Essa disputa tomou uma grande proporção, e, conforme afirma Orlandi (2022), nas mídias sociais “há uma extrema fragmentação que faz com que cada um possa ter “seu fato”, sua verdade, o que limita extremamente a simples “conversa”. A “não comunicação” de que fala M. Pêcheux (p.21). Percebe-se, diante da grande difusão das *fake news* digitais, que a ideologia da globalização, do consumo, está a ponto de falhar pelo excesso. Pois a abertura dada seguida da convocação ideológica para todos criarem uma conta nas redes sociais e postarem, tomou uma dimensão devastadora em que o teor do material em si, não é relevante, o objetivo é apenas que a engrenagem funcione, pois sua condição é a circulação, então a ordem é: poste, publique, compartilhe, não importa o que, se preciso for, se objetifique! As gigantes da computação usam como pano de fundo a comunicação, pois seus interesses mercadológicos são outros, como a produção de dados, por exemplo, por isso para eles é importante fomentar o excesso.

Nesse cenário, a mídia jornalística tradicional vem tentando, de muitas formas, recuperar seu lugar de autoridade e um exemplo são as agências de checagens, porque afinal, quem disputa pelo sentido é ela, pois os produtores de conteúdo digital, sabem que já se encontram à frente da mídia tradicional no formato impresso, radiofônico e televisivo, e que esses têm tentado acompanhar a mídia digital. Sobre o jornalismo criar as agências de checagem, Zoppi Fontana (2021) tem a seguinte crítica:

Se, por um lado, a prática do fact-checking surge como panaceia que permitiria detectar e combater o vírus das notícias falsas, por outro, confiar essa tarefa exclusivamente aos próprios meios corporativos de informação pode contribuir a aumentar o cinismo desses setores político-midiáticos, que seriam ao mesmo tempo produtores e verificadores de pós-verdade (p.99).

Para a autora citada, o jornalismo tradicional também é um histórico produtor de *fake news*, sendo assim, como instituir a eles o poder de verificação? Além disso, seu modo de funcionamento da sequência a visão polarizada da língua, silenciando que “o que há são versões” (Orlandi, 2012, p.07) possíveis, de acordo com a subjetividade, a constituição histórica, política e ideológica que atravessa as diferentes posições sujeitos na interpretação de

um fato. Não se interpreta sem deixar um pouco de si na própria interpretação. É por isso que para o “analista de discurso, mais do que a verdade (ou mentira), interessa o *real* do processo de significação” (Orlandi, 2022, p.23).

Em conformidade com as palavras da referida autora, nosso trabalho não visa categorizar o que é verdade e o que é mentira, pois sabemos que os sentidos não ficam colados nas palavras, eles são moventes, transitórios, comunicam e não comunicam, então como assegurar a verdade? Mas a pesquisadora reconhece que “temos necessidade de um mundo normatizado quanto a seus sentidos, estabilizado, onde “x” signifique “x”, com o qual podemos nos identificar. E não temos senão versões” (Orlandi, 2012, p.143). E que a “relação fato/linguagem é atravessada por outra: sujeito/história. Não há dizer único” (*Idem*).

O que pretendemos é justamente chamar a atenção para que se compreenda o processo discursivo e se perceba que verdade e mentira podem ser relativos, sendo um efeito promovido em uma sociedade da objetividade que desconhece a equivocidade da língua, pois como afirma Orlandi (2012) somos “dominados pela importância que, em nossa cultura, damos à não-contradição, atrás das palavras tem de haver verdade. E a questão é justamente esse “atrás”. Ele nos faz ver que as palavras não são apenas o que parecem, não são só presença” (p.143). É por isso que para compreender a língua, é necessário que se considere juntamente às palavras, o sujeito e as condições de produção, uma vez que não são somente as palavras que asseguram o sentido.

Além disso, como vimos, é comprometedor afirmar que existe verdade absoluta após compreendermos que toda interpretação dos fatos é atravessada por diversos fatores como: subjetividade, condições de produção, entre outras. “Tentamos o solo firme único e, no território das palavras, nos defrontamos sempre com múltiplas versões” (*Idem*). Acrescentamos que esse efeito não se restringe apenas ao funcionamento da linguagem verbal, pois também as fotografias são versões, que variam, a depender da constituição do sujeito fotógrafo que, indiretamente, está presente no ângulo que escolhe retratar a imagem. Ou seja, em toda forma material da linguagem em que houver a presença do sujeito, direta ou indiretamente, não será neutro, porque não existe sujeito isento de ideologia, pelo contrário, essa é sua condição.

Desse modo, sobre as *fake news*, “saímos, pois, da dicotomia estrita entre verdade e/ou mentira, e mantemos a questão, que julgo fundamental: o que, nesse barulho incessante e ensurdecador, neste alarido de sentidos, nesta massa indescritível de escritos e sussurros, está sendo silenciado?” (Orlandi, 2022, p.29).

CAPÍTULO III

UMA MEMÓRIA DISCURSIVA DE *FAKE NEWS*

A partir dos excertos recortados da cartilha e do texto jurídico em que aparecem a mesma expressão: “A novidade...”, referindo-se ao surgimento da *Internet* e seu poder de difusão enquanto fator de diferenciação das *fake news* no contexto atual, nos ocorreu outra inquietação. Ao afirmarem que as *fake news* não surgiram exatamente no século XXI, mas que ela foi modificada pelo digital, questionamos, então, como eram antes? Sendo assim, buscamos a historicidade dessa prática para compreender como se constitui uma memória discursiva que as sustentam, tendo em vista que para a Análise de Discurso,

A memória, nesse domínio de reflexão, é o que chamamos *interdiscurso*, o saber discursivo, a memória do dizer, e sobre a qual não temos controle. Trata-se do que foi e é dito a respeito de um assunto qualquer, mas que, ao longo do uso já esquecemos como foi dito, por quem e em que circunstâncias e que fica como um já-dito sobre o qual nossos sentidos se constroem (Orlandi, 2012, p. 180).

Para auxiliar-nos nesse percurso de reconhecimento e entendimento da historicidade das *fake news*, recorreremos a alguns estudos que buscam apresentar o trajeto dos sentidos da referida expressão. O primeiro a considerarmos refere-se a pesquisa de mestrado desenvolvida pelo pesquisador Bruno de Azevedo Santana Guimarães, sob o título “Golpes de sentido em 2016: uma análise discursiva do blog jornal livre”.

O objetivo geral dessa pesquisa, filiada às teorias da Comunicação e a Análise de Discurso materialista, concentrou-se em compreender como os acontecimentos políticos são tratados nas mídias jornalísticas e como é a compreensão do funcionamento discursivo nos processos democráticos, através da análise da formulação e circulação de notícias do *blog* “Jornal Livre”, sobre o processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, que a afastou do cargo político no dia 31 de agosto de 2016.

Para o desenvolvimento dessa compreensão, buscou-se as notícias divulgadas pelo *blog* nos meses de julho e agosto de 2016, que faziam referência à presidenta, seus aliados e ao processo de *impeachment*. Nessa busca foram encontradas 104 notícias, sendo consideradas o arquivo da pesquisa. Dentre elas constataram 10 regularidades que constituiu o *corpus* de análise. A partir desse critério 50 notícias foram analisadas.

Para a escolha do referido *blog* enquanto objeto de pesquisa, o autor se norteou por um trabalho da Associação dos Especialistas em Políticas Públicas de São Paulo (AEPPSP), que com base em critérios de um grupo de estudo da Universidade de São Paulo (USP), através de

uma ferramenta criada na própria universidade, mapeou os maiores *sites* de notícias do Brasil que disseminaram opiniões sem crédito, informações falsas, não-checadas ou boatos pela *Internet*. Dentre os maiores *sites* está o *blog* Jornal Livre, que foi criado em julho de 2016, o mês que antecedeu a votação do *impeachment*. Ainda sobre o processo de escolha do objeto de análise,

É importante destacar, que o Jornal Livre não foi nossa primeira opção de escolha para este trabalho, mas sim, o blog Ceticismo Político, que foi apontado pela pesquisa como o maior site de notícias de divulgação sem autoria e pelo seu enorme compartilhamento nas redes de relacionamento. Para se ter uma ideia, a página do Ceticismo no Facebook tinha 106 mil curtidas e milhões de compartilhamentos. Contudo, assim que a pesquisa foi divulgada, acreditamos que, com medo de sofrer penalidades judiciais, o organizador do blog excluiu todo seu conteúdo e, assim, ficamos impedidos de coletar as notícias que iriam definir o nosso corpus. Tal exclusão, no entanto, não foi feita pelo Jornal Livre, que passou a ser nosso objeto de estudo (Guimarães, 2019, p.13).

Foi nesse trajeto da pesquisa de Guimarães (2019) que a discussão sobre *fake news* se fez necessária, pois conforme identificado pela associação da USP, o Jornal Livre não apresentava em sua página qualquer ferramenta que identificasse seus administradores, corpo editorial ou jornalistas, semelhante aos demais *sites* constatados que ao dispor a página 'Quem Somos' não diz nada que permita identificar os responsáveis pelo *site* e seu conteúdo. “Entretanto, segundo tal pesquisa, são *sites* cujas “notícias” não têm autoria, são anônimos e tem grande circulação nas redes sociais, seja pelo *Facebook* e até correntes de *WhatsApp*” (*Idem*, p.12-13). Ainda no processo de conhecimento do *blog*, a pesquisa investiga também sua fonte de renda e manutenção, vejamos:

É interessante questionar, também, sobre o processo de fonte de renda do JL. Quem financiou o blog uma vez que não há anunciantes no jornal? O local onde as propagandas deveriam ocupar estão preenchidos por avisos em inglês do servidor e as notícias são veiculadas gratuitamente para os usuários da Internet com a possibilidade para o compartilhamento nas redes sociais como Facebook e Twitter. Assim, em nossa perspectiva, os financiadores do JL tinham interesse em todo conteúdo que pudesse prejudicar o governo Dilma, assim como o Lula, o PT, e todos os que eram contra o processo de destituição da presidenta, uma vez que houve uma generalização da esquerda como petistas (sétimo recorte) (*Idem*, 98-99).

Além dessas características pontuadas, para a referida pesquisa, “a expressão *fake news* significa “notícia falsa”, ou seja, representa o oposto dos critérios de comunicação que se filiam no discurso da “divulgação das verdades dos fatos”, mesmo que tais fatos, como já adiantamos, sejam apenas a versão de uma realidade descrita” (p.53 [Grifos do autor]). Nesse estudo, sob o título “*Fake news*: uma novidade não tão nova assim”, afirma-se que “a livre circulação de

conteúdo na internet através de *blogs*, *sites* de relacionamento e aplicativos móveis, há alguns anos, fez emergir uma expressão até então desconhecida pela maioria dos brasileiros: a *fake news*” (p.52).

Fundamentada nas proposições do texto “*Sapiens: uma breve história da humanidade*” de Harari (2018), a pesquisa explica que o processo das *fake news* digitais surge desde as fofocas orais - que para o teórico citado é um dos pontos centrais para a evolução do homem como um ser social.

Para o autor (*idem*, p.31), as informações mais preciosas à época não consistiam na discussão sobre as melhores localizações dos pontos de caça, mas sim, de toda e qualquer informação relacionada aos homens. Isso porque os seres humanos já habitavam a terra há cerca de 150 mil anos e, se antes o propósito de vida dos *homo sapiens* eram a sobrevivência, na revolução cognitiva consistia em expandir território. Portanto, para que houvesse a dominação do resto do ‘planeta’, deveria haver uma melhor organização. É aí que se encaixa a questão do homem social [...] (p.55).

A pesquisa compartilha do entendimento de Harari (2018), de que a linguagem humana evoluiu como um meio de partilhar informações sobre o mundo e os humanos, em forma de fofoca, em que para a cooperação social, condição necessária para a sobrevivência e a reprodução, não era mais suficiente conhecer o paradeiro de leões e bisões e sim “saberem quem em seu bando odeia quem, quem está dormindo com quem, quem é honesto e quem é trapaceiro” (*Idem*, p.55).

Guimarães (2019) considerou que “o ato de fofocar ainda continua, só que, agora, mediado por tecnologias que facilitam a comunicação entre distintos sujeitos” (p.56), assim como afirma Harari (2018), ao dizer que “[...] ainda hoje, a maior parte da comunicação humana – seja na forma de e-mails, telefonemas ou colunas nos jornais – é fofoca” (*Idem*).

Na direção dessas discussões, a pesquisa recorre à noção de mito, também a partir de Harari (2018), para explicar as uniões das tribos e a organização da sociedade em cidades, vejamos:

Os mitos, como se veio a saber, são mais influentes do que qualquer um poderia ter imaginado. Quando a Revolução Agrícola criou oportunidades para a criação de cidades populosas e impérios poderosos, as pessoas inventaram histórias sobre grandes deuses, pátrias-mães e empresas de capital aberto para fornecer os elos sociais necessários. Enquanto a evolução humana estava rastejando no seu usual ritmo de tartaruga, a imaginação humana estava construindo redes impressionantes de cooperação em massa, diferentes de qualquer outra já vista (Harari, 2018, p.112, *Apud* Guimarães, 2019).

Através da noção de mito buscam compreender também as corporações, “empresas que são produto de imaginação coletiva e que são chamadas de “ficção jurídica”, ou seja, “não pode

ser sinalizada; não é um objeto físico. Mas existe como entidade jurídica” (Harari, 2018, p.38 *Apud* Guimarães, 2019, p. 58). Assim a pesquisa verticaliza para a imprensa e propõe que essa possui empresas ficcionais.

A partir de então, entra em discussão o mito da informação imparcial, presente no imaginário social contemporâneo, que se instaurou via instituição jornalística, da notícia enquanto verdade. Para tanto, a pesquisa retoma que os primeiros materiais informativos tinham como principal função divulgar os feitos de seus governantes e ressalta que:

Segundo o historiador Florival Cárceres (2000), o primeiro jornal com periodicidade regular foi o *Acta Diurna*, uma publicação esculpida em pedra que era colocada em locais públicos sob a ordem do imperador Júlio César por volta de 59 a.C, em Roma. Basicamente, as informações do *Acta* traziam assuntos de interesse do governo (p.58-59).

Na sequência, a pesquisa apresenta as mudanças na forma de divulgação, contemplando o processo de transição da pedra para o papel, o que inaugurou o sistema de periodicidade semanal, porém o serviço ainda nesse momento era exclusivo do Estado, atendendo ao que o governador desejava informar. Conforme o texto, nessa fase, devido ao alto índice de analfabetismo, decorrente das diferenças sociais, em que poucos tinham condições financeiras para escolarizar seus filhos, as informações também eram passadas de boca-em-boca. Nesse contexto, “a fofoca e os rumores existiam, mas diferentemente da época da Revolução Cognitiva, não buscava estritamente a cooperação social para a sobrevivência, mas também, satisfazer a curiosidade humana acerca de assuntos triviais da cidade” (p.59).

Outro elemento considerado importante no texto, foi a invenção da prensa gráfica no século XV por Gutemberg, que permitia a impressão de 50 páginas por hora, promovendo uma mudança na produção de materiais impressos que até então era desenvolvido por monges e copistas. Em 1814, a invenção de Koenig tinha capacidade de imprimir 1.100 páginas por hora. Além disso, conforme o texto, “alguns outros fatores contribuíram para o desenvolvimento do jornalismo que temos hoje: a criação da fotogravura, em 1851 e o avanço na transmissão do telégrafo, em 1844, são alguns dos exemplos para o desenvolvimento do jornalismo atual” (p.60).

Nesse processo de consolidação da imprensa, a pesquisa chama a atenção para um jornal que surgiu na França, no século XVII, chamado de *Canards*. Conforme o texto, o sucesso do referido jornal se deu por divulgar boatos e mentiras sobre políticos e pessoas influentes na sociedade francesa. “Tais jornais se popularizaram por ter um formato maior e ilustrado, diferentemente dos *pasquins*, que eram panfletos, mas que também continham em seu conteúdo injúrias e difamações que eram afixados em locais públicos” (p.60).

A circulação dos respectivos jornais causava desordem nos diversos âmbitos da sociedade e “a imprensa, já naquela época, tinha no sensacionalismo e na mentira, o combustível necessário para o aumento das tiragens e, conseqüentemente, maior lucro” (*Idem*). A pesquisa enfatiza que a população consumia de maneira massiva as notícias divulgadas por esses jornais e conclui que:

[...] as *fakes news* são fenômenos de linguagem antigos e que são oriundas, como já adiantamos, do processo de constituição da imprensa que potencializavam a circulação das notícias falsas e injúrias contra diferentes sujeitos na sociedade (pasquins, *canardes*, dentre outros). O surgimento da imprensa, através de sua periodicidade, fez circular ainda mais as informações, mesmo que estas fossem classificadas como sensacionalistas.

Sobre as *fake news*, compreende-se a partir da pesquisa desenvolvida por Guimarães (2019), que faz parte da evolução humana o contato e o interesse por informações, tendo inicialmente como meio as fofocas orais, atualizando posteriormente para novos formatos tecnológicos. Sendo assim, a visão de fofoca apresentada no texto não é marcada com uma carga negativa de sentidos, mas como a historicidade da mídia em geral. Além disso, considera-se que o avanço tecnológico foi fundamental para o desenvolvimento da imprensa que em parte se preocupa em construir a notícia para promover o efeito de verdade de acordo com interesses mercadológicos, mas também promove a circulação de notícias falsas, boatos e injúrias, classificados como sensacionalistas.

Percebe-se no texto uma crítica à mídia hegemônica por suas matérias tendenciosas, mas considera-se que estas apresentam um certo cuidado com a construção das notícias ao afirmar que “divulgar notícias falsas, portanto, se encontra na contramão da ética jornalística e, a depender do conteúdo divulgado, torna-se passível de ser criminalizado” (*Idem*, p.53-54) diferente da visão apresentada quanto ao funcionamento dos *sites de fake news* compreendidos como uma atualização dos jornais sensacionalistas do século XVII.

Também fez parte dos estudos de uma memória discursiva das *fake news*, as reflexões propostas pelo pesquisador Mendes Júnior (2020), em sua dissertação intitulada: *Fake news: a circulação de uma memória discursiva no movimento antivacina*. A presente pesquisa, assim como a apresentada anteriormente, se filia às teorias da área da Comunicação e à Análise de Discurso, e tem como *corpus* de análise três reportagens sobre a vacinação de sarampo, que foram publicadas pela UOL, BBC Brasil e *The Intercept*, entre os anos de 2017 e 2019.

A referida pesquisa, tendo como objetivo, compreender o funcionamento discursivo do movimento Antivacina, encontrou através das reportagens analisadas, uma publicação

divulgada em 1998 pela renomada revista britânica “The Lancet”, com um estudo preliminar do médico Andrew Wakefield associando o autismo à vacina do sarampo no Reino Unido.

Conforme os postulados da dissertação, o referido médico é ainda considerado, quase 20 anos depois da publicação, “o maior propagador do movimento Antivacina na Europa, nos Estados Unidos e até mesmo no Brasil. Esse texto aponta o médico como o responsável pela notícia falsa, pela *fake news*, nesse caso, científica” (Mendes Júnior, 2020, p. 52).

A pesquisa também aponta a Revolta da Vacina que ocorreu no Brasil no início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, como uma memória discursiva do Antivacina. Nesse período, devido a falta de saneamento básico, tiveram vários surtos de epidemias, “como a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Isto levou as autoridades sanitárias a determinar, entre outras medidas, a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola” (*Idem*, p.35).

De acordo com o texto, a Revolta da Vacina teve relação com a imprensa através do conhecido furo de reportagem realizado pelo jornal “A notícia”, que divulgou “o projeto de regulamentação da Lei da Vacina Obrigatória, rascunhado por Oswaldo Cruz” (*Idem*, p.52). Desse modo, para compreender os efeitos de sentidos do discurso midiático nesse processo, a pesquisa desenvolveu um estudo sobre *fake news* em diferentes condições de produção, vejamos:

Neste trabalho, em que pensamos pela materialidade discursiva a *fake news*, nos perguntamos pelo sentido, sobretudo, como uma determinada conversa toma corporeidade e robustez. O comentário, a fofoca em tempos remotos tinham uma maneira distinta de se significar, na sociedade. Ou seja, um dizer, comentário, que se popularizava quase que de boca em boca. No contemporâneo, tem-se outra condição de produção, o espaço digital, a rede social. Os termos, comentário, “fofoca”, e mentira funcionam, na atualidade, de um modo distinto de circulação. Não se diz que um fato é uma mentira ou fofoca entre outros. Diz-se que se trata de *fake news* (*Idem*, p.47).

Esse estudo, diferentemente do desenvolvido por Guimarães (2019), não apresenta maiores discussões sobre a relação da fofoca com as *fake news*, suas proposições se detêm mais especificamente ao âmbito da imprensa, justificando que as primeiras menções a expressão, tal como a conhecemos hoje, se deu em jornais. Portanto, situa a palavra *fake news* “através da própria história da imprensa, que surgiu desde o início do século XVI, até o ano de 2016 deste século, quando nos deparamos novamente com seu uso para apontar uma notícia considerada falsa” (*Idem*, p.15).

No estudo sobre a historicidade do termo, a pesquisa apresenta registros de que inicialmente dizia-se *false news* e mostra quando houve a alteração na expressão através da substituição de *false* pela palavra *fake*, vejamos:

O termo *fake news* nos remete ao século XVI, precisamente o ano de 1575, em que se tem a primeira menção, diferente do habitual e designado com a palavra *False*. Segundo consta no dicionário online *Merriam-Webster*, e nas Epístolas Familiares do Sr. Antônio de Guevara, o termo referia-se a mentiras cruéis, mulheres desonestas, falsas esperanças, palavras vãs, malícias duplicadas e amizades fingidas, etc. Ainda, segundo o dicionário online *Merriam-Webster*, em maio de 1807, mais de duzentos e trinta e dois anos após a primeira menção, o termo reaparece em uma citação do jornal *Impartial Observer*, em Richmond. A escrita jornalística recai sobre um escritor que espalhava notícias falsas contrariando a lei da época (Mendes Júnior, 2020, p. 15).

Conforme o panorama histórico que foi elaborado na pesquisa, somente em 1866, ou seja, quase sessenta anos depois, a expressão ressurgiu no jornal “The Detroit Free Press”, para dizer que a imprensa francesa pouco sabia sobre esse termo que caracteriza um fato como notícias falsas, algo que, de acordo com o texto, desagradou o poder executivo local. Após isso, em junho de 1890, o jornal *Cincinnati Commercial Tribune* realizou a substituição do termo *False* por *Fake*. Esse é um dado importante, pois demonstra que a referida expressão não é estranha à mídia jornalística, pelo contrário, tem uma ligação constitutiva. Nessa direção, a pesquisa compartilha que “a explicação para a mudança de *False* para *Fake*, segundo a jornalista Fallon, é puramente uma questão de adjetivação na língua inglesa” (*Idem*, p.17), mas o texto explora essa argumentação e afirma que “para a Análise de Discurso, pela noção teórica de condição de produção, pode-se depreender que as palavras têm a sua significação, o seu sentido determinado por questões históricas e políticas, uma vez que a exterioridade se significa na língua” (p.17).

Ao acompanhar esse processo histórico descrito na dissertação, onde afirma que a formulação inicial era *false news*, e que sua significação não estava voltada para o conceito de notícia, compreendemos que a mídia jornalística recorreu a essa expressão e a ressignificou no âmbito do nome (*false por fake*), e conseqüentemente no do sentido, pois desde então, *fake news* passou a significar notícia falsa. Vejamos como foi se legitimando essa significação nos jornais, conforme apresenta Mendes Júnior (2020):

A reportagem do jornal *The Huffington Post* apura que o termo “entrou para o uso geral no final do século 19” como é textualizado, atualmente. O jornal cita vários artigos noticiosos da década de 1890, incluindo um texto de 1891 publicado no “*The Buffalo Commercial*” (de Buffalo, Nova York), que declarou em tom otimista: “O gosto público não aprecia as ‘falsas notícias’ (*fake news*) e as poções de ‘demônio especial’, como as que lhe foram servidas por um serviço noticioso local há um ou dois anos” FALLON (2017) (p. 17, [grifos nossos]).

No trecho citado, observa-se que a expressão *fake news* estava sendo usada para confrontar a credibilidade dos conteúdos que eram divulgados por uma agência de jornal

concorrente. Sobre esse aspecto, o texto nos explica que esse outro serviço noticioso surgiu nos Estados Unidos, e era conhecido como Imprensa Amarela⁴⁴. “Essa denominação emerge, à época, como um modo de dizer, de particularizar os jornais que inventavam informações com fins de aumentar suas vendas com matérias tidas como sensacionalistas” (Mendes Júnior, 2020, p.19).

Segundo a pesquisa mencionada, esses jornais foram se difundindo através de uma disputa mercadológica em que o produto era a própria informação. Observemos:

Em 1900, cerca de um terço dos diários metropolitanos seguia a tendência sensacionalista estabelecida em Nova York pelo *Journal*. Os jornais competidores voltaram-se para os assuntos familiares do sensacionalismo: crime, sexo, feito de famosos e infames, desastres e novas guerras. Os artifícios da imprensa sensacionalista continuaram sendo usados: manchetes alarmantes e ficções sensacionais; histórias lúgubres, muitas delas forjadas; atenção para notícias sem importância, mas excitantes; os suplementos coloridos da edição dominical e pródigos de ilustrações com as fotografias cada vez mais reclamadas (Emery, 1965, p. 448 *Apud* Mendes Júnior, 2020, p.19).

Para essa dissertação, assim como os estudos de Guimarães (2019), esse não seria o caráter do jornalismo ético que preconiza em seu código de conduta, não divulgar informações que extrapolam a realidade, apesar de reconhecerem o funcionamento discursivo e ideológico presente na mídia jornalística na elaboração da notícia. Nessa direção, o texto apresenta uma ressalva afirmando que é suscetível acontecer a divulgação de alguma notícia falsa em jornais ético-democráticos, prática conhecida no jargão jornalístico como barrigada. Explica-se que isso ocorre quando um jornalista comete o equívoco de divulgar uma notícia falsa como algo verdadeiro. Sobre essa questão, afirma-se que são diversos os motivos pelos quais algo do tipo venha ocorrer, dentre eles, o principal é a confiança demasiada na fonte da informação. É muito importante acompanharmos esses detalhes para observarmos as diferenças e semelhanças com a produção e circulação das *fake news* na era digital.

Nesse sentido, entende-se que o jornalismo ético também pode divulgar notícias falsas, a diferença é que o nome atribuído não é *fake news*, pelo menos internamente. Diante do que foi exposto, temos condições de dizer que existe no âmbito jornalístico (seja ele ético ou não) uma memória discursiva das *fake news* no nível do nome, quando usado para acusação das notícias divulgadas pelos concorrentes de mídia e através da palavra barrigada que também é

⁴⁴ “No Brasil, segundo Emilio Coutinho (2015), o uso do termo “Imprensa Marrom” é inspirado na expressão norte-americana “yellow press” (imprensa amarela)” (MENDES JÚNIOR, 2020, p.19).

uma nomeação para o compartilhamento de notícias falsas. E para fechar a discussão acerca da historicidade da palavra *fake news*, a pesquisa enfatiza que:

No século XXI, após cento e vinte e cinco anos, o termo *fake news* ressurge durante a campanha presidencial norte-americana [...] de modo que a expressão *fake news* se generalizou em novembro de 2016, o mês da eleição nos Estados Unidos, sendo muito usado pelo candidato republicano Donald Trump e citado por alguns estudiosos como o pai da expressão *fake news* na atualidade. Estas matérias falsas exploravam os preconceitos ou vieses já existentes dos leitores para receberem **cliques** com mentiras, como a de que Hillary Clinton teria guardado cédulas de voto fraudulentas, em galpões, como na matéria do The New York Times do jornalista Scott Shane (Mendes Júnior, 2020, p. 16 [Grifos nossos]).

Nesse trecho da discussão tem-se a entrada do digital no processo das *fake news* no contexto eleitoral, salientando que o “fenômeno das *fake news* não é novo, como podemos ver aqui, porém encontrou na *internet* seu terreno mais fértil para sua propagação e circulação ampliando a quantidade de pessoas atingidas por elas” (*Idem*, p.72) e conclui que “a palavra *fake news*, pela evolução da imprensa jornalística e a tecnologia, a cada época toma uma dimensão que se propaga em diferentes condições de produção na sociedade” (p.32).

Sobre esse processo das *fake news* acompanharem a “evolução da imprensa” e da tecnologia, destacamos que a mídia jornalística foi migrando para cada tecnologia que surgia, sua fase inicial foi quando a escrita despontou, logo, legitimando os jornais impressos, depois se ajustou para estar nas emissoras de rádio, em seguida na televisão e por fim para o digital, mas cada uma dessas criações tecnológicas estão sustentadas por diferentes condições de produção que promovem mudanças significativas nas formas materiais de linguagem e na relação dos sujeitos com as mesmas. Queremos dizer que mudar o aparato técnico não é só mudar o formato, a mudança na estrutura é o resultado de uma mudança histórica, política e ideológica.

Nessa direção, como um exemplo de funcionamento da memória discursiva de *fake news* na mídia jornalística, que foi fortemente atualizada no Brasil, no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, perpassando as eleições presidenciais de 2018 e 2021, apresentamos um registro publicado pelo perfil “Observatório do Terceiro Setor”, no *Instagram*⁴⁵, que relata sobre o compartilhamento da “*fake news* que resultou na Ditadura Militar no Brasil”, divulgada pelo programa de rádio Hora do Brasil⁴⁶. Vejamos:

⁴⁵ A autodescrição da página os apresenta como “Jornalismo focado em causas e projetos sociais, para promoção dos direitos humanos”.

⁴⁶ Esse programa foi criado pelo presidente Getúlio Vargas, em 22 de julho de 1935 e era obrigatoriamente transmitido por todas as estações de rádio, de segunda à sexta-feira, das 19h às 20h.

Em 30 de setembro de 1937, o general Góes Monteiro – até então chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro – noticiou pelo programa de rádio Hora do Brasil, um plano comunista que envolvia a retirada de Getúlio Vargas do poder. O Plano Cohen, como ficou conhecido, amedrontou a população na época. O suposto documento revelado pelo governo brasileiro informava que os comunistas iriam causar tumultos entre operários e estudantes, causariam incêndios em casas e prédios públicos, manifestações populares a fim de saquear e depredar patrimônios e eliminariam autoridades civis e militares que se opusessem aos atos e por fim, exigiriam a liberdade de presos políticos.

A caça aos comunistas eclodiu rapidamente e no dia 10 de novembro de 1937, a ditadura do Estado Novo foi implantada. Getúlio teve o apoio de várias lideranças nacionais e com isso aumentou seu poder. Esse fato ocasionou a outorga da nova Constituição e a origem da Era Vargas, que durou até 1945. Em 1945, o general Góes Monteiro admitiu ter forjado o documento e criado o Plano Cohen com o objetivo de justificar o golpe de Getúlio Vargas e sua permanência no poder. Ele revelou ainda que o nome foi criado pelos militares para fazer uma referência à líder comunista Bela Cohen, que governou a Hungria em 1919 – garantindo a veracidade da história.

Durante as investigações, o general Góes afirmou que o documento havia sido escrito pelo capitão Olímpio Mourão Filho, até então chefe do Serviço Secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB). No entanto, o capitão admitiu ter elaborado o documento a pedido do dirigente da AIB, Plínio Salgado, com o intuito de fazer uma simulação para estudos internos, em caso de uma ameaça comunista, mas que acabou saindo do controle.

Como uma atualização dessa memória apresentada, recorreremos novamente a pesquisa de Guimarães (2019), onde explica que “[...] houve uma ressignificação do quadro político de esquerda no país. O conservadorismo de alguns setores e de sujeitos que ocupavam cargos políticos fez surgir uma aversão ao ‘comunismo’, em 1964 e que, hoje é transferido ao PT” (p.85). Desse modo, conforme o texto, a ameaça comunista foi ressignificada em 2016 ao acusarem que a ex-presidenta “Dilma Rousseff queria implantar no país “uma ditadura comunista”” (*Idem*, p.73). Sendo este um discurso que reverberou também em 2021 na disputa presidencial recaindo contra o candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com a discussão desenvolvida neste capítulo, ressaltamos que a circulação de *fake news* não é recente na mídia como um todo e que de forma direta e /ou indireta são relacionadas ao fazer jornalístico tradicional. Porém, na atual conjuntura, são as plataformas, enquanto estrutura econômica, que regulam as formas de circulação dos sentidos e todo o jornalismo tradicional tem sido pautado pelas plataformas, são elas que agora determinam os

valores notícia, seja no formato impresso, radiofônico ou televisivo. O que está no jornal impresso, é o que saiu no *Facebook*, e demais redes. Assim:

Enquanto, por exemplo, os jornais foram, durante muito tempo, mercados bilaterais não digitais bem-sucedidos, atraindo leitores e anunciantes (ARGENTESI; FILISTRUCCHI, 2007), cada vez mais eles se transformam em complementadores de plataformas que oferecem conteúdo aos usuários finais em plataformas como Facebook, Twitter e Instagram, que “monetizam” esses conteúdos cercando-os de anúncios (Nieborg; Poell, 2018) (Nieborg, Poell, Dijck p.07).

Desse modo, o fazer jornalístico contemporâneo, incluindo o das mídias alternativas, apresenta-se determinado pelas políticas das plataformas, seguem as regras, trabalham com a coleta de dados, personalização etc. Então, os grandes conglomerados das plataformas digitais ganham um lugar que não é banal, nesse modo da circulação da informação e de produção de sentidos. E o Estado tem ficado de fora dessa relação. Por isso, temos o Projeto de Lei das *Fake News*, como uma das formas do Estado iniciar uma prática de regulação, pois “como as plataformas tendem a empregar esses diferentes instrumentos de governança – interfaces, algoritmos, políticas – sem muita consideração por tradições políticas e culturais específicas, muitas vezes há confrontos com regras, normas e estruturas regulatórias locais” (*Idem*, p.08). Nessa direção, consideramos que estamos vivendo uma transição histórica, política e ideológica em que a ideologia dominante do digital e o neoliberalismo tem se apresentado como uma forma radicalizada de administrar os sentidos, os sujeitos e a sociedade.

CAPÍTULO IV

FAKE NEWS, DESINFORMAÇÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

4.1 Fake News e Desinformação

A discussão que se apresenta consiste em analisar as críticas ao uso da expressão *fake news* e a sugestão de substituí-la pela palavra *desinformação*, considerada a segunda regularidade encontrada nos materiais recortados. A título de contextualização, retomemos os excertos:

Recorte da cartilha (área da comunicação): “a expressão “fake news” (notícia falsa) [...] são duas palavras que **lidam mal** com a complexidade de um problema maior que o simples julgamento sobre a verdade ou a falsidade de um conteúdo” (2019, p.05[Grifos nossos]).

Recortes do texto da área jurídica:

1- “[...] fake news, expressão que, conforme venho defendendo, é **inadequada** para designar o problema” (Grifos nossos).

2- A crítica que faço ao uso da expressão fake news não é isolada. Outras pessoas questionam o uso do termo, **sobretudo em razão da dificuldade de se precisar seu conteúdo**. Conforme afirma Diogo Rais, “fake news tem assumido um significado cada vez mais diversificado, e essa amplitude tende a inviabilizar seu diagnóstico. Afinal, se uma expressão significa tudo, como identificar seu adequado tratamento?” (Grifos nossos).

Ambos os materiais, além das críticas, também apresentam em comum a concordância quanto a substituição pela palavra *desinformação*, sendo considerada a “mais adequada” para nomear *fake news*. Vejamos em qual definição de *desinformação* estão filiados:

Cartilha	A jornalista e pesquisadora Claire Wardle classificou alguns aspectos da desinformação que circula atualmente na internet. Além de notícias com informações falsas, ela aponta casos em que há apenas dados apresentados fora de contexto, outros em que há deliberada manipulação de imagens, alguns em que as manchetes não condizem com o conteúdo das matérias jornalísticas, além daqueles em que paródias confundem a população (<i>Idem</i> , p.10).
Texto da área da economia	O primeiro equivale a alguém gritar “fogo” em um cinema – uma situação tensa em que a disseminação de uma informação falsa pode provocar danos relevantes antes que a verdade venha à tona, mas em que ninguém tem algum interesse <i>a priori</i> em alimentar a mentira. O segundo tipo deriva da disseminação de invencionices dentro de grupos de pessoas que pensam de forma semelhante e que têm predisposição a acreditar em fábulas coerentes com uma visão de mundo, descontando generosamente as tentativas de correção. Neste ambiente, a força moderadora de fontes externas confiáveis capazes de restaurar a razoabilidade é enfraquecida.

Texto na área Jurídica	Primeiramente, porque a Desinformação é fenômeno muito mais abrangente e complexo, o qual precisa ser assim compreendido para a elaboração de estratégias adequadas de enfrentamento. Trata-se de “informações falsas, inexatas ou deturpadas concebidas, apresentadas e promovidas para obter lucro ou para causar um prejuízo público intencional” ^[6] , que colocam em risco os processos e os valores democráticos e podem visar uma grande variedade de setores além da política, tais como saúde, ciência, educação e finanças. [...]A desinformação é potencializada pela coleta e pelo uso desenfreado de dados pessoais dos usuários da <i>internet</i> , prática que também tem preocupado governos democráticos no mundo inteiro. Esses dados alimentam os algoritmos de aprendizado de máquinas, permitindo que anúncios e notícias sejam fabricados e direcionados especificamente para determinado perfil de usuário, a partir da compreensão dos seus hábitos, preferências, interesses e orientação ideológica (p. 10-11).
Projeto de lei: Fake news	II - Desinformação: conteúdo, em parte ou no todo, inequivocamente falso ou enganoso, passível de verificação, colocado fora de contexto, manipulado ou forjado, com potencial de causar danos individuais ou coletivos, ressalvado o ânimo humorístico ou de paródia (VIEIRA, 2020, p.03).

Quadro 01: Definições de desinformação nos materiais de análise.

Nas definições apresentadas, apenas o texto na área da economia concebe dois tipos de desinformações sob o mesmo nome, a primeira quando não há interesses por trás da divulgação de determinada mensagem e a segunda refere-se à disseminação de invencionices em grupos que pensam semelhantemente.

Na área da comunicação, a partir do texto da cartilha, e na definição usada no texto jurídico, a *Internet* faz parte dos aspectos da *desinformação*, considerando a coleta de dados e o trabalho dos algoritmos, enquanto o projeto de lei desenvolvido para regular e fiscalizar a circulação de conteúdos na *internet* não menciona esses fatores na definição.

No texto jurídico, o autor também se fundamenta em um relatório produzido em 2018 pela Comissão Europeia de peritos sobre notícias falsas e *desinformação*, que recomenda que se abandone o uso da expressão *fake news* e se passe a utilizar *desinformação*, sendo considerada uma forma de combate aos conteúdos falsos.

Isso nos mostra duas questões: a amplitude dessa discussão e como esta tem determinado o modo de olhar a língua no espaço de enunciação do Brasil. O relatório europeu explica por que trocar o uso das expressões é uma forma de combate aos conteúdos falsos, segundo eles, a *desinformação* é um fenômeno muito mais abrangente e complexo que convoca a elaboração de estratégias adequadas de enfrentamento e que a expressão *fake news* tem sido usada de maneira maliciosa por grupos poderosos com o objetivo de retirar a credibilidade de conteúdos jornalísticos que contradigam seus próprios interesses.

Chama-nos a atenção a recomendação do relatório europeu, pois temos, nesse caso, um espaço enunciativo diferente do Brasil, com outras condições de produção, com diferentes pré-

construídos linguísticos, mas, conforme podemos ver pelo texto jurídico, a visão eurocêntrica continua reverberando ideologicamente como um lugar de autoridade/referência sobre os países latino-americanos, norteados a língua dos “colonizados”. Delegam a eles esse poder, como se o português do Brasil tivesse exatamente a mesma constituição histórica que as línguas europeias, ignorando que se trata de espaços enunciativos distintos.

Além disso, compreendemos que as considerações das duas áreas (Comunicação e Jurídica), de que a expressão *fake news* é inadequada e lida mal com o problema, porque não contempla o todo que tal prática envolve, se aproxima da concepção logicista proposta por Frege, conforme apresentamos no primeiro capítulo, pois há uma defesa de que parte do problema no combate a *fake news* no Brasil e no mundo, esteja na língua e que, nesse caso, a solução seria a simples substituição do nome, seria trocar por *desinformação*.

Essa visão se pauta numa pretensa objetividade linguística, em que ao interditar uma palavra, elegem outra, como se a simples troca desse conta da complexidade contraditória da produção de sentidos sobre *fake news*. Há uma crença de que seja possível conter a fluidez da língua, que é capaz de falha, equivocidade e ambiguidade, através dessa troca, como se pudessem garantir que esta significará de igual modo para todos os sujeitos de linguagem, com sentidos estáticos. Nessa direção, retomamos a explicação de Michel Pêcheux, de que esse funcionamento não fica restrito a um nome ou outro, é da ordem deslizante da língua, portanto, não é a expressão *fake news*, *desinformação* ou outra palavra que conseguirá estabilizar os sentidos, daí a ilusão que Pêcheux estava a discutir sobre quererem desambiguar a língua, pois sua própria ordem não se deixa administrar.

Essa compreensão quando se toma posição por uma visada materialista da linguagem que considera a exterioridade como constitutiva do sentido, em que dada as condições de produção, o sujeito e a ideologia, o sentido sempre pode ser outro, pois como disse Pêcheux, a partir de Milner, “tudo é impossível de se dizer” (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 32). Essa é a incompletude constitutiva da língua; ou seja, o real da língua.

Compreendemos, a partir destas análises, que a palavra *desinformação* se inscreve numa formação discursiva intelectualizada, sendo esta a leitura/interpretação que se faz das *fake news*, por um lado, determinada por uma concepção logicista da linguagem, e, por outro lado, determinada, também, pelo efeito da mundialização, pois assim como ocorreu com a expressão *fake news* nos Estados Unidos, vindo a se difundir na campanha eleitoral de Donald Trump, D’Ancona (2018) relata que os termos *disinformation* e *misinformation*⁴⁷ também ganharam

⁴⁷“Em português não possuímos termos distintos para os dois conceitos, contudo eles diferem na intenção: *disinformation* seria a desinformação com intenção de enganar, enquanto *misinformation* seria a reprodução de

notoriedade, após as eleições presidenciais em 2016. Foi também através desse evento político eleitoral que, no Brasil, além da expressão *fake news*, a palavra *desinformação* passou a ocupar lugar de destaque.

Como vimos, houve também a influência do relatório europeu para a escolha da palavra *desinformação* em detrimento a *fake news*, tornando-se recorrente na mídia tradicional, e demais áreas intelectualizadas como a jurídica e a econômica. Assim, não é somente no Brasil que há essa ambivalência entre *fake news* e *desinformação*.

4.2 Fake News e Liberdade de Expressão

A efervescência das *fake news* no espaço digital convocou o discurso da liberdade de expressão no século XXI. Nos materiais que recortamos vimos essa recorrência, que constitui a terceira regularidade que estamos analisando nesta pesquisa. As três áreas de conhecimento (comunicação, economia e jurídica), consideram que as *fake news* são uma ameaça a liberdade de expressão.

Dentre os agravantes, o principal, apontado nos recortes, está no processo de combate às *fake news* por parte das plataformas digitais. Estas compreendem que o gesto de excluir materiais que apresentam traços de uma possível notícia falsa, pode impedir o exercício “pleno” do direito a liberdade de expressão e opinião garantidos em lei. Antes de avançarmos nesta discussão, retomemos alguns dos excertos da cartilha sobre esse funcionamento:

Texto na área da comunicação (cartilha): “No caso de conteúdos relacionados à *desinformação*⁴⁸, é importante considerar a decisão judicial para determinar sua remoção, pois é o juiz (e não uma empresa privada⁴⁹) que tem as condições de melhor analisar determinado conteúdo e julgar o que deve prevalecer naquele momento: a liberdade de expressão ou outro direito que eventualmente foi afetado pelo conteúdo distribuído” (p.30).

O texto da cartilha ainda retoma o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14), para dizer que “[...] a lei buscou justamente favorecer a liberdade de expressão e evitar que as grandes plataformas se sentissem motivadas a, antecipadamente, tornarem conteúdos indisponíveis, por receio de futuras sanções” (p.30). Segundo eles, banir uma postagem de terceiros sem determinação judicial é uma “postura autoritária, que pode criar um cenário de constante

uma *desinformação* sem saber que é ou sem a intenção de enganar” (FALLIS, 2015). (HELLER, JACOBI, BORGES, 2020, p. 193).

⁴⁸ É importante lembrar que o texto da cartilha em vários momentos trata indiscriminadamente *fake news* e *desinformação*, num efeito de sinonímia.

⁴⁹ Neste caso, o texto se refere a empresas como o *Google*, *Facebook*, entre outras.

violação do direito fundamental da livre expressão e de comprometimento de direitos políticos e do direito à informação dos(as) cidadãos(as), garantidos não somente pelo Marco Civil da Internet, mas também pela Constituição Federal”.

Nessa direção, afirmam que “uma das principais batalhas atuais travadas na luta pelo direito à comunicação nas redes tem sido a que acontece em torno da remoção de conteúdos contra a vontade do(a) usuário(a) que o disponibilizou” (p.29).

Essas proposições nos levaram a refletir e problematizar sobre qual seria a concepção de liberdade que rege as redes sociais digitais? Como ela significa para os donos das plataformas e para os sujeitos usuários?

Essas indagações nos remeteram aos estudos de Ferragut (2019, 2020) sobre o funcionamento dos algoritmos, em que o pesquisador realizou uma experiência prática no desenvolvimento de sua pesquisa de mestrado “Sentidos em circulação pelo digital: Justiça e Polícia e seus efeitos na sociedade”, delimitando três perfis de usuários do *Facebook* para observar quais seriam as publicações da Folha de São Paulo que apareceriam para cada um deles. Dentre os três perfis, o pesquisador escolheu um que já seguia as postagens da Folha há alguns anos, enquanto os outros dois curtiram a página ao mesmo tempo no dia 25 de novembro de 2017. Um deles residia em Pouso Alegre e o outro em Campinas. Segundo ele, a expectativa era que, de acordo com os históricos de interação de cada usuário, houvesse postagens diferentes da Folha para cada um deles. Sendo assim, seriam printadas as primeiras cinco postagens que aparecessem. O autor estabeleceu dois prazos para observação, o primeiro era após o decorrer de uma hora.

Transcorrido o prazo, ao atualizarem a linha do tempo, não constava, para os dois usuários recentes, nenhuma publicação da página referida, enquanto que para o usuário que já curtiu a página há mais tempo, havia publicações sobre a previdência, a morte de um surfista, a possível candidatura de Luciano Huck à presidência, e outras duas postagens sobre o estado de saúde do presidente Michel Temer.

Sendo assim, o autor aguardou o segundo prazo que foi marcado para o dia 18 de dezembro de 2017, e, segundo ele, os três usuários, ao mesmo tempo, novamente procuraram pelas primeiras cinco postagens da Folha que apareceriam em seus *feeds* de notícias. Porém, mais uma vez, os dois usuários que recém curtiram a página do jornal não tinham postagens da referida agência. É importante salientar que ambos os usuários configuraram no modo “Padrão” o aparecimento das postagens, e mesmo assim houve essa diferença.

Depois do experimento, o autor concluiu que a diferença foi além do esperado, sendo que não foram encontradas postagens do jornal citado nos perfis dos dois usuários. Diante disso, afirmou que o algoritmo de fato trabalha no sentido de filtrar determinados conteúdos para seus

usuários, pois o usuário que era seguidor da página do jornal a mais tempo e reagia curtindo, comentando ou compartilhando, foi o único que teve o *feed* atualizado com novas publicações do perfil Folha de São Paulo, enquanto os demais receberam apenas atualizações das páginas com as quais mais interagiam.

[...] essa “seleção” de quem recebe ou não as postagens, é feita pelos algoritmos. Porém, quando pensamos nas formas como essa “seleção” é feita, e no seu funcionamento, **não podemos desconsiderar que essas linhas de código foram escritas por sujeitos interpelados pela ideologia**, assim como os sujeitos que recebem são também ideologicamente constituídos. Daí considerarmos que não sendo os algoritmos “isentos”, “neutros”, mas constituídos por formações, ou seja, determinados por uma relação com o conhecimento em certas condições de produção, podemos chamá-los Formações Algorítmicas que se diferem do algoritmo quando pensamos nesse atravessamento da máquina pelo sujeito (Ferragut, 2019, p.129, [Grifos nossos]).

Nessa direção, a pesquisa explica também que a principal importância dos algoritmos está centrada na coleta de dados e informações de todos os tipos, por isso *sites* como o “Google e o Facebook desenvolveram algoritmos cuja tentativa é entender as preferências dos usuários de acordo com aquilo que chamamos de economia da atenção” (*Idem*, p.34). As utilidades desses dados para/na *Internet* são múltiplas, mas Ferragut (2018) elenca as principais, vejamos:

Assim, temos que a finalidade do algoritmo dos sites na internet é a recolha de dados de navegação que serão usados tanto para fins comerciais, como apresentar produtos potencialmente compráveis, quanto para fins de desenvolvimento da própria rede. Por exemplo, identificando preferências é possível oferecer novos produtos na rede que farão o usuário ficar mais tempo navegando, fornecendo mais dados para que o usuário consuma mais e sejam desenvolvidos mais serviços, sem contar a questão da economia da atenção que também já tratamos. Num processo de retroalimentação conforme idealizaram os desenvolvedores da internet. Porém, tal pretensão de homogeneidade não é alcançada e quando há espaço para o heterogêneo, aí temos a Formação Algorítmica (p.53).

Assim o autor propôs a noção de formação algorítmica⁵⁰ “não pelo meio pelo qual circula o discurso, mas pela formação discursiva que atravessa o algoritmo na relação homem-máquina” (2019, p.117), ou seja, na forma como o programador formula o código para filtrar, no todo que constitui o arquivo digital que funciona pela memória metálica – que, conforme

⁵⁰ Embora o algoritmo,[...] devesse ser algo fora do político, sem interferência dos sujeitos, apenas uma sequência de códigos, responsável por trazer as preferências dos usuários do Facebook, por exemplo, sem maiores consequências, não é isso que ocorre quando encaramos o real do algoritmo, e a esse real damos o nome de Formação Algorítmica, uma vez que para que o algoritmo funcione na relação com o sujeito, outros elementos são constitutivos de sua formação, como a ideologia e a política, mas também a indeterminação, o equívoco, o silêncio, o inconsciente, elementos que não são da ordem da técnica, mas da ordem do discurso. Nesse sentido, a Formação Algorítmica é, para nós, a falha do algoritmo, da Ideologia Californiana, da tentativa de afastar o político do técnico, de apagar o sujeito (Ferragut, 2018, p.49).

Orlandi (2012), se configura pelo acúmulo, pela repetição, não esquecimento - o que corresponde a formação discursiva do sujeito navegador da *Web*, ou usuário das redes sociais. Nessa direção, o autor explica que:

Seguindo essa linha de pensamento, caso um usuário comece a mudar os interesses de busca no Google ou os temas de compartilhamento no Facebook, e essa mudança torne-se uma constante, o algoritmo se ajusta às preferências, inscrevendo o sujeito numa FD compatível com os dizeres colocados no digital. Ou seja, o algoritmo acompanha aquilo que pode e deve ser dito de acordo com a FD em que o sujeito que usa o buscador ou usa a rede social está inscrito. Ele é responsável por trazer ao usuário da rede social aquilo que ele espera receber de conteúdo de acordo com a FD onde está inscrito, mas esta esperança nem sempre se concretiza, uma vez que, voltamos a repetir, por mais que se pretenda a homogeneidade do sujeito através do algoritmo, ele falha, porque o sujeito não é homogêneo, mas, sim, contraditório e heterogêneo (Ferragut, 2018, p.44).

A partir das palavras do autor, compreende-se por que muitas vezes o que é oferecido ao sujeito em cada busca pode não corresponder ao que ele almeja. A previsão algorítmica do sujeito presente na programação pode falhar, ela é mais lenta, o sujeito tem que interagir várias vezes para o algoritmo poder ler seus rastros como uma escolha, e assim disparar conteúdos relacionados, fazendo um filtro no arquivo, enquanto o sujeito pode rapidamente ocupar diferentes posições sujeitos filiadas a suas respectivas formações discursivas. Nesse sentido, a noção de formação algorítmica está na relação com o histórico, com o político e o ideológico, articulando-se com a memória digital.

A memória digital se diferencia da memória metálica, pois “escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso” (*idem*). Desse modo, colocamos que enquanto a relação entre algoritmo e memória metálica é de repetição e a relação entre memória discursiva e formação discursiva se dá com o sujeito inscrito na história e, portanto, heterogênea, a relação entre a memória digital e a formação algorítmica é o heterogêneo que escapa à repetição da máquina, embora continue tendo relação com ela, afinal, trata-se de uma materialidade específica, o digital (Ferragut, 2018, p.43).

Ferragut (2018), faz uma crítica ao modo de funcionamento fechado do algoritmo trabalhar na reafirmação do pensamento de cada usuário, como por exemplo, se alguém é “militante em alguma causa, pesquisa sobre o assunto no *Google* com frequência e curte e compartilha conteúdo desse tipo no *Facebook*, com o passar do tempo será inundado com publicações que reforcem suas ideias” (p.39).

Outro exemplo de restrição que podemos citar é o algoritmo de curadoria do *Facebook*, chamado *EdgeRank*, que tem como função otimizar a lista de conteúdo que cada usuário recebe em sua *News Feed*, conhecida também por *Feed* de Notícias (aquela coluna central da página inicial). Seu parâmetro de seleção se baseia em três critérios: afinidade entre usuários (ou seja,

o quanto interagem através de visitas aos perfis, curtidas, comentários etc.), relevância (qualidade do conteúdo relacionado ao número de curtidas, comentários e compartilhamentos), e o tempo, pois mensagens mais novas são exibidas à frente das antigas. Ou seja, é uma ilusão de quem posta, pensar que todos terão acesso a sua postagem. Esses são alguns exemplos de como as próprias plataformas controlam automaticamente o acesso à materiais, mas existem também as ferramentas que elas disponibilizam para o sujeito usuário rejeitar alguns tipos de publicações e comentários que não queiram mais receber e ou visualizar.

Desse modo, compreende-se que não se disponibiliza tudo o que há em circulação na *Web*. Há interdição de sentidos na rede, há silenciamentos, não se acessa tudo, mesmo sendo constituída pela ideia de completude, não esquecimento, pela memória metálica. Há cortes nesse todo que vão corresponder às diversas formações discursivas. Assim, são as redes que distribuem os ditos. Essa forma de restrição vai corresponder aos objetivos comerciais das plataformas que programam os algoritmos, visando atender um sujeito consumidor, esse é o sujeito do digital para a ideologia da plataformização. Sendo assim, as redes sociais já restringem o exercício pleno do direito a liberdade de expressão desde o seu surgimento.

Desse modo, as publicações, ao entrar para circulação na *Web*, passam a ser produtos, tem prazo de validade, tem valor, e tem clientes específicos. O sujeito que posta perde a autonomia de sua publicação/produto. Assim sendo, consideramos, conforme os recortes analisados, ilusória a visão jornalística tradicional de que alguns materiais e/ou postagens que poderão ser banidos da rede, sem uma determinação judicial, é que estarão ameaçando o direito a liberdade de expressão, pois previamente ao conteúdo que circula, a restrição já ocorre na seleção algorítmica, violando o que preconiza a lei 5.250 que “regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação⁵¹”, pois conforme o art.1º “É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer”.

Sobre esses funcionamentos dos algoritmos e dos filtros, a pesquisadora Cristiane Dias (2023), os problematizou com as seguintes palavras:

Ao me questionar sobre o funcionamento dos algoritmos no processo de significação das redes, compreendi que ao selecionar certos resultados numa busca, ao selecionar aquilo que o sujeito-usuário visualiza, ao utilizar filtros ou programas, hoje, com recursos da IA, há uma dimensão do silêncio que funciona pela técnica (p.224).

⁵¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm.

A dimensão técnica do silêncio corresponde a uma noção que a pesquisadora desenvolveu a partir da leitura das formas do silêncio propostas por Orlandi (1992), que se divide entre o silêncio fundante e a política do silêncio, concebendo assim a noção da seguinte maneira:

A dimensão técnica do silêncio é aquilo que funciona à margem do enquadramento, da nitidez ou mesmo da coerência do dizer, mediado por dispositivos técnicos. É aquilo que se destaca ou aquilo que se apaga para silenciar sentidos de um objeto simbólico, por meio de recursos técnicos. Fotógrafos e cineastas se utilizam cotidianamente dessa dimensão do silêncio para produzir efeitos de realidade em suas produções. Angulam o dizer, desfocam o texto, para que ele produza outros sentidos. Essa dimensão é uma forma de silenciamento afetada pela ideologia, mas também pelos recursos de dispositivos tecnológicos. Dentre esses recursos podemos citar os algoritmos. [...] A dimensão técnica do silêncio consiste naquilo que os algoritmos deixam de nos mostrar ou não nos deixam ver (Dias, 2018, p.191-192).

Em consonância com o entendimento da autora citada, compreendemos o funcionamento dos algoritmos na delimitação do que circula e para quem circula, como uma dimensão técnica do silêncio, e como vimos, não são somente as redes sociais – tecnologia digital, que se valem da dimensão técnica do silêncio, Dias (*Idem*) cita que para além dos programadores digitais, os fotógrafos e os cineastas também produzem silenciamentos técnicos, direcionam o que interessam mostrar, ofusca o que preferem esconder, ou seja, não é um funcionamento exclusivo da ordem do digital, porém, não podemos esquecer que as redes sociais, em tese são para o entretenimento, mas na prática, servem atualmente como veículo de comunicação, lugar de acesso a informação para muitos, e neste ponto o funcionamento do algoritmo no processo de restrição da circulação para todos, regidos pela formação algorítmica, na classificação do que é mais relevante mostrar/entregar para os usuários, podem causar efeitos sociais desastrosos que correm o risco de comprometer a saúde da população mundial, o interesse pela educação escolar e principalmente a democracia, além de afetar o direito a liberdade de expressão.

Nessa direção, a pesquisadora deixa a seguinte questão em aberto para refletirmos: “Aquilo que figura nos *Trending*, produzindo a evidência de “mais comentado”, “mais compartilhado”, deixa o quê de fora pelo funcionamento da dimensão técnica do silêncio?” (Dias, 2023, p. 231). Em concordância com a autora citada, e parafraseando Orlandi (2015), consideramos que em tempos de redes sociais digitais, a ideia de liberdade, principalmente a de expressão, permanece afetada pelo discurso neo-liberal, negando a história, a democracia, as liberdades concretas. “Isso acontece porque toda uma região de sentidos, uma formação

discursiva, foi apagada, silenciada, interditada. Não há um esquecimento produzido *por* eles, mas *sobre* eles” (Orlandi, 2015, p.60 [Grifos da autora]). Portanto, no digital, pela dimensão técnica do silêncio, há um processo de contenção/interdição dos sentidos e dos sujeitos que não podem circular pelas diferentes formações discursivas.

CAPÍTULO V

GESTOS DE INTERPRETAÇÃO SOBRE O DISCURSO DE *FAKE NEWS*

Em 2018, no período de eleição para Presidente no Brasil, as mídias sociais digitais foram extremamente usadas, pois seu funcionamento, com sua abertura para produção e compartilhamento de materiais diversos a todos os sujeitos que quisessem usá-las - bastando apenas ter acesso a *Internet* e algumas noções mínimas de manuseio das ferramentas e dispositivos - veio a calhar no referido contexto. O surgimento das redes sociais marcou uma mudança no funcionamento da política em nível mundial, tanto nos períodos eleitorais como nos pós eleições também. Observamos que os períodos eleitorais têm se mostrado interessantíssimos ao funcionamento das redes que se estruturam no movimento, na circulação. Então, como ideologicamente as pessoas são convocadas a postarem, a política se tornou uma aliada das redes. Por essa relação ideológica dos sujeitos com as redes, que é anterior ao ano de 2018, houve uma mudança no cenário político do Brasil, potencializado pelo então candidato à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro, que lançou sua campanha no antigo *Twitter*. Foi desde então que a maioria das pessoas começaram a participar mais ativamente desse processo nas redes.

Antes do digital, a relação das pessoas com assuntos políticos se dava por meio de jornais impressos, rádio e televisão, não tinha lugar aberto expressamente para interação dos eleitores com esses assuntos na mídia. Sendo assim, o poder de fazer manipulações, tais como *fake news*, era apenas da mídia jornalística, mas esse cenário mudou, e se misturou de tal modo que, em tempos de redes sociais todos podem manipular materiais e pôr em circulação, seja os agentes da mídia jornalística, os candidatos e a população de modo geral. No digital, muitas vezes, não fica explícito quem falou, formulou, manipulou, dado o regime de anonimato, mas circula.

Foi nesse contexto que adulteraram uma imagem da candidata a vice-presidenta Manuela D'Ávila e colocaram em circulação nas redes sociais. A manipulação se deu no texto da camiseta que estava usando. Na imagem original, havia a frase “Rebele-se”, que foi substituída pela formulação “Jesus é travesti” seguida da imagem da bandeira pertencente a Comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e *Queer* (LGBTQIA+) que foi acrescentada pelo criador da *fake news*. Observemos as duas imagens:



Foto: Reprodução/Facebook

O processo de adulterar imagens no campo da política não é algo recente, um clássico exemplo remonta aos anos de 1948 e foi analisado por Courtine (1999) no texto “O chapéu de Clémentis”. O autor relata o acontecimento conforme narrado por Milan Kundera no “livro do riso e do esquecimento”. A situação teve início quando o dirigente comunista Klement Gottwald discursou da sacada de um palácio barroco em Praga para uma multidão que estava aglomerada na praça da velha cidade. Na ocasião, Gottwald estava cercado por seus camaradas e, ao seu lado, bem próximo, estava Clémentis. Fazia frio, nevava, e Gottwald estava com a cabeça descoberta, foi quando então, Clémentis, cheio de solicitude, tirou o seu chapéu de pele e o colocou na cabeça de Gottwald. O departamento de propaganda reproduziu centenas de milhares de exemplares da fotografia da sacada, de onde Gottwald com um chapéu de pele e rodeado por seus camaradas, falou ao povo. Foi nessa sacada que começou a história da Boêmia comunista. Todas as crianças conheciam essa fotografia por a terem visto em cartazes, manuais ou museus.

Quatro anos mais tarde, Clémentis foi acusado de traição e enforcado. O Departamento de Propaganda imediatamente fez com que ele desaparecesse da história e, claro, de todas as fotografias. Desde então, Gottwald está sozinho na sacada, e de Clémentis, só restou o gorro de pele na cabeça de Gottwald.



Figura 10: Imagem do antes e depois da fotografia após a acusação de Clementis.

Com relação a esse acontecimento, Courtine (1999), faz observações sobre o estatuto da memória no campo do discurso político e orienta que:

Não nos enganemos: esse processo de anulação de Clémentis, de perda referencial, recalque, apagamento da memória histórica que deixa, como uma estreita lacuna, a marca de seu desaparecimento, mesmo que se coloque aqui em jogo a materialidade não-linguística de um documento fotográfico, é, antes de tudo, na *ordem do discurso* que ele se é produzido. Ordem do discurso das “línguas de Estado”, que dividem em pedaços a lembrança dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva de certos enunciados, dos quais elas organizam a recorrência, enquanto consagram a outros a anulação ou a queda” (p. 15-16).

Como vimos, a partir das palavras de Courtine (1999), o referido acontecimento materializado na fotografia foi uma anulação da “ordem do discurso das línguas de Estado”, uma vez que, a anulação se deu por determinação do Departamento de Propaganda do Estado, em um regime totalitário. E no material que estamos analisando (figura 01) a anulação está no outro extremo, porque diferente do apagamento que fizeram com a imagem de Clémentis, o que temos é uma alteração e inserção calculadamente projetada, ou seja, ao invés de apagar, altera-se, acrescenta, e faz saber através da circulação em massa para que assim, através de um efeito ideológico, ocorra a anulação da oponente política. Compreendemos esse processo de acordo

com o conceito de argumentação negativa, conforme Orlandi (2023), na guerra de sentidos da formação discursiva da extrema-direita contra a da esquerda.

O contexto de adulteração da imagem de Manuela D'Ávila, era de disputa eleitoral, em que ela, juntamente com Haddad, concorriam à presidência do Brasil em oposição a Bolsonaro, que durante sua campanha usou como estratégia política, o discurso religioso cristão, o apoio a família tradicional em detrimento às uniões homoafetivas e explicitava publicamente seu repúdio ao homossexualismo. Sendo assim, a circulação de uma imagem envolvendo seus adversários políticos num discurso contrário ao seu, configurava uma excelente estratégia argumentativa para os impedirem de serem eleitos, pois tais discursos não correspondiam à formação discursiva dos valores tradicionais que se inscrevem nas formações ideológicas religiosa e familiar: Deus, Pátria, Família.

Desse modo, compreendemos que a produção de sentidos da *fake news* que envolve Manuela D'Ávila, não está puramente no conteúdo da camiseta, pois se estamos em um estado laico e democrático pressupõe-se diferentes credos religiosos e a liberdade das pessoas em vestir uma roupa com a frase que se identifique. Mas considerando questões exteriores à língua em seu processo de significação, sabe-se que enquanto candidata a vice-presidenta, usar uma camiseta com tal frase e imagem pode significar uma afronta ao discurso religioso cristão, como se a candidata fosse uma ameaça a essa fé, caso fosse eleita. Sendo assim, o efeito está determinado pela posição sujeito que Manuela ocupara na ocasião e o confronto entre formações discursivas moralista (dos valores tradicionais) e o discurso LGBTQIA +.

Diante disso questionamos, quem adulterou a imagem de Manuela D'Ávila? Seria a equipe política do concorrente Bolsonaro? Ou seus possíveis eleitores? Sabemos que a anulação de Clémentis na fotografia foi determinada pelo Departamento de Propaganda do Estado, mas dificilmente saberemos quem fez isso com a fotografia da referida candidata, devido o anonimato proporcionado pelo funcionamento das redes sociais, nas condições contemporâneas. Até que se descubra quem fez, a fotografia já circulou para centenas de milhares de pessoas, além disso “uma imagem, à diferença de um retrato ao modo antigo, não tem apenas o papel de idealizar a realidade, mas de substituí-la por completo. Tal substituto, por causa das tecnologias modernas e da mídia, destaca-se, evidentemente, mais do que o original” (Derrida, 1996, p.13).

A segunda *fake news política* que selecionamos ficou conhecida como *kit gay*, sua circulação nas redes sociais teve início em 2013⁵² através de Bolsonaro, enquanto ocupava o cargo de Deputado no Rio de Janeiro. Em 2018, na condição de candidato à presidência, aproveitou para retomá-la durante uma entrevista⁵³ ao Jornal Nacional, realizada no dia 28 de agosto. Na ocasião, foi entrevistado por William Bonner e Renata Vasconcellos. O referido candidato, assim como os demais (Ciro Gomes, Geraldo Alckmin e Marina Silva), foi convidado a falar sobre diversos temas, dentre eles, a homofobia. Para discorrer sobre o assunto, foi indagado pela repórter Renata que iniciou a questão reiterando que:

A cada 19 horas, um gay, lésbica ou trans é assassinado ou se suicida por causa de homofobia no Brasil, o senhor já disse que não é homofóbico, mas o senhor também já declarou que vizinho gay desvaloriza imóvel, o senhor já disse que prefere que um filho morra a ser gay, o senhor já inclusive relacionou pedofilia com homossexualismo. Candidato, essas declarações não são homofóbicas? (transcrição da fala).

Após esse momento, o presidenciável responde à questão com as seguintes palavras:

Isso começou a acontecer em novembro de 2010 comigo. Até aquele momento eu era pessoa normal como você (aponta para Willian Bonner), no tocante a isso, e eu passando nos corredores da Câmara vi algo acontecendo de forma esquisita, um grupo, que não é normal você na praia encontrar gente de paletó e gravata, ou no fórum gente com *short* de banho, e perguntei ao segurança, vai ter alguma Parada do Orgulho Gay na Câmara? e tomei conhecimento do que estava acontecendo lá, tinha acabado o 9º Seminário LGBT infantil, repito: 9º seminário LGBT infantil. Estava discutindo ali, comemorando um lançamento de um material para combater homofobia que passou a ser conhecido como kit gay. Entre esse material tava esse livro lá Bonner: (Transcrição da fala de Bolsonaro).

⁵²Matéria sobre disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/01/mec-nega-boato-sobre-distribuicao-de-livro-de-educacao-sexual-escolas.html?utm_source=twitter&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar> Data de acesso: 26 de junho de 2023

⁵³ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6980200/> Data de acesso: 26 de junho de 2023.



Ao mostrar o livro continuou dizendo: “Então, o pai que tenha filho na sala agora, retira o filho da sala, para ele não ver isso aqui. Se bem que na biblioteca das escolas públicas tem” (Transcrição da fala), e logo foi interrompido pelos âncoras do Jornal Nacional, pois estava infringindo a regra da programação que, conforme lembrou o jornalista William Bonner, não permitia mostrar qualquer material durante a entrevista, mas parte do efeito desejado pelo candidato já tinha sido alcançado, pois a imagem ficou amplamente conhecida.

Ao ser impedido de continuar exibindo o livro, afirmou que depois faria uma *live* para mostrá-lo, e ressaltou que, em outro momento, tirou a filha de perto e fez uma matéria sobre o livro no *Facebook* que deu 40 milhões de acessos em 15 dias. Ao dizer essas palavras, o candidato demonstra não depender da mídia televisiva para efeito de sua campanha, que foi predominantemente feita nas redes sociais digitais. Sobre esse processo, Indursky (2019), assevera que:

Em 2018, algumas das formas até então consolidadas em campanhas anteriores foram postas de lado. Assim como a ditadura descontinuou a prática dos comícios e introduziu os pronunciamentos televisivos, com o término da ditadura e a volta das eleições, a televisão ocupou o espaço dos comícios. Um novo formato se configurou: surgiram os debates entre candidatos, formatados e mediados sobretudo pela Rede Globo. Debates que, em que pese as críticas de que eram alvo, se consolidaram por apresentar todos os candidatos e em transmissão nacional. Nas eleições de 2018, esse formato foi literalmente esvaziado pelo candidato que viria a ser eleito, pois ele recusou-se a deles participar, não quis confrontar-se com outros posicionamentos e outros projetos políticos diversos dos seus. Preferiu fazer sua “campanha”

individualmente, via *Twitter*. Essa foi uma grande transformação nos modos de fazer campanha política. E, no meu entendimento, essa transformação é indicativa da forte transformação da conjuntura ideológica pela qual passamos e que consiste em uma inflexão à extrema direita, de caráter fascista (p.27).

Desse modo, consideramos o gesto de fazer campanha nas redes sociais digitais, um acontecimento discursivo (Pêcheux, 2015), marcado pelo encontro de uma atualidade com uma memória, pois assim como a televisão ocupou o espaço dos comícios marcando uma sequência na mudança realizada pela ditadura, o ato de Bolsonaro usar as redes sociais para promover sua candidatura, fez com a mídia televisiva o que a ditadura fez com os comícios. Desde então, no Brasil as redes sociais se tornaram o principal meio de discutir sobre política.

Retomando a descrição da entrevista, para responder à pergunta da jornalista Renata Vasconcellos quanto às declarações homofóbicas, o candidato Bolsonaro se justifica dizendo: “Eu estava defendendo as crianças em sala de aula. Um pai não quer chegar em casa e encontrar o filho brincando com boneca por influência da escola. Nada eu tenho contra o gay, eu tenho contra o material escolar em sala de aula” (Transcrição da fala). E assim foi finalizada a discussão sobre o tema homofobia.

Observa-se na fala de Bolsonaro (“um pai não quer chegar em casa e encontrar o filho brincando com boneca por influência da escola”), uma generalização da posição sujeito “pai”, partindo do imaginário que esse é, homem heterossexual, e que assim sendo, não vai querer que seu filho brinque com boneca. Antecipa-se e reduz quem é esse suposto pai, e o que ele vai querer ou não. Sua fala desconsidera outras formas de ser pai que existem no século XXI, além disso, reproduz a visão patriarcal de que apenas o homem tem poder de escolha do que gostar ou não para o filho, apagando a figura da mãe nesse processo. Reconhecemos nessas palavras ditas por Bolsonaro, o que afirma Orlandi (2023) de que “a estratégia argumentativa da extrema-direita é injetar sutilmente *elementos arcaicos* em uma conjuntura moderna (família tradicional, valores estagnados, piadinhas de para-choque de caminhão etc.)” (p.75).

Também nos chamou a atenção, o relato de que até 2010 ele era “uma pessoa normal no “tocante a isso””, que ao considerarmos a questão levantada pela jornalista, pressupõe-se que seja quanto a homofobia, e na sequência, logo se comparou ao Bonner, reproduzindo o pré-construído do patriarcado que o Bonner representa pelo estereótipo de homem.

Para discutir sobre a ideia de *kit gay* e o livro apresentado no Jornal Nacional, consideramos que, após a entrevista, especificamente no dia 30 de agosto de 2018, o presidenciável Bolsonaro, assim como havia anunciado, fez um vídeo que circulou no *Facebook* sob a seguinte legenda: “Jair Messias Bolsonaro explica: O livro *kit gay* foi distribuído nas

bibliotecas das escolas públicas como brinde⁵⁴”. Na ocasião, ele ainda reitera que tentou mostrar o livro no Jornal Nacional, ao vivo, mas não conseguiu.

O vídeo referido, tem duração de 03 minutos, e ele o inicia dizendo que: “o jornal Globo, de hoje, diz que esse livro não foi distribuído nas escolas, como negou o Ministério da Educação e a própria editora”. Após dizer isso, apresenta a seguinte imagem:



Figura 11: print do vídeo de Bolsonaro compartilhado no perfil da Deputada Federal Joice Hasselmann.

A escolha de Bolsonaro em trazer essas informações não pode ser considerada aleatória, é importante analisar desde a afirmação de que tentou falar do livro no Jornal Nacional, mas não conseguiu, até as publicações do Globo constando as retificações do Ministério da Educação e da editora, inclusive o gesto de apresentar a imagem do referido jornal no vídeo. A apresentação dessa sequência pode ser compreendida como uma tentativa de vitimização para promover a ideia de que ele (Bolsonaro) sofreu uma espécie de censura, ou repressão, por tentar mostrar a “realidade”, algo projetado para reforçar o efeito de verdade que ele busca promover ao que vai dizer no restante do vídeo. Além disso, essa sequência também faz trabalhar os sentidos de liberdade de expressão para a mídia jornalística tradicional e as redes sociais, pois ao tentar mostrar o livro no Jornal Nacional, sabendo da regra estabelecida para todos os candidatos, ser impedido foi para ele a estratégia argumentativa fundamental para difundir o

⁵⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1847830375307146>> Data de acesso: 26 de junho de 2023.

discurso e produzir o imaginário de que o jornalismo é o lugar da censura e ao dizer que faria a *live*, e que no *Facebook* mostraria o livro, promoveu o imaginário de que nas redes sociais têm-se liberdade para tudo dizer “é um espaço livre⁵⁵” e que a “verdade” estaria lá. Esse jogo discursivo foi crucial para a consolidação de sua campanha e exercício de seu governo posteriormente.

Assim como o jornal O Globo, muitos outros também informaram que, tanto a editora, quanto o Ministério da Educação negaram a distribuição do livro em escolas públicas. Além disso, esclareceram que o chamado *kit gay* é um nome pejorativo que atribuíram ao material de formação “Escola sem homofobia”, resultante da iniciativa do Governo Federal que lançou em 2004 o Programa “Brasil sem homofobia” objetivando combater a violência e o preconceito contra a população LGBTQIA+.

O material foi elaborado por meio de um convênio firmado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e parte dele era voltado à formação dos educadores para tratar questões relacionadas ao gênero e a sexualidade. A ideia era distribuí-lo às instituições de todo o país, porém em 2011, quando o material estava pronto para ser impresso, “setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional, iniciaram uma campanha contra o projeto. Nas acusações feitas, o *kit gay* como acabou pejorativamente conhecido, era responsável por “estimular o homossexualismo e a promiscuidade”” (NOVAESCOLA⁵⁶). Diante dessa polêmica, o governo decidiu suspender o projeto. “Assim, os sentidos deslizaram de cartilha e demais materiais para *kit gay* para as escolas” (Indursky, 2020, p.23).

Quanto a associação que o candidato Bolsonaro fez, ao afirmar que o referido livro fazia parte do suposto *kit gay*, apagando, inúmeras vezes, o título original, para chamá-lo simplesmente de “livro *kit-gay*”, assim como consta na legenda do vídeo em análise que circulou no *Facebook*, a página Brasil de Fato informou⁵⁷ que a obra estava completando vinte anos que fora lançada na França sob o título “*Le Guide du Zizi Sexuel*”, de autoria de Hélène Bruller e ilustrada por Zep, além disso, já se encontra traduzida para mais de vinte e cinco países. Sua chegada ao Brasil se deu em 2007 através do selo juvenil da Companhia das Letras que o renomeou por Aparelho Sexual e Cia. Portanto, o livro não diz respeito ao material “Escola sem Homofobia”.

⁵⁵ Discurso este que foge ao real das redes sociais que apresenta inúmeras maneiras de restringir os dizeres, conforme temos apresentado nesta pesquisa.

⁵⁶ Disponível: <<https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>> Data de acesso: 26 de junho de 2023.

⁵⁷ Disponível em:< <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/28/livro-popularizado-pela-fake-news-de-bolsonaro-sobre-kit-gay-faz-20-anos>> Data de acesso: 26 de junho de 2023.

Diante da repercussão, a editora fez um comunicado oficial no dia 29 de agosto de 2018 em resposta a fala de Bolsonaro no Jornal Nacional, destacando que a obra nunca foi comprada pelo MEC, tampouco fez parte do suposto *kit gay* e que, o Ministério da Cultura havia comprado apenas 28 exemplares em 2011, que seriam destinados às bibliotecas públicas.

Bolsonaro, ao não dizer tudo que gostaria no Jornal Nacional usando o livro, produziu o vídeo para circular nas redes sociais como uma continuação do que começou ao vivo na Rede Globo. Sendo assim, retomamos a descrição de mais alguns trechos do vídeo em que, após mostrar a capa da obra, afirmou: “Esse livro, na verdade, ele estimula precocemente as crianças para o sexo, e mais ainda, escancara as portas da pedofilia”. Porém, conforme consta no comunicado da editora que o lançou,

O livro conta **ainda** com uma seção chamada “Fique esperto”, que alerta os adolescentes para situações de abuso, explica o que é pedofilia mostrando como tal ato é crime, o que é incesto e até fornece o contato do Disque-denúncia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Desse modo, além de apagar o título e ignorar a autoria, ainda acusa de apologia a pedofilia. No entanto, conforme foi divulgado pela equipe da Brasil de Fato, através do comunicado da editora, a referida obra já foi publicada em 10 línguas, e suas vendas superaram 1,5 milhão de exemplares no mundo. Esses dados não confirmam as acusações de Bolsonaro, pois se o livro fosse como ele o aponta, dificilmente seria tão reconhecido mundialmente. Aliás, no comunicado da Companhia das Letras, consta que a obra “virou um modelo de como informar os jovens sobre temas importantes e incontornáveis, a partir de um tratamento comprometido e cuidadoso”, pois aborda com leveza “assuntos como, a paixão, as mudanças da puberdade, a contracepção, doenças sexualmente transmissíveis, pedofilia e incesto”. Depois das acusações contra o livro, o candidato Bolsonaro continua o vídeo a partir do seguinte questionamento: O que realmente aconteceu?

As editoras que vendem material didático para o governo, por parte do governo, ele exige que as mesmas, a título de brinde, forneçam esse tipo de material, porque o ministério de educação posa de isenção, não tem nada a ver com isso, mas esse livro sim, chegou em grande parte das bibliotecas das escolas de ensino fundamental em todo o Brasil, foi uma diretora que me deu isso aqui e eu chequei realmente que eles chegaram em vários locais. [...] O que interessa? Eles querem legalizar a pedofilia. Eles querem sexualizar nossas crianças precocemente. É uma esculhambação o que fazem com a educação no Brasil (Transcrição do vídeo).

O que a editora informou, novamente não corresponde ao que Bolsonaro afirma, como vimos, foi comunicado que houve uma compra de 28 exemplares da obra para as bibliotecas

públicas, não foi dito que seria para as bibliotecas das escolas de ensino fundamental de todo Brasil, até porque possivelmente ultrapassam a quantidade de 28 unidades. Outro ponto a destacar no trecho citado é o discurso da pedofilia presente outra vez, primeiramente acusou-se o conteúdo do livro e agora afirma que o governo quer legalizar a pedofilia, é um discurso que se repete, podendo ser compreendido como uma argumentação negativa em que “o outro é sempre o “mau”, quando não o Mal” (Orlandi, 2023, p.50), na tentativa de provocar a desestabilização dos sentidos de quem ouve, e assim promover uma posição contra o governo e o livro, pois a legalização da pedofilia é um tema extremamente polêmico. Para finalizar o vídeo, reitera suas acusações e faz campanha para ser eleito.

Nós vamos combater, ou melhor, continuaremos combatendo esse tipo de material para os nossos filhos, porque as crianças têm que ser respeitadas em sala de aula. O recado que eu dou para você pai, você mãe que também tem uma filha de 07 anos de idade, vamos ver o que a garotada carrega na mochila e bem como, da uma chegadinha nas bibliotecas, em especial naquelas públicas, que é para atingir o filho do pobre, ou seja, o governo do PT e agora do MDB também, não tem qualquer consideração com seu filho em sala de aula. Eles querem que eles, de forma cada vez mais precoce, se apresente para o sexo. Estamos juntos, o Brasil é nosso, juntos chegaremos lá e mudaremos o destino dessa grande nação. Forte abraço a todos e fique com Deus (Transcrição da fala de Bolsonaro).

Sendo assim, a *fake news* em análise não demonstra ter sido construída acidentalmente e sua autoria não se encontra no anonimato, ela foi elaborada pelo candidato de extrema direita, concorrente de Haddad, na busca pelo poder. O objetivo era prejudicar a candidatura de seu adversário, efetuando a [...]substituição contínua do discurso de esquerda pelo da extrema-direita para tamponar o discurso de esquerda (Orlandi, 2023, p.55 [Grifos da autora]). Também se observa que a *fake news* em análise, não reproduz o rigor da estrutura de uma notícia ou de um boato. Para compreender discursivamente essas constatações, recorremos a proposição de Indursky (2020):

Paralelamente ao modo de circulação, faz-se necessário observar as condições específicas de produção desse tipo de prática discursiva. **Ela caracteriza-se por não apresentar marcas linguísticas específicas**, distinguindo-se formalmente do boato. As fake news frequentemente assumem forma idêntica à de uma matéria jornalística, sendo formuladas na modalidade de discurso sobre. A diferença entre o discurso de uma matéria jornalística e o discurso de uma fake news é que a responsabilidade pela primeira é do jornalista ou do jornal que a veicula, **enquanto ignora-se frequentemente a fonte da falsa notícia. Mas as fake news podem assumir igualmente outras formas, tais como memes, vídeos, fotos, notícias, declarações.** O alvo das fake news pode ser muito variado, incidindo sobre política, políticos, ciência, verdades estabelecidas etc. (p.21-22 [Grifos nossos]).

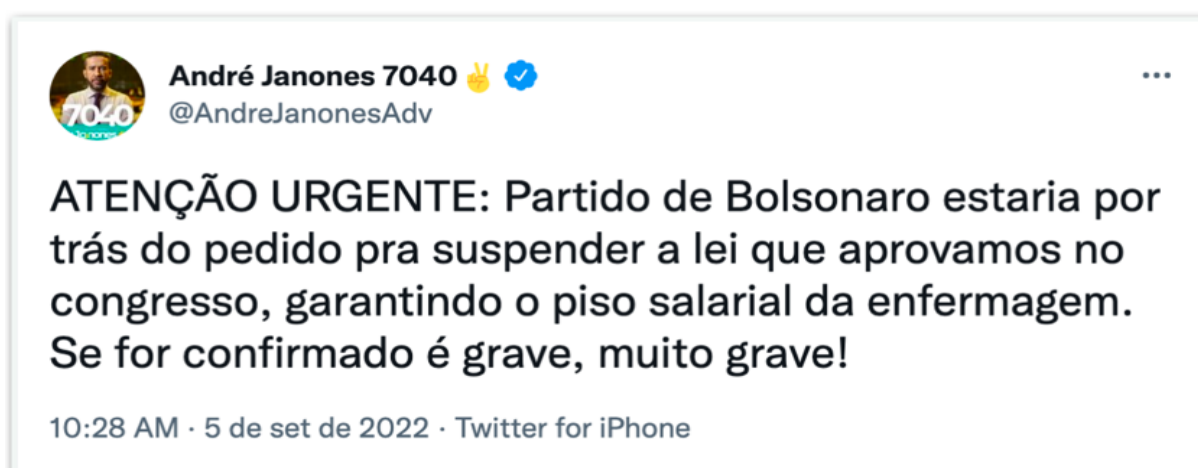
Diante das palavras da autora, reconhecemos algumas semelhanças no funcionamento do material que recortamos, pois, seu formato é em vídeo, e o alvo incide sobre política e

políticos, a diferença está com relação a autoria e a fonte que são mencionadas. Sobre esse aspecto, recorreremos ao estudo realizado por Zoppi Fontana (2021), sobre pós-verdade e *fake news*, que apresentamos na discussão “Efeitos do digital na relação entre boato e *fake news*”, retomando a proposição da autora que defende a existência de diferença na enunciação política quando o autor é anônimo ou identificável. Para ela, somente considera-se *fake news* quando há o anonimato, caso contrário, será pós-verdade,

Definimos, então, a “pós-verdade” como uma forma histórica particular da enunciação política caracterizada por ser a *fala pública de um locutor autorizado, identificado por um nome próprio e inscrito em um lugar institucional de destaque no campo político, a quem lhe seria atribuído um modo de dizer emocional e irracional e uma vontade de enganar e ludibriar a opinião pública*. A pós-verdade designaria, portanto, o modo de dizer de atores políticos no poder nas condições atuais de exercício da fala pública no Brasil e em diversas regiões do mundo (p. 90-91[grifos da autora]).

Para Zoppi Fontana, a pós-verdade envolve uma enunciação “autorizada”, em que o lugar social e o locutor-político fazem com que rapidamente as “inverdades” ou “meias-verdades” ganhem ampla circulação na grande mídia e nas redes sociais, naturalizando sentidos que se mostram hegemônicos. Nesses casos não se ignora a fonte, pois ela faz parte da produção dos sentidos. Desse modo, de acordo com o aporte teórico, as falas de Bolsonaro sobre o “livro e o *kit gay*”, é semelhante a uma *fake news*, mas corresponde a uma pós-verdade.

Com funcionamento semelhante, apresentamos outra *fake news política*, pois no Brasil essa prática se fortaleceu no período de eleição para presidente em 2018, e se repetiu em 2022. O caso agora em análise, refere-se a uma publicação feita pelo Deputado Federal André Janones e envolve o partido em que o presidente Jair Messias Bolsonaro, que no contexto era candidato à reeleição, é filiado. A referida *fake news* foi publicada no antigo *Twitter*, vejamos:



Esse *post* foi classificado como *fake news*, conforme divulgado pela página de comunicação jornalística “Poder360” sob o seguinte título: “Janones cria *fake news* de que PL suspenderia piso da enfermagem⁵⁸”. Segundo o *site*, essa ação não foi movida pelo partido citado, e sim pela Conferência Nacional de Saúde (CNSaúde). Na mesma direção, o jornal Correio do Povo também divulgou que Bolsonaro e seu partido (PL) não estavam envolvidos na suspensão da lei do piso salarial nacional para os profissionais da enfermagem, e que a decisão foi uma medida do Supremo Tribunal Federal (STF), portanto essa era mais uma das *fake news* produzidas pelo deputado Janones contra Bolsonaro em período de eleição⁵⁹.

André Janones integrou a campanha do candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha como um de seus oponentes o candidato Bolsonaro. Nesse contexto, Janones passou a produzir algumas *fake news* contra o opositor de Lula alegando que *fake news* se combate com *fake news*⁶⁰, porém o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que o deputado excluísse diversas publicações de suas redes sociais.

Apresentado o *post* e seus contrapontos, consideramos primeiramente, em consonância com a proposição de Zoppi Fontana (2021), que temos nesse caso, uma pós-verdade, e não exatamente uma *fake news*, pois o autor não está em anonimato, ele fica explícito, além disso, é um ator político, o que direciona sentidos para e por sujeitos. No entanto, ao considerar a estrutura linguística que constitui o enunciado, nos chama a atenção o verbo “estaria” e a formulação “se for confirmado”.

Retomemos o enunciado: “ATENÇÃO URGENTE: Partido de Bolsonaro **estaria** por trás do pedido pra suspender a lei que aprovamos no congresso, garantindo o piso salarial da enfermagem. **Se for confirmado** é grave, muito grave!” (Grifos nossos). Observa-se que temos no início do enunciado, um verbo cuja categoria de tempo está conjugada no futuro do pretérito (*estaria*), o que indica incerteza, ou seja, a publicação já se inicia com uma ressalva, e sua finalização reitera o não asseverado, pois a última oração é introduzida com a conjunção condicional “se”, o que denota uma hipótese ou uma condição necessária (**Se for confirmado** é grave, muito grave!), portanto, o enunciadador, não afirma categoricamente a acusação, mas sua postagem foi considerada *fake news*, o que demonstra uma possível ressignificação das formas linguísticas apresentadas, que historicamente, eram conhecidas por sua propriedade não

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/janones-cria-fake-news-de-que-pl-suspenderia-piso-da-enfermagem/#>> Data de acesso: 05 de julho de 2023

⁵⁹ Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/noticias/politica/eleicoes/tse-manda-janones-se-manifestar-sobre-uso-de-fake-news-contr-bolsonaro-1.908305>> Data de acesso: 05 de julho de 2023

⁶⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/12/tatica-eleitoral-janones-redes-sociais.htm> Data de acesso: 05 de julho de 2023.

assertiva. Por isso, “analisar *fake news* implica, pois, trabalhar com a opacidade da linguagem e a espessura do discurso para alcançar o funcionamento do político que nelas se materializa” (Indursky, 2020, p.23).

Os materiais em que recortamos as formulações analisadas, foram selecionados por estarem circulando sob a classificação de *fake news*, mas considerando o regime do anonimato como propriedade discursiva dessa forma material, apenas o ocorrido com a ex-candidata à vice-presidenta Manuela D’Ávila reproduz esse funcionamento. Diferente da pós-verdade do *Kit Gay* desenvolvida por Bolsonaro, que inclusive, através dela, vimos também que para algumas mídias jornalísticas não há distinção entre pós-verdade e *fake news*. E o posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quanto ao *post* do deputado federal André Janones, apresenta mais um modo de classificar *fake news*, em que pesa mais o fato de quem disse do que como disse. Por isso, estando diante de um caso considerado *fake news* é importante que se pergunte: Como esta se significa? ela é *fake news* para quem?

Um ponto em comum que conseguimos identificar entre os casos de pós-verdade e *fake news*, conforme as análises, para além dos traços moralistas e conservadores que caracterizam a formação social brasileira presente em ambas, foi a relação com algo da ordem da realidade, com sentidos já postos em circulação, muitas vezes até estabilizados enquanto tais, como por exemplo, a retomada do projeto “Escola sem Homofobia” proposto quando Haddad era Ministro da Educação e a compra de 28 exemplares do livro “Aparelho Sexual e Cia” realizada pelo Ministério da Cultura para bibliotecas de escolas públicas, e que a partir desses pontos, buscam produzir na falsificação um efeito de verdade assegurado na associação dos sentidos relacionados a esses acontecimentos citados. Conforme Freda Indursky (2020), podemos considerar esse processo como uma torção discursiva que “consiste em projetar um efeito de verdade sobre o que, de fato, é uma falsificação de um ocorrido, de um fato, de uma declaração ou, como no caso acima examinado, de um projeto retirado do arquivo do Ministério da Educação” (p.24).

Indursky (2019, 2020) propôs a noção de torção discursiva⁶¹ para compreender o funcionamento das *fake news*, mas vimos semelhança nesse aspecto também com a pós-

⁶¹ Sobre a noção de torções discursivas, as primeiras formulações da autora estão presentes em: INDURSKY, F. Entrevista. In: MARIANI, B.; SILVA, S. D. Discurso político: processos de significação em tempos de fake news – uma entrevista com Freda Indursky. Caderno de Letras da UFF, Niterói, v. 30, n. 59, 2019. p. 13-31.

verdade. Nesse sentido, seguimos a trajetória sugerida pela pesquisadora para interpretação das formas materiais que recortamos. Assim, a autora nos indica que:

[...] a fake news é o avesso da notícia que está sendo distorcida. Ambas estão separadas no tempo, em enunciados diferentes, produzidas por enunciadores diversos, mas, para apurar a falsificação, é preciso interpretá-la e cotejá-la com a notícia que foi distorcida, pois uma é a negação da outra. Dito de outra forma: a falsificação, em função da torção discursiva que a sustenta, carrega vestígios memoriais do que foi falsificado, e esses traços funcionam como uma presença-ausente. Ou seja: a análise de uma fake news consiste em seguir a trajetória do discurso falsificador em direção ao discurso falsificado para identificar a torção discursiva e, dessa forma, desfazê-la. Essa torção reúne pelo viés do discurso-transverso de que nos fala Pêcheux o discurso falsificado e o discurso falsificador. Dito de outra forma: o discurso falsificado faz ressoar transversalmente em seu interior o discurso que foi alvo da falsificação (2020.p.24).

Desse modo, compreendemos que para toda *fake news* e pós-verdade, haverá sempre um discurso outro na sua opacidade sendo silenciado, negado, processo este potencializado pelo poder de circulação fornecido pela *Web*, principalmente nas redes sociais, em que rapidamente uma publicação pode viralizar, e pelo excesso saturar os sentidos, por isso trabalhamos com a ideia do tripé: *fake news*, desinformação e liberdade de expressão, há uma tensão entre eles. É nessa ideia que o capítulo de nossa discussão foi aberto com as palavras de Pêcheux de que todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Sendo assim, também consideramos com base nas análises que realizamos das consideradas *fake news*, que além da diferença marcada pela conjuntura do digital, estas tem um funcionamento heterogêneo, ou seja, o discurso das *fake news* não é modelar, elas são diversificadas, no que diz respeito as temáticas, formatos e sentidos, portanto, “não é na forma das *fake news* que se encontram as marcas principais de seu funcionamento, como ocorre com os boatos, mas nos processos de significação, nas ressonâncias e dissonâncias, nos efeitos de sentido, nos deslizamentos” (*Idem*, p.26). Nessa direção, a autora continua dizendo:

As fake news se instauram em função da memória fluida de quem as lê, por um lado e, por outro, elas jogam com funcionamentos discursivos como equívocos, deslizamentos de sentidos, efeitos de similitude, pré-construídos, discursos transversos que sustentam as falsificações e produzem efeitos de verdade. Para que as fake news "colem", elas precisam soar verossímeis. Esse é seu ponto forte e, contraditoriamente, o ponto por onde o trabalho discursivo de interpretação pode iniciar. Vale dizer: a verossimilhança não garante a autenticidade da notícia (*Idem*, p.25).

Desse modo, para o campo de estudos da Análise de Discurso de Michel Pêcheux, as chamadas *fake news* são formas materiais, conforme Orlandi (1996), produtivas para

observação da fluidez da língua, da opacidade, da relação do sujeito com os sentidos, da história e da ideologia. Elas somente são possíveis porque a língua em sua materialidade discursiva heterogênea permite. Nessa direção, é consenso entre os analistas de discursos de linha pecheutiana, que as *fake news* têm destacado que os sentidos sempre podem ser outros, e com isso tem promovido um caos social, confrontando o domínio da visão ideológica de língua marcada pela objetividade, sustentada numa relação lógica das palavras e as coisas, como se a língua fosse transparente e os sentidos fossem previsíveis, comum a todos. Podemos dizer que as *fake news* digitais estão provocando as bases dessa visão de língua que rege a sociedade, formulando forçosamente uma outra relação do sujeito com a linguagem, pois:

[...] Agora, frente às fake news, o leitor precisa aprender a duvidar da veracidade do que lhe é dado a ler, pois a língua não é transparente e os sentidos, como sabemos, podem deslizar. E, ao entrarem em deriva, podem inscrever-se em uma formação discursiva antagônica. Frente a essas condições de produção, mais do que nunca, é preciso recuar, duvidar, questionar, refletir. Desconfiar tornou-se, hoje, uma forma importantíssima de resistência política (*Idem*, p.24-25).

É por isso que nossa discussão sobre *fake news* pela Análise de Discurso não incide sobre a dualidade falso ou verdadeiro, não consideramos relevante essa distinção, queremos dar visibilidade ao processo que constitui a produção e significação dessa prática que pode ser considerada discursiva, pois conforme Orlandi (2023), [...] “o sentido sempre pode ser outro” (p.57). Desse modo, é necessário que se desconfie e pergunte pelo “óbvio”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para empreendimento de nossa discussão, consideramos fundamental ressaltar que o objetivo dessa pesquisa não consistiu em apresentar uma definição posta como única e absoluta sobre a relação entre *fake news*, desinformação e liberdade de expressão, mas em apresentar um gesto de interpretação, uma leitura possível em que a compreensão deste tripé não fica restrita ao ponto de vista conteudista, empirista e logicista - que concebe a língua apenas como estrutura. Nossa compreensão está sustentada nos pressupostos teóricos e analíticos da Análise Materialista de Discurso, uma perspectiva linguística que apresenta um modo particular de ver a língua, sem desassociá-la da história, do sujeito, da ideologia e o inconsciente.

Conforme está posto na trama teórico-analítica de nosso estudo, para a Análise de Discurso a língua é capaz de falha, e ao pensá-la na relação com a história na produção de sentidos, trabalha-se a noção de equívoco, não como erro, mas como fato de discurso, pois “é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco” (Orlandi, 2012, p.102-103). Neste jogo está presente o sujeito e o sentido, porquanto ambos se constituem na articulação da língua com a história, em que o sujeito afetado pelo imaginário e pela ideologia que o constitui, interpreta.

Foi ao considerar a língua para além de sua estrutura, partindo da premissa de que os sentidos não são apreendidos apenas pela materialidade linguística, mas na junção entre estrutura e acontecimento, que tivemos condições de compreender que as formulações recortadas para análise no “discurso sobre”, são, nas palavras de Michel Pêcheux, conforme análise desenvolvida na obra “O Discurso: Estrutura ou Acontecimento”, tratadas como objetos de talhe estável, em que o tripé analisado é concebido como uma série estabilizada, negando a equivocidade que o constitui. Observamos que confrontados por não conseguirem administrar os sentidos de *fake news*, em sua incompletude, sugerem a palavra desinformação como se a escolha lexical entre uma expressão (*fake news*) e outra (desinformação) fossem objetos abstratos para mera aprendizagem por meio de interação e não por filiações identificadoras historicamente.

Esse modo de classificar as expressões apaga a historicidade dos sentidos, lembrando que a historicidade é entendida como a relação constitutiva entre linguagem e história. Sendo assim, através da análise discursiva que realizamos foi possível dar visibilidade a uma memória discursiva das *fake news* que se marca desde a fofoca até o jornalismo, ou seja, elas não são originalmente da ordem do digital, mas a sua efervescência nas redes sociais está sustentada pela conjuntura da mundialização, muito fortemente convocada pela “ascensão de governos da

direita e extrema-direita” como asseverou Orlandi (2023), algo que explica a recorrência de encontrarmos em circulação, de maneira predominante, *fake news* de cunho político.

Ao considerar a conjuntura, também chegamos aos efeitos da globalização, da ideologia do digital na forma material das *fake news*, marcando uma diferença nos modos de formulação e circulação em relação a memória discursiva que apresentamos desde a fofoca até o jornalismo. Compreendemos que em nível de nome, há uma paráfrase, pois este se mantém conforme reformulado pela mídia jornalística que deixou de usar a expressão *false news* substituindo-a por *fake news*, mas, dada a conjuntura do digital, com o surgimento das redes sociais, as *fake news* não estão mais restritas apenas ao meio jornalístico, seja na imprensa “amarela” ou “marrom”, atualmente elas assumem muitas formas, como formulações visuais, audiovisuais, e etc., que, não necessariamente, seguem a estrutura de uma notícia jornalística, e suas produções não dependem de um jornalista. Atualmente, para produzir uma *fake news*, é necessário apenas saber usar os recursos básicos da informática. Assim constatamos os efeitos do discurso digital na relação entre boato e *fake news* em que a associação não está apenas no uso alternado dos nomes, como ocorre no espaço de formulação do Brasil, mas também nos modos de significação entre eles.

Ainda sobre os efeitos do digital, analisamos como a mídia jornalística tem se apresentado nesta conjuntura, em que, de maneira predominante, a organização das sociedades tem sido regida pela ordem do digital, e, com isso, o sujeito tem estado cada vez mais presente no virtual. Assim verificamos que um dos mecanismos usados pela mídia jornalística tradicional para tentar se manter como lugar de autoridade da notícia, como detentora da “verdade”, *status* que lhe foi conferido ideologicamente, na condição de quarto poder, como explicou Orlandi (2022), foi a criação das agências de checagem que avaliam as publicações para determinar quais são “verdadeiras” ou “falsas”, divididas entre “verdade” ou “mentira” como é o modo de classificação do Estadão Verifica que analisamos. A mídia jornalística tem produzido está dicotomia para as *fake news* visando dessa forma se manter em um mercado que tem descontinuado seu funcionamento. Nesta discussão, ressaltamos que em uma leitura discursiva não cabe essa distinção entre verdade ou mentira para as *fake news*, compreendemos que são versões distintas, mesmo que em guerra, permitidas pela língua, sendo lugar de ressonâncias, dissonâncias, discursos transversos, torções discursivas como explica Indursky (2019, 2020).

Compreendemos que a efervescência das *fake news* no século XXI, na conjuntura da mundialização em que a globalização e o digital intervêm constitutivamente, convocou os discursos da desinformação e da liberdade de expressão, que até então não estavam em forte

circulação nas redes sociais. E o “discurso sobre” busca promover o imaginário de estabilização entre eles, com e pelo efeito de sinonímia, associando-os de maneira abstrata, mas o “discurso de”, rompe com esse imaginário de sinonímia, conforme apresentamos nas análises das *fake news*. Em nossa pesquisa, compreendemos que o “discurso de” é o lugar do equívoco, uma vez que “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (Pêcheux e Gadet, 2004, p.64). Sendo assim, ao trabalharmos com a noção de forma material junto a noção de equívoco, é que consideramos que as expressões *fake news*, desinformação e liberdade de expressão são opacas, sendo formulações equívocas, em que a memória da palavra *fake news* é apagada pela ordem do digital, que a palavra desinformação está para uma filiação identificadora intelectualizada sugerida nos Estados Unidos e na Europa, sendo simplesmente reproduzida no espaço de formulação do Brasil, algo que não é um gesto neutro. E que a liberdade de expressão é significada diferente do contexto da ditadura e está significando apenas como especificamente da ordem jurídica, através do imaginário do direito capitalista.

Nos chamou bastante atenção o imaginário de liberdade que sustenta o discurso das redes sociais presente no discurso das *fake news*. O sujeito do digital, como vimos nas palavras da pesquisadora Cristiane Dias (2018, 2023), desde o século XX foi identificado, inconscientemente, com o discurso de eficiência das máquinas, lugar de superação das impossibilidades humanas, efeito de mundo único em que distâncias geográficas não afetariam mais a comunicação, ou seja, um imaginário utópico de perfeição tecnológica que cega o sujeito para os efeitos do político e do ideológico que regem a tecnologia digital como mecanismos de controle em uma sociedade capitalista.

Desse modo, para o sujeito do digital o imaginário produzido sobre a *internet* é predominantemente positivo, incluindo as redes sociais, consideradas como lugar de entretenimento, de contato com pessoas de todos os lugares do mundo, acesso a todas as informações que circulam nas redes, como se não houvessem a delimitação dos algoritmos regidos pelas formações algorítmicas que limitam cada sujeito a discursos correspondentes a sua posição ideológica, regulando o que cada um pode receber/visualizar até que mude suas buscas e interações, afetando o exercício pleno do direito a liberdade de expressão muito antes de um banimento de publicações como é a preocupação do “discurso sobre”.

Compreendemos que esse imaginário sobre o digital foi fundamental para assegurar o discurso da “direita e da extrema-direita” (cf. Orlandi, 2023), em seu modo de fazer campanha política, descredibilizando a mídia jornalística para promover efeito de verdade às *fake news* publicadas nas redes sociais como estratégia argumentativa política.

No Brasil, o ex-presidente Bolsonaro, desde a campanha presidencial de 2018, reproduziu o imaginário ideológico das redes sociais como o lugar da liberdade, diferente da mídia jornalística tradicional, que, segundo ele, não o autorizou mostrar, por exemplo, o *Kit Gay*, que na realidade, é o livro francês “Aparelho sexual e Cia”, no debate promovido pela rede Globo no Jornal Nacional, sendo que na ocasião era uma regra para todos os candidatos não mostrar qualquer que fosse o material. Também vimos este discurso reverberando na fala dos criadores da página Terra Brasil notícias que divulgou a *fake news* da cantora Zélia Duncan. Os donos da página afirmaram que uma das razões que os motivaram a criar um *site* de notícias na *web*, seguido de perfis nas redes sociais, foi porque sentiam que a imprensa filtrava muito, ou seja, os mesmos sentidos difundidos por Bolsonaro, de que a mídia jornalística tradicional interdita os dizeres, classificando-a como o lugar da repressão.

Compreendemos que Bolsonaro, de acordo com o estudo da noção discursiva da argumentação, buscou destituir sentidos da formação discursiva da esquerda e colocá-los na formação discursiva da extrema-direita. Um exemplo disso foi usar os sentidos de liberdade de expressão dissociados da ideia de luta como na época da ditadura. Bolsonaro buscou atribuir os sentidos de ser repressora para a esquerda, difundindo, juntamente com os identificados com as mesmas formações discursivas que ele, os argumentos em forma de *fake news*, pois como mostramos nas análises, a página do Terra Brasil também publicou “notícias” sobre a ivermectina poder curar a Covid, a possível aprovação do voto impresso, dentre outras, que, conforme as palavras do responsável, eram reescritas com uma pitada de conservadorismo.

Desde então, sujeitos identificados com a formação discursiva da esquerda também usaram as redes sociais para propagar materiais que colocassem em dúvida a conduta política de candidatos da direita, como foi o caso analisado na publicação de André Janones, mas como apresentamos, a formulação do candidato não apresenta o jogo de destituição de sentidos de uma dada formação discursiva acusando-a do contrário. Janones passou a desenvolver publicações desta ordem, em resposta ao confronto ideológico suscitado pela oposição. Discursivamente podemos considerar, como afirmou Orlandi (2023), que vivemos uma guerra contra sentidos em busca do poder simbólico. E as redes sociais foram os palcos desta disputa, fazendo com que os donos das gigantes da comunicação digital ficassem ainda mais poderosos com a ampla movimentação nas redes e a multiplicidade de dados disponibilizados para uso sem regulação.

Por ora salientamos que, conforme os resultados das análises desenvolvidas, o modo como o “discurso sobre” articula o tripé *fake news*, desinformação e liberdade de expressão, não contempla a multiplicidade de sentidos que envolvem a significação destes. Como vimos,

o “discurso sobre” desconsidera a historicidade da expressão *fake news* visando silenciá-la com os sentidos de desinformação, e ao fazer isso, a palavra desinformação também fica reduzida a uma transparência, funcionando na evidência de *fake news*, como se esta também não tivesse uma história de significação. Do mesmo modo, concebem a liberdade de expressão preocupados apenas com o banimento das plataformas, e não com a destituição de direitos, conforme vimos através da história de luta pela democracia na época da ditadura. Em contrapartida, nossa leitura traz a exterioridade para o processo de significação, preconizando as condições de produção em sentido amplo e estrito, abrindo espaço para tornar visível a equivocidade dos sentidos e dos sujeitos nas formulações analisadas.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologias e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.
- COURTINE, Jean-Jacques. **O Chapéu de Clémentis**. *Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político*. In: INDURKY, Freda. (org.). Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato. (1999).
- D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. 1.ed. – Barueri: Faro Editorial, 2018.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Editoração, Tradução do prefácio e versão para eBook: eBooksBrasil.com, 1992.
- DERRIDA, Jacques. **História da mentira: prolegômenos**. Revista Estudos Avançados, volume 10, nº 27, p.07-39, 1996.
- DELA-SILVA, Silmara. **Checar fatos e desmentir boatos: fake news e discurso jornalístico no Brasil**. Revista Fórum Linguístico. V. 18, nº 2, p.5949-5961, 2021.
- DIAS, Cristiane. **Linguagem e tecnologia: uma relação de sentidos**. In: Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise. Verli Petri e Cristiane Dias (organizadores). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.
- DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- DIAS, Cristiane. **Somos todos robôs. E o que a Linguística tem a ver com isso?** In: Linguística na contemporaneidade: Interfaces, Memórias e Desafios. Campinas, SP: Pontes Editores, p.123-142, 2019.
- DIAS, Cristiane Costa. **Sobre a dimensão técnica do silêncio**. In: Manifesto silêncio: uma leitura da obra de Eni P. Orlandi. Organizadores: Cristiane Costa Dias, Greciely Cristina da Costa e Marcos Aurelio Barbai. 1 ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.
- FERRAGUT, Guilherme. **Sentidos em circulação pelo digital: Justiça e Polícia e seus efeitos na sociedade**. Dissertação de Mestrado defendida em 2018 – Universidade Estadual de Campinas.
- FERRAGUT, Guilherme. **MPL e MBL: a avenida paulista e o movimento antes de p e b – uma reflexão sobre a formação algorítmica**. Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos, nº 44 – jul-dez, p.111-133, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3a edição. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 2014.

GUIMARÃES, Bruno de Azevedo Santana. **Golpes de sentido em 2016: uma análise discursiva do blog jornal livre**. Dissertação de Mestrado defendida em 2019 - Universidade Estadual de Santa Cruz. 2019

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, com colaboração de Freda Indursky e Marise Manoel. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

HENRY, Paul. **A história não existe?** In: ORLANDI, Eni P. (org.). Et al. Gestos de leitura: da história no discurso. 4. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

INDURSKY, F. Entrevista. In: MARIANI, B.; SILVA, S. D. **Discurso político: processos de significação em tempos de fake news – uma entrevista com Freda Indursky**. Caderno de Letras da UFF, Niterói, v. 30, n. 59, 2019. p. 13-31.

INDURSKY, F. Entrevista sobre **letramento, escrita e leitura**. In: Pensares em Revista, São Gonçalo-RJ, n. 17, p. 18-28, 2020.

MENDES JÚNIOR, Hélio Ferreira. **Fake news: a circulação de uma memória discursiva no movimento antivacina**. Dissertação de Mestrado defendida em 2020 – Universidade do Estado de Mato Grosso

NUNES, José Horta. **Dicionários: história, leitura e produção**. In: Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília, volume 3 – Número 1/2, 2010a.

NUNES, José Horta. **Espaço urbano, sujeito e dicionário: definição e formas do silêncio**. In.: Revista fragmentum, N. 26. Laboratório Corpus: UFSM, Jul./Set. 2010b.

ORLANDI, Eni, P. **Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni, P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos** – São Paulo. 8 ed. Pontes, 2009a.

ORLANDI, Eni P. **Língua, Comunidade e Relações sociais no espaço digital**. In. DIAS, Cristiane. E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital [online]. 2011, consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

ORLANDI, Eni P. **Historicidade, Indivíduo e Sociedade: O sujeito na Contemporaneidade**. In. INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Clara Luz, 2009b. 464 p. ISBN 978-85-88638-44-0.

ORLANDI, Eni, P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni, P. **Discurso em análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. 3ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017a.

ORLANDI, Eni, P. **Eu, Tu, Ele: Discurso e Real da História**. Campinas, SP. Pontes Editores; 2017b.

ORLANDI, Eni, P. **Escritos e Sussurros**. In: Língua, conhecimento e história. Organizadores: Élcio Aloisio Fragoso, Juciele Pereira Dias. - Porto Velho, RO, Edufro, 2022, p. 15-30.

ORLANDI, Eni, P. **Argumentação e análise de discurso: conceito e análises**. Campinas: Pontes Editores, 2023.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. – 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2015.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2005.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Prefácio de Serafim da Silva Neto. 40 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SOBRINHO, Helson Flávio da Silva. **Pêcheux diante da lógica fregeana: apontamentos sobre a relação entre objetividade e subjetividade**. Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos, Campinas, SP, n. 42, p.10-32, jul./dez. 2018.

SOBRINHO, Helson Flávio da Silva. **AAD-69: uma referência incontornável**. Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos, Campinas, SP, n. 44, p.340-352, jul./dez. 2019.

ZOPPI FONTANA, Mônica G. **Pós-verdade e enunciação política: entre a mentira e o rumor**. In: Discurso e (pós)verdade / organização Luzmara Curcino, Vanice Sargentini, Carlos Piovezani. – 1. Ed. – São Paulo: Parábola, p. 87 – 104, 2021.